São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Sábado, 24 e Segunda - feira, 26 de abril de 2021 | Edição N º 287

www.datamercantil.com.br

Nova etapa da fase de transição libera a abertura de serviços em SP neste sábado

A partir deste sábado (24), passa a ser permitido o atendimento presencial em restaurantes, salões de beleza e barbearias, atividades culturais, parques e academias. A liberação faz parte da segunda etapa da fase de transição do Plano SP.

Os estabelecimentos, contudo, precisam limitar o horário de funcionamento para até oito horas por dia –exceto parques– e a ocupação a até 25% da capacidade, além de seguir protocolos sanitários para evitar a disseminação da Covid-19.

No setor de restaurantes, há grande expectativa para voltar a receber os clientes, mas os termos da reabertura desagradam. Segundo a Abrasel-SP (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em São Paulo), as limitações vão tornar inviável a volta de cerca de 20% dos estabelecimentos da capital.

"Muitos talvez esperem um segundo momento em que a ocupação passe pelo menos a 40% e seja possível a reabertura à noite", afirma Joaquim Saraiva, presidente do Conselho de Administração da Abrasel-SP.

Para Saraiva, o modelo adotado na reabertura do ano passado, que reservava horários de almoço e de jantar, contemplava melhor o setor. "As pessoas não vão chegar jantar às 18h se o restaurante fechar às 19h."

Zupa Silva Neto, proprietário do Consulado da Bahia, em Pinheiros, zona oeste, diz que as regras trazem ainda mais "desespero". A casa, que tem 120 lugares, vai poder operar no máximo com 30 clientes por vez, e pelo menos metade dos funcionários ficará ociosa. Segundo ele, ninguém da equipe de 20 pessoas foi demitido no último ano.

"Estava todo mundo com a expectativa de voltar a trabalhar amanhã, mas não tem condição de voltar todo mundo", afirma o empresário. Uma das grandes preocupações é com a compreensão dos clientes.

A expectativa de Zupa é que a vacinação seja ampliada para que as pessoas se sintam mais seguras de ir a restaurantes –nesta sexta (23), ele comemorava que seria o dia dele. "Acho que, no máximo, em 90 dias, estaremos em situação melhor. Com a vacina, não vai ter mais motivo para fechar. O duro vai ser aguentar esses 90 dias." Folhapress

Economia

Em meio a pandemia, vetos ao Orçamento cortam recursos para saúde, educação e obras

Página - 03

FMI estima impacto menor de lockdown na economia

Página - 03

IPO: como funciona a estreia de uma empresa na Bolsa

Página - 05

Política

Guedes defende reavaliação do Mercosul e corte de tarifa do bloco

Página - 04

Bolsonaro pretende recriar Planejamento e nomear senador governista após desgaste com Guedes

Página - 04

GPS, líder em manutenção predial, reduz ambição de preço do IPO

Página - 05

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:02:52

No Mundo

EUA: transição para economia limpa chegará a US$ 23 trilhões até 2030

A secretária de Energia dos Estados Unidos, Jennifer Granholm, disse sexta (23), durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima, que a transição para uma economia mais limpa e menos nociva para o meio ambiente, representa uma oportunidade de negócios que deve movimentar US$ 23 trilhões até 2030.

Para se beneficiar desse mercado que, segundo a secretária, representa uma grande oportunidade para a geração de "milhões e milhões de empregos", será necessário muito investimento em inovações tecnológicas, visando principalmente fontes de energia limpa, bem como em uma mudança de pensamentos, de forma a "aumentar ambições coletivas" e a "repensar a resistência que temos à mudança".

A cúpula antecede a 26ª Conferência sobre o Clima, a COP26, a ser realizada em novembro em Glasgow, na Escócia. Um dos principais objetivos é impedir a elevação da temperatura média do planeta acima de 1,5 grau neste século.

Ao lado do ex-senador norte-americano John Kerry, enviado especial para o clima pelo gabinete do presidente Joe Biden, na condução dos debates de hoje, Jennifer Granholm disse ser necessário "aumentar nossas ambições coletivas" sobre as mudanças climáticas até o final dessa década.

"Precisamos, sem medo, buscar inovações para baixar os custos de baterias e para comercializar captura de carbono, dando condições ao chamado mercado verde e azul [referência às florestas e aos oceanos]. Provavelmente muitos de nós precisamos repensar a resistência que temos à mudança, uma vez que estamos presos a um status quo", disse a secretária.

"Talvez insistam que não conseguiremos atingir nossos objetivos. No entanto, há um antigo provérbio que diz: que 'quando sopram os ventos da mudança, algumas pessoas constroem muros. Outras constroem moinhos de vento'. Então, construtores de moinhos de vento, vamos voltar atrás com relação a dúvidas e medos. Algumas pessoas nos dirão as coisas mais apavorantes, e que nada podemos fazer. Vamos provar que nós podemos, e teremos todos os ganhos quando obtivermos sucesso, a começar pelos empregos", acrescentou.

Pedro Peduzzi/ABR

Biden classifica anúncios de Bolsonaro na Cúpula do Clima de 'notícias encorajadoras'

Em seu discurso final na Cúpula do Clima nesta sexta (23), o presidente americano, Joe Biden, classificou como "notícias encorajadoras" os anúncios feitos por Jair Bolsonaro durante o encontro virtual, nesta quinta (22).

O líder brasileiro anunciou mais recursos para a fiscalização ambiental, antecipou em dez anos a neutralidade climática do país e reafirmou o compromisso de acabar com o desmatamento ilegal até 2030 –meta que já constava do Acordo de Paris, assinado em 2015.

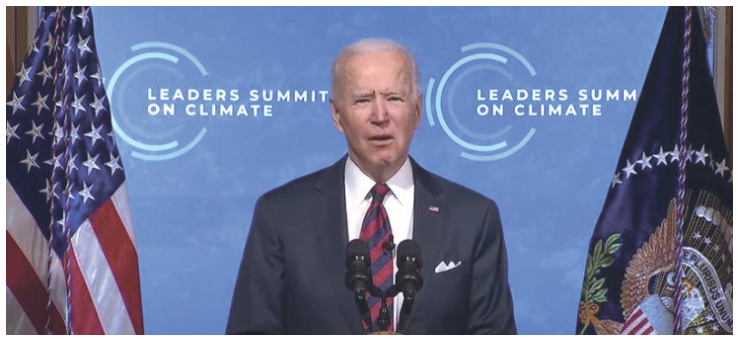
Biden citou o Brasil depois de celebrar metas específicas firmadas por Japão, Canadá e União Europeia, que se uniram aos EUA com novos objetivos de redução na próxima década.

"Também ouvimos notícias encorajadoras nos anúncios de Argentina, Brasil, África do Sul e Coreia do Sul", disse o presidente americano.

Integrantes do Departamento de Estado afirmaram, horas depois do discurso de Bolsonaro, que o brasileiro tinha adotado um tom positivo e construtivo em seu discurso, mas ponderaram que a credibilidade dos EUA sobre o Brasil se apoiaria em planos sólidos, mantendo o que chamaram de foco implacável em resultados.

Pouco antes, Biden já tinha feito um discurso de conclusão da Cúpula no qual disse ter visto "grande progresso" nos debates sobre mudanças climáticas e celebrou o discurso do líder russo –e seu antagonista político–, Vladimir Putin, que quer atingir a neutralidade em carbono em seu país até 2050.

Marina Dias/Folhapress



Uma dose de vacinas reduz infecção em até 65%, revela estudo

A probabilidade de ser infectado pelo novo coronavírus diminui drasticamente após a inoculação da primeira dose da vacina da Pfizer/BioNTech ou da AstraZeneca/Oxford. A informação é de um estudo britânico que concluiu, também, que a primeira aplicação dessas vacinas protege tanto pessoas mais velhas e mais vulneráveis quanto os mais jovens e saudáveis.

O trabalho conjunto do Office for National Statistics (ONS) e da Universidade de Oxford descobriu que há forte resposta imunitária em todas as faixas etárias depois da primeira dose de uma dessas vacinas. Segundo o estudo, divulgado em pré-publicação nesta sexta-feira (23), as inoculações tanto com a vacina da Pfizer quanto com a da AstraZeneca foram tão eficazes em indivíduos com mais de 75 anos e/ou em pessoas com problemas de saúde latentes, quanto em pessoas mais novas e/ou mais saudáveis.

O estudo, incluído em dois artigos que ainda não foram revistos, é baseado em testes realizados em cerca de 370 mil pessoas da população do Reino Unido e já é um dos maiores feitos até hoje, uma vez que fornece mais evidências em um cenário real sobre as vacinas usadas em território britânico e sua eficácia contra a infecção pelo SARS-CoV-2.

Os pesquisadores indicam que, ao reduzir as taxas de infeção, as vacinas não vão apenas prevenir as internações hospitalares e as mortes por covid-19, mas também permitir a quebra das cadeias de transmissão e, assim, reduzir o risco de um potencial ressurgimento da doença à medida que o Reino Unido vai aliviando as restrições.

RTP/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.:11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:03:16

Em meio a pandemia, vetos ao Orçamento cortam recursos para saúde, educação e obras

Os vetos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao Orçamento de 2021 retiram dinheiro das áreas de saúde, educação e também para obras. Para garantir verba a despesas obrigatórias, como aposentadorias, o governo teve que abrir espaço no Orçamento, num valor de aproximadamente R$ 29 bilhões.

Desse total, cerca de R$ 20 bilhões foram na forma de vetos, e R$ 9 bilhões na forma de bloqueio -o que deixa os gastos em suspenso e só serão liberados se houver dinheiro para o pagamento ao longo do ano. A diferença é que os programas e ações bloqueados podem voltar a ser autorizados em 2021, o que não ocorre no caso de veto.

Apesar de a crise sanitária do coronavírus atingir recordes no país, a verba para a saúde não foi poupada. A pasta perdeu R$ 2,2 bilhões em recursos vetados. Não houve, porém, bloqueio nesta área.

No caso do Ministério da Educação, foram vetados R$ 1,1 bilhão. O bloqueio na pasta foi de R$ 2,7 bilhões.

O ministro que mais perdeu verba foi Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional). Foram vetados R$ 8,6 bilhões e bloqueados R$ 800 milhões. Marinho havia sido o titular que mais ganhou dinheiro após mudanças no Orçamento promovidas pelo Congresso.

As alterações, no entanto, cortaram previsão de despesas obrigatórias, como aposentadorias e seguro-desemprego, que ficaram abaixo do suficiente para garantir os pagamentos até o fim do ano. Isso abriu uma arrastada negociação entre o Palácio do Planalto, Ministério da Economia e Congresso.

A solução costurada para destravar o Orçamento de 2021 envolveu uma combinação entre vetos a emendas parlamentares e recursos de programas de ministérios, além de um esforço do governo para enxugar ao máximo os gastos com o funcionamento da máquina pública.

De acordo com o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, os cortes oficializados nesta sexta-feira (23) não geram risco ao funcionamento da máquina pública.

Folhapress

FMI estima impacto menor de lockdown na economia

O FMI (Fundo Monetário Internacional) estima que lockdowns e outras medidas de restrição de circulação para conter o avanço do novo coronavírus terão menos impacto na atividade econômica neste ano do que tiveram no início da pandemia de Covid-19.

Em relatório, a instituição afirma que os lockdowns terão peso reduzido, por serem de menor escala e mais concentrados do que foram em 2020. Além disso, um número maior de setores da economia está mais adaptado ao trabalho remoto e ao distanciamento agora do que quando a Covid-19 eclodiu e pouco se sabia sobre a doença.

Nas economias desenvolvidas, ainda são esperadas restrições ocasionais à circulação de pessoas, para tentar conter a propagação de novas cepas do vírus. Conforme a população mais vulnerável for vacinada, porém, espera-se que as atividades sejam retomadas e ocorra uma aceleração do consumo, impulsionada inclusive pela demanda reprimida nos últimos meses.

Para os mercados emergentes, o ritmo lento de compra de vacinas sugere que a proteção contra o vírus permanecerá distante para a maioria da população. Assim, mais lockdowns e medidas de distanciamento ainda podem ser necessários até o ano que vem, aumentando a distância no ritmo de recuperação entre esses países e as economias desenvolvidas.

Na visão do Fundo, o acesso desigual dos países às vacinas vai ditar o ritmo de recuperação: enquanto nos países ricos e em alguns emergentes é esperada uma oferta ampla de imunizantes ao longo deste ano, boa parte do mundo terá mesmo de esperar pela vacina até a segunda metade de 2022. Douglas Gravas/Folhapress

Auxílio emergencial: Com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza

Em 2021, são consideradas pobres as pessoas que vivem com uma renda mensal per capita (por pessoa) inferior a R$ 469 por mês, ou US$ 5,50 por dia, conforme critério adotado pelo Banco Mundial. Já os extremamente pobres são aqueles que vivem com menos de R$ 162 mensais, ou US$ 1,90 por dia.

Em 2019, os brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza somavam 51,9 milhões. Isto significa que, em 2021, o Brasil terá 9,1 milhões de pobres a mais do que antes da chegada do coronavírus ao país.

No ano anterior à pandemia, os extremamente pobres eram 13,9 milhões. Assim, em apenas dois anos, 5,4 milhões de brasileiros se somarão a esse grupo que convive com a carência extrema.

Para as pesquisadoras Luiza Nassif-Pires, Luísa Cardoso e Ana Luíza Matos de Oliveira, autoras do estudo, o aumento da miséria esperado para esse ano revela que o auxílio emergencial com valor médio de R$ 250 é insuficiente para recompor a perda de renda da população mais pobre em meio à pior fase da crise de saúde pública provocada pela covid-19.

"Já havia um crescimento da pobreza antes da pandemia, isso só não se agravou no ano passado devido ao auxílio emergencial de R$ 600 a R$ 1.200", observa Oliveira.

"O novo modelo do auxílio, que sofreu um corte significativo, está deixando grande parte da população desamparada", acrescenta a economista, lembrando ainda que a queda de 4,1% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2020 só não foi maior devido ao benefício, que permitiu a parcela significativa da população manter um nível mínimo de consumo.

As economistas destacam ainda que as mulheres e a população negra são as mais afetadas por essa grave piora das condições de vida no país.

BBC/Biznews

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:03:37

Política

Guedes defende reavaliação do Mercosul e corte de tarifa do bloco

O ministro Paulo Guedes (Economia) defendeu nesta sexta-feira (23) uma reavaliação do Mercosul, com maior flexibilidade para que membros negociem individualmente acordos bilaterais, além de uma redução nas tarifas de importação do bloco.

De acordo com o ministro, por conta de um desalinhamento de interesses entre os países membro, o Mercosul perdeu participação no comércio brasileiro e isolou o país de outros fluxos de comércio no mundo.

"Às vezes, avançar [na abertura comercial] é permitir velocidades diferentes a quem está mais preparado e mais disposto a fazer esse avanço. Devíamos ter essa liberdade de ter ritmos um pouco diferentes", disse em sessão do Senado.

Para Guedes, o conjunto tem sido importante em negociações como a do acordo com a União Europeia, mas, diante da fragilização de membros como a Argentina, o governo gostaria de flexibilizar as regras sobre acordos comerciais do bloco.

"Juntos somos mais fortes, mas gostaríamos de estar conversando com bloco que se formou na Ásia, Canada, Japão, Coreia do Sul e achamos importante que haja essa liberdade de negociação para que os dois, três ou quatro membros tenham a possibilidade de achar o que for mais conveniente", disse.

O segundo ponto defendido pelo ministro é uma redução da TEC praticada pelo Mercosul. Segundo ele, o governo compreende a situação de dificuldade de membros do bloco, mas ressaltou que é preciso mostrar que a direção é a da abertura econômica.

Guedes afirmou que a proposta do Brasil é de um corte linear de 10% na tarifa, proporção considerada baixa por ele.

Em março, em reunião virtual com membros do Mercosul, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) já havia defendido o corte na TEC.

Bernardo Caram/Folhapress

Bolsonaro pretende recriar Planejamento e nomear senador governista após desgaste com Guedes

Sob ameaça da CPI da Covid, o presidente Jair Bolsonaro pretende recriar o Ministério do Planejamento e nomear para o seu comando um senador governista.

O presidente informou intenção a líderes partidários aliados, para os quais o ministro da Economia, Paulo Guedes, perdeu a capacidade de interlocução com o Poder Legislativo.

Apesar do acordo para a sanção da proposta orçamentária deste ano, deputados e senadores reclamam nos bastidores do que chamam de postura ortodoxa do ministro por ter, segundo eles, dificuldades em ceder a acordos políticos e insistir em soluções individuais.

Para o posto no Planejamento, são avaliados desde o início desta semana pelo Palácio do Planalto os nomes dos senadores Eduardo Gomes (MDB-TO), Jorginho Mello (PL-SC) e Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Na semana passada, após não ter conseguido garantir maioria governista na CPI da Covid, Bolsonaro reconheceu nos bastidores deficiências na articulação política do Palácio Planalto com o Senado. A avaliação no governo é de que foi um erro não ter contemplado o Senado nas últimas mudanças ministeriais.

Hoje, a Esplanada dos Ministérios não tem um ministro que seja senador, enquanto deputados federais comandam cinco pastas: Tereza Cristina (Agricultura), Onyx Lorenzoni (Secretaria-Geral), João Roma (Cidadania), Fábio Faria (Comunicações) e Flávia Arruda (Secretaria de Governo).

No último anúncio, Bolsonaro chegou a cogitar a nomeação para a Secretaria de Governo o nome de Eduardo Gomes, líder do governo no Congresso, mas acabou optando pela indicação da deputada federal Flávia Arruda (PL-DF), aliada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Gustavo Uribe/Folhapress

Publicidades de Doria e da Assembleia de SP na pandemia viram alvos de ofensiva na Justiça

Com a perda de receitas e cortes de gastos públicos causados pelo avanço da pandemia, deputados passaram a questionar de forma mais frequente contratos de publicidade assinados tanto pela Assembleia Legislativa de São Paulo como pelo governo paulista de João Doria (PSDB).

Uma série dessas insatisfações viraram ações na Justiça assinadas pelos parlamentares, com pedidos de suspensão das despesas. Como justificativa, as ações citam a pandemia, mas também critérios como moralidade administrativa, razoabilidade, interesse público e suposta lesão ao patrimônio público.

Aliados de Doria, postulante à Presidência em 2022, veem algumas dessas ações como estratégias políticas para desgastar o governador em ponto sensível: a de que se excede no marketing.

Um dos contratos mais questionados foi firmado pela própria Assembleia no início do ano. Ao custo de R$ 30 milhões, serão produzidos materiais de divulgação para o Legislativo durante 15 meses –até o primeiro semestre de 2022, ano eleitoral.

A medida foi tomada pelo então presidente da Assembleia Cauê Macris (PSDB), atual secretário da Casa Civil de Doria, com aval de outros membros da antiga mesa diretora da Casa, como Ênio Tatto (PT) e Milton Leite Filho (DEM).

Esse contrato bancou uma peça publicitária, exibida em horário nobre na televisão, que exalta medidas de economia tomadas em 2020. "A gente está aqui para cortar nossos salários em 30%, reduzir as despesas e doar mais de R$ 200 milhões para combater a pandemia", diz o anúncio.

No mês passado, o deputado estadual Arthur do Val e o vereador paulistano Rubinho Nunes, ambos integrantes do MBL filiados ao Patriota, pediram em ação popular a suspensão da execução do contrato e da divulgação das inserções.

João Marques/Folhapress

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:04:37

IPO: como funciona a estreia de uma empresa na Bolsa

Um dos eventos do mercado financeiro acompanhados mais de perto pelos investidores são os IPOs. Eles marcam a estreia de uma empresa na Bolsa de Valores e costumam despertar curiosidade e interesse — além da ambição de obter ganhos. Mas o que exatamente é um IPO, e como é possível lucrar com ele?

Em inglês, IPO é a sigla para "initial public offering", ou "oferta pública inicial" em português. Representa a primeira vez que uma empresa receberá novos sócios realizando uma oferta de ações ao mercado. Ela se torna, então, uma companhia de capital aberto com papéis negociados no pregão da Bolsa de Valores.

Normalmente, as empresas que fazem um IPO estão em um estágio de maturidade avançado dos seus negócios. Essas operações no Brasil, historicamente, são bastante grandes, podendo atingir a casa das centenas de milhões de reais.

Para as empresas, o IPO é um processo complexo e muitas vezes caro. Ele envolve uma mudança de mentalidade da gestão, que passará a ter de fornecer informações próprias para o mercado e a conviver com novos acionistas.

Emitir ações é uma das maneiras que as empresas têm para levantar recursos. Para se tornarem acionistas de uma companhia — e, com isso, poderem participar dos seus resultados — os investidores precisam comprar os papéis, entregando dinheiro em troca deles. Esses valores em geral financiam investimentos necessários para que a empresa cresça e prospere.

Existem outras formas de as empresas obterem recursos, é claro. As mais clássicas são as receitas geradas pelo próprio negócio ou os empréstimos bancários. Levantar dinheiro emitindo ações, porém, envolve algumas vantagens. Diferentemente de um financiamento, ações não têm vencimento, nem preveem um retorno específico. Com isso, a empresa fica livre de precisar ter os valores disponíveis, com certa rentabilidade, numa data definida.

Infomoney

GPS, líder em manutenção predial, reduz ambição de preço do IPO

Num mercado cada vez mais reticente, outra empresa está tendo que dar desconto para conseguir emplacar seu IPO.

O Grupo GPS — a maior empresa de serviços terceirizados de limpeza, manutenção e segurança do País — teve que reduzir sua faixa indicativa de preço, que agora vai de R$ 11,25 a R$ 13, segundo fontes próximas à oferta. A faixa anterior era de R$ 13 a R$ 15,5.

No meio do novo 'range', a GPS levantaria R$ 2,25 bilhões (metade numa oferta primária e metade na secundária).

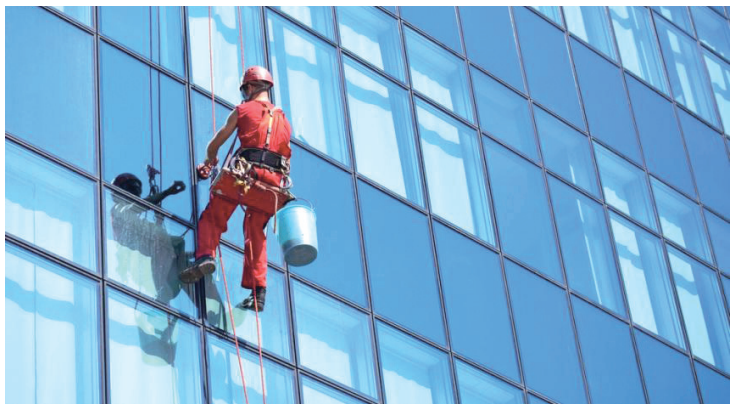
No low da faixa, a empresa começaria na Bolsa com um valuation de R$ 7,60 bi, um múltiplo de 14x o EBITDA estimado para 2021.

A empresa pretende usar cerca de R$ 320 milhões da oferta para pagar dividendos de lucros retidos ao longo dos últimos anos. O restante será majoritariamente para M&As.

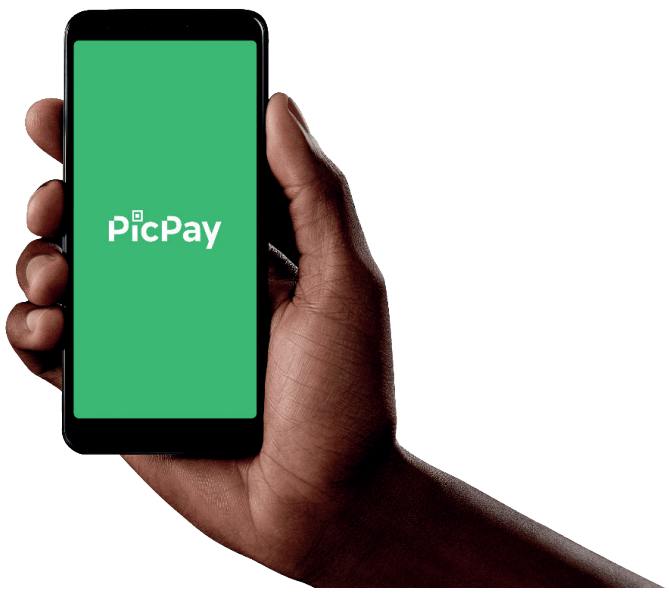
A maior parte da secundária dará saída parcial aos fundos Warburg Pincus e Gávea, que têm 22% e 15% da empresa e venderão 50% de suas posições. Os sócios fundadores — José Caetano Lacerda, Carlos Pedreira, Luís Martinez e Marcelo Hampshire — também venderão uma parcela pequena (10%), mas continuarão controladores após o IPO.

A GPS presta todo tipo de serviço de terceirização de mão de obra 'não qualificada', atendendo prédios e grandes empresas como Petrobras, Grupo Pão de Açúcar e Braskem. Além de limpeza e segurança, seus serviços também incluem logística indoor, manutenção industrial, tratamento de efluentes, alimentação e catering.

Brazil Journal/Folhapress



PicPay pede registro para IPO na Bolsa de tecnologia Nasdaq em Nova York



A carteira digital PicPay, controlada pelo grupo J&F da família Batista, pediu registro para realizar uma oferta inicial de ações na Bolsa de Valores americana Nasdaq, segundo documento regulatório protolocado pela companhia.

A empresa, que se apresenta como maior super app do Brasil, com 38,8 milhões de usuários cadastrados, sendo 28,4 milhões deles ativos, pretende vender ações ordinárias Classe A. As de classe B, votantes, seguirão com o grupo controlador.

Criado em 2012 no Espírito Santo como uma carteira digital, o PicPay foi ampliando rapidamente sua base de usuários, especialmente após ter sido adquirida anos depois pela J&F. Desde março de 2020, seu ritmo de expansão foi acelerado com os efeitos da pandemia da Covid-19, que impulsionou a procura por serviços digitais, inclusive financeiros, no Brasil.

Atualmente, a empresa é presidida por José Antonio Batista, neto do fundador da JBS, também do grupo J&F.

A companhia pretende com o recursos do IPO ampliar o seu marketplace financeiro e prevê lançar serviço de anúncios até o final deste ano. No prospecto preliminar enviado à SEC (Securities and Exchange Comission, CVM americana), o PicPay afirma também que tem uma base 1,2 milhão de lojistas e que teve receitas de R$ 389,6 milhões em 2020 e prejuízo de R$ 803,7 milhões.

Consultada, a empresa afirmou porém que está pronta para dar lucro e que já opera com margens positivas. "O resultado está diretamente relacionado ao ritmo acelerado da nossa estratégia de crescimento", disse em nota.

Com a oferta, que será conduzida por Bradesco BBI, Barclays, BTG Pactual e Santander, a empresa pretende levantar recursos para "acelerar nosso crescimento com uma estratégia de M&A que inclua metas que irão expandir nosso portfólio de produtos, melhorar nossas competências e aumentar nossa presença ao longo de nossa cadeia de valor ou encurtar nosso caminho para novos mercados", diz trecho do prospecto.

Reuters/Biznews

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:04:59

Publicidade Legal

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,4781 / R$ 5,4787 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,4970 / R$ 5,4990 *
Turismo - R$ 5,4870 / R$ 5,6600

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: 0,80%

OURO BM&F

R$ 310,800

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: 0,97%
Pontos: 120.530
Volume financeiro: R$ 27,268 bilhões
Maiores altas: Gol PN (4,12%), Via Varejo ON (3,88%), Braskem PN (3,56%)
Maiores baixas: Cielo ON (-3,10%), Cosan ON (-2,49%), Marfrig ON (-2,06%)

S&P 500 (Nova York): 1,09%
Dow Jones (Nova York): 0,67%
Nasdaq (Nova York): 1,44%
CAC 40 (Paris): -0,15%
Dax 30 (Frankfurt): -0,27%
Financial 100 (Londres): 0,00%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,57%
Hang Seng (Hong Kong): 1,12%
Shanghai Composite (Xangai): 0,26%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,91%
Merval (Buenos Aires): 0,53%
IPC (México): 0,00%

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da "Companhia" a se reunirem em AGOE da Companhia, que se realizará no dia 30/04/2021, às 10:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo-SP, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, Cj 92, Água Branca, a fim de deliberarem sobre: **1.** Em AGO: a) o Relatório da Administração, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2020; b) a proposta dos administradores para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31/12/2020; c) a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e d) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021. **2**. Em AGE: a) alteração do endereço da sede social e de filiais da Companhia; b) a ratificação de atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; c) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, e; d) outros assuntos de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 16/04/2021. **Helio de Athayde Vasone** – Presidente do Conselho de Administração. (21, 23 e 24/04/2021)

Falconi Participações S.A. – CNPJ/ME nº 19.494.126/0001-98 – NIRE 35.300.461.185

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada sob a forma digital, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, em primeira convocação, **no dia 30/04/2021, às 14:00 horas**, para deliberar sobre as seguintes matérias: *Em Assembleia Geral Ordinária*: a. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; b. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020; c. Deliberar sobre a distribuição dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019; d. Análise e aprovação do Relatório ESG (*Environment, Social and Corporate Governance)* Falconi 2020; e e. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. *Em Assembleia Geral Extraordinária*: a. Com base em proposta previamente aprovada e recomendada pelo Comitê de Pessoas, Carreiras e Sucessões e pelo Conselho de Administração, a aprovação da entrada de novos sócios na Sociedade e também a promoção de sócios; b. Examinar proposta de investimento em *start up* do setor de tecnologia – *venture capital*; e c. Deliberar acerca da criação de subsidiária para novo business do setor de tecnologia e segurança desenvolvido com a Falconi Capital. A participação e a votação na Assembleia ora convocada serão realizadas mediante atuação remota, via sistema eletrônico digital, sendo que cada acionista receberá em seu e-mail cadastrado junto à Companhia as instruções e orientações específicas para sua participação e conexão no sistema, incluindo orientações a respeito da documentação necessária para permitir a participação na Assembleia. Informações adicionais e dúvidas poderão ser obtidas junto à Companhia, por meio do e-mail jurídico@falconi.com . São Paulo, 20/04/2021. Marcio Froes – Presidente do Conselho de Administração. (21, 23 e 24/04/2021)

Meribaspe Empreendimentos Imobiliários SPE S/A

CNPJ/ME nº 22.348.203/0001-06 - NIRE 35.300.48629-3

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária.

Data, Hora e Local: 22/04/2021, 12horas, Rua Hungria, nº 514, 10º andar, conjunto 102, sala 25, Jardim Europa, São Paulo, SP. **Presença:** totalidade dos Acionistas e Anuente Fundo de Investimento Imobiliário RBR Properties - FII. **Deliberações: (i)** Foi aprovada a redução do capital social em R$75.000.000,00 com o consequente cancelamento de 75.000.000 ações de titularidade das Acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social, as quais serão reembolsadas às Acionistas mediante crédito em conta corrente. A eficácia da redução do capital aprovada está condicionada ao decurso do prazo legal de 60 dias, contados da publicação deste extrato, sem que tenha ocorrido a oposição de qualquer credor; **(iii)** Foi aprovada a nova redação da cláusula 5ª do Estatuto Social: "*Cláusula 5ª - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), dividido em 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) ações, todas ordinárias, nominativas, e sem valor nominal*". **Mesa:** Arthur José de Abreu Pereira – Presidente; André Ferreira de Abreu Pereira – Secretário.

Vereda Educação S.A.

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 – NIRE 35.300.501.322

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Vereda Educação S.A. ("Companhia"), conforme disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em AGE, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30/04/2021, às 09h00, remotamente, via videoconferência, em atenção ao Decreto Estadual nº 64.879, de 20/03/2020, a Lei nº 14.010, de 10/06/2020, e ao atual cenário de contenção à propagação do COVID-19, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Em AGO: (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2020; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020 e a distribuição de dividendos; e (c) eleger a composição do Conselho de Administração da Companhia. II. Em AGE: (a) ratificar o Contrato de Empréstimo formalizado entre Companhia e Investidores em 2021; (b) aprovar o aumento do capital social da Companhia, em virtude da conversão de mútuo com emissão de ações da Companhia, conforme Contrato de Mútuo Conversível celebrado em 2020, entre Companhia e Investidores; (c) aprovar o tratamento a ser dado às ações não integralizadas; (d) aprovar a equalização das ações em tesouraria face às ações dos administradores; (e) aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento de capital, nos termos do item 'b' acima; e (f) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos de suporte que tratam dos assuntos que serão objeto de apreciação e deliberação na AGO e Extraordinária serão enviados via e-mail, conjuntamente com uma Carta explicativa que contém, além de outras informações importantes, o cronograma da Assembleia, e as orientações para o exercício do voto – que será exclusivamente – por meio da plataforma de votação eletrônica online. Os Senhores Acionistas poderão ser representados na AGE por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, § 1º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia. São Paulo, 12/04/2020. **Giancarlo Arduini** – Presidente do Conselho de Administração. (21, 23 e 24/04/2021)

Caravelas Negócios Imobiliários S.A. CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE nº 35.300.386.817

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 28 de abril de 2021, às 9:00 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: **Em AGO:** (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Fixar a remuneração global anual da administração; e **Em AGE**: (i) Deliberar sobre aumento de capital social. SP, 19/04/2021. **Angela Martins Guido Rios -** Presidente do Conselho de Administração

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/ME nº 62.310.644/0001-33 – NIRE 35.300.052.421

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em 30/04/2021, às 10h00, na sede social, na Rua Cel. Sezefredo Fagundes, 7.901, São Paulo-SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, Notas Explicativas e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31/12/2020; (ii) Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2020; (iii) Correção Monetária do Capital Social; (iv) Aprovação da verba anual e global destinada à remuneração da Diretoria; e (v) Outros assuntos de interesse social. SP, 16/04/2021. A Diretoria. (21, 23 e 24/04/2021)

Data Mercantil
www.datamercantil.com.br

Allis Soluções em Trade Pessoas Participações S.A.

Anteriormente denominada Allis Participações S.A.

CNPJ/MF: nº 08.648.295/0001-19

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1	–	4.728	2.242
Contas a receber de clientes	–	–	34.754	13.944
Impostos a recuperar	–	9	6.030	17.315
Adiantamentos	–	5	1.771	1.352
Outros créditos	364	310	2.159	540
Total	**365**	**324**	**49.442**	**35.393**
Não circulante				
Depósitos judiciais	–	1	6.262	8.744
Impostos a recuperar	–	–	–	1.814
Impostos diferidos	–	–	24.621	20.335
Investimentos em controladas	5.308	9.984	–	–
Imobilizado	–	–	1.695	1.593
Direito de uso de arrendamentos	–	–	1.103	311
Intangível	23	115	39.827	40.123
Total	**5.331**	**10.100**	**73.508**	**72.920**
Total do ativo	**5.696**	**10.424**	**122.950**	**108.313**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	17.941	11.884
Fornecedores e contas a pagar	462	290	8.490	5.284
Impostos e contribuições a recolher	150	150	9.528	5.769
Adiantamento de clientes	–	–	2.323	4.299
Salários e encargos a pagar	–	–	20.633	12.404
Obrigações com arrendamentos	–	–	441	239
Receitas a apropriar	–	–	4.772	2.485
Total	**612**	**440**	**64.128**	**42.364**
Não circulante				
Empréstimos e Financiamentos	–	–	26.449	31.143
Partes relacionadas	4.650	4.128	–	–
Impostos e contribuições a recolher	–	–	5.806	2.686
Obrigações com arrendamentos	–	–	667	91
Outras contas a pagar	701	–	–	–
Provisão para riscos	18	703	26.185	26.876
Total	**5.369**	**4.831**	**59.107**	**60.796**
Patrimônio líquido				
Capital social	8.110	7.943	8.110	7.943
AFAC	107	–	107	–
Reservas de capital	111.332	111.499	111.332	111.499
Prejuízos acumulados	(119.834)	(114.289)	(119.834)	(114.289)
Total	**(285)**	**5.153**	**(285)**	**5.153**
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.696**	**10.424**	**122.950**	**108.313**

Demonstrações do Resultado

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 32019
Receita operacional líquida	–	–	161.693	106.584
Custos dos serviços prestados	–	–	(140.739)	(93.565)
Lucro operacional bruto	–	–	20.954	13.019
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(833)	(339)	(16.058)	(17.568)
Com vendas	–	–	–	–
Outras despesas operacionais, liquidas	(30)	(94)	(11.548)	(3.989)
Equivalência Patrimonial	(4.676)	2.723	–	–
Resultado antes do resultado financeiro líquido, da equivalência patrimonial e impostos	(5.539)	2.290	(6.652)	(8.538)
Receitas financeiras	1	1	3.411	9.224
Despesas financeiras	(7)	(64)	(6.549)	(7.631)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(5.545)	2.227	(9.790)	(6.945)
IRPJ e contribuição social:	–	–	4.245	9.172
Lucro (prejuízo) líquido do período	(5.545)	2.227	(5.545)	2.227
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	7.925.431	7.925.431	7.925.431	7.925.431
Lucro (prejuízo) básico/ diluído por ação - R$	(0,70)	0,28	(0,70)	0,28

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de capital: Ágio na emissão de ações	Reservas de capital: Ações outorgadas	(Prejuízos)/lucros líquidos acumulados	AFAC	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**7.943**	**93.873**	**17.626**	**(116.516)**	**–**	**2.926**
Prejuízo do exercício	–	–	–	2.227	**2.227**	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**7.943**	**93.873**	**17.626**	**(114.289)**	**–**	**5.153**
Adiantamento para futuro aumento de capital	111.332	**111.332**				
Lucro líquido do exercício	–	–	–	(5.545)	**(5.545)**	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**7.943**	**93.873**	**17.626**	**(119.834)**	**111.332**	**110.940**

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
–	**(5.545)**	**2.227**	**(5.545)**	**2.227**
Resultado abrangente do exercício	**(5.545)**	**2.227**	**(5.545)**	**2.227**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/(prejuízo) antes do IRPJ e da Contribuição Social	**(5.545)**	**2.227**	**(9.790)**	**(6.945)**
Ajustes para conciliar o prejuízo antes do IRPJ e da CSLL com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização (Notas 8 e 9)	92	94	844	1.251
Amortização direito de uso de arrendamento (Nota 10)	–	–	385	330
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7)	4.676	(2.723)	–	–
Constituição de provisões, líquida de reversões	–	–	–	(1.218)
Perda de crédito esperada (Nota 4)	–	–	(174)	259
Provisão para riscos (Nota 15)	16	(20)	(691)	(1.351)
Perdas eventuais, líquidas	–	–	4.429	3.516
Perdas com impostos a recuperar (Nota 5a)	–	–	3.007	3.688
Resultado financeiro, líquido	–	–	910	(3.499)
Ajuste a valor presente - AVP (Nota 10)	–	–	55	94
Baixas líquidas do ativo imobilizado e intangível (Nota 8)	–	–	–	85
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	–	–	(22.612)	(9.596)
Depósito e bloqueio judicial	1	34	(1.732)	386
Impostos a recuperar	9	(9)	1	4.254
Outros créditos	(49)	(148)	(2.039)	708
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores e contas a pagar	172	(369)	3.206	(401)
Salários e encargos a pagar	–	–	14.751	5.584
Impostos e contribuições a recolher	–	(48)	8.793	7.496
Outras contas a pagar	–	50	2.287	152
Caixa gerado pelas operações, antes de dividendos, do pagamento de juros e do IRPJ e CSLL	**(628)**	**(912)**	**1.630**	**4.793**
Juros sobre empréstimos pagos	–	–	(2.103)	(2.526)
Imposto de renda e CSLL pagos	–	–	(109)	(229)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	**(628)**	**(912)**	**(582)**	**2.038**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	107	–	107	–
Adições ao imobilizado e intangível (Notas 8 e 9)	–	–	(650)	(141)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	**107**	**–**	**(543)**	**(141)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos	–	–	12.487	10.075
Pagamento de empréstimos	–	–	(8.422)	(13.474)
Pagamentos de arrendamentos (Nota 10)	–	–	(454)	(405)
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	522	912	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	**522**	**912**	**3.611**	**(3.804)**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1**	**–**	**2.486**	**(1.907)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	–	2.242	4.149
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	–	4.728	2.242
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1**	**–**	**2.486**	**(1.907)**

Jean-François Bernard Posth – Diretor Financeiro

Cristian Santos Zames – Contador CRC 1SP303527/O-7

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:05:19

Falconi Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.494.126/0001-98

Relatório da Administração 2020

Prezados Acionistas: A Falconi Participações S/A., composta por três empresas, obteve em 2020 um resultado similar ao ano anterior em termos de lucro líquido. Dado o contexto de redução da atividade econômica, este resultado é considerado positivo. No início do ano, um novo plano estratégico foi aprovado, alicerçado nos pilares de Gente, Gestão e Tecnologia, prevendo uma ampliação da atuação da FALCONI para mercados não atendidos e a construção de novos negócios. A Falconi Consultores apresentou resultados acima do cenário replanejado após a pandemia. O cenário requereu uma desaceleração de alguns investimentos previstos em sua transformação. Foram priorizados os recursos para o desenvolvimento dos novos negócios em andamento. O desenvolvimento de novos negócios, produtos e serviços vem sendo realizado apenas com recursos próprios, oriundos da consultoria. A expansão da atuação se inicia com o lançamento da MID, solução híbrida, que utiliza de uma plataforma tecnológica combinada ao atendimento presencial, especializada em médias empresas, e com o fortalecimento do pilar Gente na consultoria, onde planejamos expansão e revisão de portfolio. Em novos negócios, contamos com a Capital e a FRST (Falconi Road of Skills and Talents). A FRST é uma edtech lançada em abril/2020 após um período de desenvolvimento e testes de quase 2 anos, com o propósito de revolucionar o aprendizado. É uma plataforma de desenvolvimento de pessoas inovadora, que conecta o desenvolvimento do indivíduo aos resultados organizacionais. É individualizada, conectada a solução de problemas reais, colaboração e comprometida com as competências do século XXI. Oferece um processo de aprendizado completamente digital, cuja jornada traz os pilares da educação do futuro. Os conteúdos são direcionados após assessment realizado com apoio da inteligência artificial. A curadoria do conteúdo e sua produção são realizados através de metodologia própria e trazem os conceitos mais modernos e aplicados no mundo. Já em seus 8 primeiros meses de atuação, a FRST desenvolveu cerca de 200 empresas de todos os portes e de diferentes segmentos, alcançado patamares de satisfação acima de 90%. Além da atuação no mercado brasileiro, destacam-se as operações realizadas com empresas globais contando com participantes em 43 países. Essas operações são viabilizadas pela tecnologia que permite atender os desafios de escala no nivelamento de conhecimento, elaboração de projetos reais e interações para colaboração nos negócios. Com o objetivo de apoiar a sociedade e comprometida com nosso propósito de impactar positivamente a sociedade, a FRST ofereceu programas gratuitos de 2 semanas em seu lançamento, aberto a líderes de organizações de todos os portes e segmentos. Tivemos conosco mais de 10.500 participantes de quase 5000 empresas. A Falconi Capital é uma empresa independente de investimentos alternativos, originada da Falconi Consultores, e seu objetivo é gerar valor por meio da participação no capital social de empresas privadas que estejam aderentes às teses de investimento. Para prospecção de novos investimentos, prioriza 5 teses em setores que possuem uma baixa exposição ao risco macroeconômico, bem como um alto potencial de crescimento e consolidação no longo prazo, ancorada em três pilares: • Upside via Gestão e Inovação: carregando o DNA e o modelo mental da maior consultoria de gente e gestão do País, a Falconi Capital atua como catalisador de crescimento e de geração de valor nas companhias em que investe. • Ativismo Construtivo: com um processo ativo de gestão e otimização da operação das investidas, a Falconi Capital busca a criação de valor de forma criteriosa e constante, atuando como sócio majoritário ou sócio minoritário relevante. • Horizonte de Longo Prazo: a Falconi Capital persegue decisões que maximizam o valor das investidas no longo prazo e, para isso, promove alinhamento com investidores que tenham flexibilidade quanto ao período de desinvestimento. Sua primeira investida, mesmo em um ano difícil como 2020, apresentou crescimento de 50% em termos de receita líquida (desde a nossa entrada, o crescimento acumulado é de 126% em 18 meses). Há negociações em andamento com outras empresas para compor o portfólio de forma sinérgica e integrada.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

Diretoria Executiva

Balanços Patrimoniais em 31/12/2020 e 2019 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	223	18	65.511	30.567
Títulos e valores mobiliários CP	7	130	758	39.014	56.689
Contas a receber de clientes	8	–	–	78.004	74.335
Tributos a recuperar	9	149	183	16.141	26.453
Outros ativos	10	1.540	764	7.092	5.321
Total dos ativos circulantes		**2.042**	**1.723**	**205.762**	**193.365**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários LP	7	–	–	6.651	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.b	–	–	17.338	17.131
Depósitos judiciais	16	–	–	4.149	6.678
Outros ativos LP	10	–	–	85	85
Tributos a recuperar LP	9	–	–	8.315	–
Investimentos	12	183.932	170.779	544	–
Imobilizado	13	–	–	3.817	5.388
Intangível	14	–	–	22.322	20.675
Total dos ativos não circulantes		**183.932**	**170.779**	**63.221**	**49.957**
Total do ativo		**185.975**	**172.502**	**268.983**	**243.322**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo circulante					
Fornecedores		34	46	7.775	6.618
Arrendamento mercantil	15	–	–	1.722	1.483
Salários e encargos sociais		22	19	19.323	16.948
IRPJ e contribuição social	26.c	(100)	335	25.334	7.973
Tributos a pagar		–	35	4.338	7.525
Dividendos e JCP propostos		–	–	–	–
Participação de empregados	27.e	–	–	399	6.693
Outros passivos	18	–	–	1.110	642
Total dos passivos circulantes		**(44)**	**435**	**60.001**	**47.882**
Passivo não circulante					
Arrendamento mercantil	15	–	–	2.454	3.606
Empréstimo e financiamento LP		–	–	–	–
Provisões para contingências	16	–	–	6.953	9.213
Obrigações societárias	17	–	–	11.815	9.039
Outros passivos LP	18	–	–	840	1.200
Total dos passivos não circulantes		**–**	**–**	**22.062**	**23.059**
Patrimônio líquido	19				
Capital social		141.037	60.381	141.037	60.381
Reservas de capital		10.677	10.677	10.677	10.677
Reservas de lucros		75.700	122.506	75.700	122.506
(-) Ações em tesouraria		(29.911)	(9.734)	(29.911)	(9.734)
Ajuste acumulado de conversão		–	–	–	–
Resultado abrangente		(11.485)	(11.763)	(11.484)	(11.763)
Total do patrimônio líquido		**186.018**	**172.067**	**186.018**	**172.067**
Participação dos não controladores		–	–	902	314
Total do passivo e patrimônio líquido		**185.975**	**172.502**	**268.983**	**243.322**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações de Resultados em 31/12/2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Operações	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida de vendas	20	–	–	264.551	305.895
Resultado em participação societária (MEP)	10	41.415	44.176	–	–
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	21	–	–	(146.565)	(169.663)
Lucro Bruto		**41.415**	**44.176**	**117.986**	**136.232**
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas comerciais	22	–	–	(575)	(5.763)
Despesas gerais e administrativas	23	(1.080)	(1.055)	(60.860)	(64.291)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(6.476)	(7.290)	(5.002)	(7.368)
Lucro Operacional		**33.859**	**35.831**	**51.549**	**58.810**
Resultado Financeiro					
Despesas financeiras	25	(16)	(71)	(4.425)	(1.657)
Receitas financeiras	25	9	160	4.641	4.609
Variações cambiais	25	–	11	10.719	(1.505)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**33.852**	**35.931**	**62.484**	**60.257**
IRPJ e CSLL					
Corrente	26.a	–	(435)	(28.919)	(24.412)
Diferido	26.b	–	–	151	(263)
Total da despesa de IRPJ e CSLL		**–**	**(435)**	**(28.768)**	**(24.675)**
Participações não controladas		–		(136)	86
Resultado do período		**33.852**	**35.496**	**33.852**	**35.496**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Resultado do período	33.852	35.496	33.852	35.496
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	–	–	5.717	4.710
Baixa do imobilizado e intangível	–	–	1.672	706
Participação em controlada	(41.430)	(44.176)	(544)	–
Provisão para participação nos lucros	–	–	–	6.693
Ajuste Acumulado de Conversão	16		279	
Reversão (constituição) de provisões Contigências	–	–	(2.260)	(2.122)
Reversão (constituição) de PECLD	–	–	(2.259)	(2.259)
Impostos diferidos	–	–	(207)	263
Juros incorridos, variação cambial e outros	345	–	(5.000)	(5.001)
	(7.217)	**(8.680)**	**31.250**	**38.486**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	3.936	(553)
Tributos a recuperar	34	(3)	1.997	(96)
Outros ativos	(777)	1.784	758	(3.142)
Fornecedores	(12)	(36)	1.157	2.393
Salários e encargos sociais	3	19	2.375	4.374
Tributos a pagar e Imposto de renda e contribuição social	–	476	45.422	36.700
Arrendamento Mercantil	(345)			
Participação de empregados	–	–	(6.294)	(11.772)
Outros passivos	–	(4)	2.886	(2.685)
Caixa proveniente (utilizado nas) das operações	**(8.314)**	**(6.444)**	**83.487**	**63.705**
Tributos Pagos	(35)	(7)	(23.800)	(11.482)
IRPJ e CSLL pagos	(435)	(241)	(7.448)	(30.242)
Caixa gerado pelas pelas atividades operacionais	**(8.784)**	**(6.692)**	**52.238**	**21.981**
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(8.784)**	**(6.692)**	**52.238**	**21.981**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	628	3.646	11.024	(6.805)
Investimento por incorporação	–	–	–	–
Aquisições de Investimentos	(14.221)	(1.951)	–	–
Pagamento de imobilizado	–	–	(1.389)	(1.224)
Pagamento de intangível	–	–	(6.076)	(10.581)
Perda/Ganho na participação societária	12			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(13.581)**	**1.695**	**3.559**	**(18.610)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e arrendamentos	–	–	(1.258)	3.231
Pagamento de capital a acionistas e transações com ações	(20.179)	2.941	(20.179)	2.941
Recebimento de lucros e dividendos das investidas	42.749	14.071	–	–
Integralização de capital minoritário	–	–	–	–
Participação de acionista não controlador	–	–	584	89
Dividendos pagos	–	(12.500)	–	(12.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**22.570**	**4.512**	**(20.853)**	**(6.239)**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**205**	**(485)**	**34.944**	**(2.868)**
Caixa e equivalente de caixa:				
No início do exercício	18	503	30.567	33.435
No final do exercício	223	18	65.511	30.567
Variação Caixa e equivalente de caixa	**205**	**(485)**	**34.944**	**(2.868)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital: Ações em tesouraria	Reserva de capital: Subscrição acionistas	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimento e capital de giro	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**60.381**	**(12.675)**	**10.677**	**9.080**	**53.891**	**–**	**36.537**	**(0)**	**(12.671)**	**145.219**
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos sob. Resultado de 2018 (AGO 30/04/2019)	–	–	–	–		–	(12.500)	–	–	(12.500)
Reversão de Reserva Legal	–	–	–	(3.246)	–	–	3.246	–	–	–
Constituição de Reserva de capital de giro (AGO 30/04/2019)	–	–	–	–	27.283		(27.283)	–	–	–
Recompra de ações	–	(3.946)	–	–	–	–	–	–	–	(3.946)
Venda de ações Sócios	–	6.887	–	–	–	–	–	–	–	6.887
Lucro (Prejuízo) líquido do período	–	–	–	–	–	–	–	35.496	–	35.496
Destinação do lucro líquido:										
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	24.847	(24.847)	–	–
Constituição de Reserva legal	–	–	–	1.775	–	–	–	(1.775)	–	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	8.874	(8.874)	–	–
Ajuste de taxa de conversão investidas no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	910	910
Em 31 de dezembro de 2019	**60.381**	**(9.734)**	**10.677**	**7.609**	**81.174**	**–**	**33.721**	**–**	**(11.761)**	**172.067**
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Constituição de Reserva Legal (AGO 30/05/2020)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de Capital (AGO 30/05/2020)	80.656	–	–	–	(55.809)	–	(24.847)	–	–	
Reversão de Reserva Legal	–	–		–	–	–	–	–	–	–
Consignação de Reservas	–	–	12.600		(12.600)	–	–	–	–	–
Recompra de ações	–	(21.044)	–	–	–	–	–	–	–	(21.044)
Venda de ações Sócios	–	867	–	–	–	–	–	–	–	867
Lucro (Prejuízo) líquido do período	–	–	–	–	–	–	–	33.852	–	33.852
Destinação do lucro líquido:										
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	23.696	(23.696)	–	–
Constituição de Reserva legal	–	–	–	1.693	–	–	–	(1.693)	–	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	8.463	(8.463)	–	–
Ajuste de taxa de conversão investidas no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	279	279
Em 31 de dezembro de 2020	**141.037**	**(29.911)**	**23.277**	**9.301**	**12.765**	**–**	**41.033**	**–**	**(11.485)**	**186.018**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *Em milhares de reais*

1. Contexto operacional – A FALCONI Participações S.A. ("Companhia" ou "*Holding*"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 19/11/2013 e teve o início de suas atividades em 29/05/2014 mediante exercício de seu objeto social de participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como acionista ou quotista, no Brasil ou exterior. A Companhia encontra-se estabelecida na cidade de São Paulo/SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2020 abrangem a Companhia e suas controladas, conjuntamente referidas como "Grupo". **2. Aquisição de controlada e demais partes relacionadas – 2.1. Combinação de negócios:** Em 25/03/2014, a Companhia obteve 1% de participação na FALCONI Consultores de Resultado, Sociedad de Responsabilidad Limitada de capital variable (FALCONI México), sem exercer controle significativo sobre a empresa. O início efetivo das atividades da Companhia se deu em 29/05/2014, quando ela obteve o controle do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A. ("FALCONI Consultores de Resultado") mediante aquisição de 52% do capital votante dessa entidade, às quais foram integralizados por meio de *Roll Up* de 66.506.169 ações em circulação de acionistas dessa entidade, ao valor de ação apurado por meio de balanço extraordinário levantado em 30/04/2014. Em 30/05/2014, a Companhia obteve o controle da FALCONI Participações Ltda. (FALCONI Ltda.), tornando-se titular de 100% das quotas também a partir de *Roll Up* de 32.587.986 ações em circulação, anteriormente transferidas pela FALCONI Consultores de Resultado para a Companhia. Adicionalmente, nessa mesma data, foi aprovado o aumento de capital da FALCONI Consultores de Resultado mediante a emissão de 1.385.500 novas ações e, adicionalmente, a constituição de reserva de capital. A FALCONI Consultores de Resultado é a entidade responsável pelas operações do Grupo e tem como atividade a prestação de serviços de consultoria voltados para o campo da tecnologia da gestão e de treinamento em gestão, a prestação de serviços de customização de *software* e a participação no capital social de outras sociedades, simples ou empresária, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A controlada encontra-se estabelecida na cidade de São Paulo/SP. A Companhia reconheceu os ativos, passivos e obrigações identificáveis da FALCONI Consultores SA ao seu valor justo na data de aquisição, conforme descrito abaixo:

Em milhares de reais

Caixa e equivalentes de caixa	72.564
Contas a receber de clientes e outros créditos	76.540
Investimento	27.275
Imobilizado e intangível	9.349
Fornecedores e outras contas a pagar	(92.315)
Total líquido de ativos identificáveis	**93.413**
Valor adquirido pelo % participação de 52%	(48.575)
Valor justo dos ativos identificáveis	39.220
Valor da mais-valia	**(9.355)**

A Companhia reconheceu os ativos, passivos e obrigações identificáveis da FALCONI Participações Ltda. ao seu valor justo na data de aquisição, conforme descrito abaixo:

Em milhares de reais

Caixa e equivalentes de caixa	60
Investimento	44.863
Fornecedores e outras contas a pagar	(60)
Total líquido de ativos identificáveis	**44.863**
Valor adquirido	(44.863)
Valor justo dos ativos identificáveis	10.080
Valor da mais-valia	(34.783)

Foi reconhecida como resultado dessa aquisição a mais-valia, a qual é atribuída à emissão de ações via operação de *Roll Up* ao valor inferior ao custo, denotando uma compra vantajosa para a Companhia e, consequentemente, para a FALCONI Participações Ltda. em função da sua constituição por meio de ações da FALCONI Consultores de Resultado também a valor inferior ao custo. Em 01/02/2019, a Companhia obteve o controle da Falconi Capital tornando-se em 2020 titular de 92,75% das quotas após cessão e transferências de quotas dos ex-sócios. Em 01/08/2019, a Companhia a participação na FRST Falconi Road of Skills and Talents Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas Ltda, no qual em 2020 representa obteve 93,00%, exercendo controle significativo sobre ela. **Custo de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição das empresas referentes a honorários advocatícios e custos de emissão de laudo de avaliação, os quais foram incluídos nas Despesas Administrativas da Companhia na demonstração de resultado. **2.2. Contexto operacional das entidades controladas**

Tipo de Controle	Participação acionária em 2020: Direto	Indireto
Falconi Consultores S.A	52%	–
FALCONI Participações Ltda.	100%	–
FALCONI Consultores de Resultado, Sociedad de Responsabilidad Limitada de capital variable (*)	1%	99%
FALCONI Capital	92,75%	–
FRST Falconi Road of Skills and Talents	93,00%	–
INDG Edição e Comércio de Livros EIRELI (*)	–	100%
FALCONI Consultants for Results Corp. (*)	–	100%

(*) Essas entidades são controladas pela Falconi Consultores S.A.

A FALCONI Consultores S.A. é a principal entidade responsável pelas operações do Grupo. A Companhia tem como atividade a prestação de serviços de consultoria voltados para o campo da tecnologia da gestão e de treinamento em gestão, a prestação de serviços de customização de *software* e a participação no capital social de outras sociedades, simples ou empresária, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A controlada encontra-se estabelecida na cidade de São Paulo (SP) A subsidiária FALCONI Participações Ltda. ("FALCONI LTDA") possui como objeto a participação no capital social de outras sociedades, simples ou empresárias, como acionista ou quotista, no país ou exterior. A empresa está localizada na cidade de São Paulo/SP. A FALCONI Consultores de Resultado, Sociedad de Responsabilidad Limitada de capital variable ("FALCONI México") está localizada na Cidade do México e apresenta como objeto social a prestação de serviços de consultoria de gestão, que contempla treinamentos de gestão e atividades voltadas para área de tecnologia da informação, bem como participação no capital social de outras sociedades. A FALCONI CAPITAL possui como objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria econômico financeiro participação no capital social de outras sociedades, simples ou empresárias, como acionista ou quotista, no país ou exterior. A empresa está localizada na cidade de São Paulo/SP. A FRST Falconi Road of Skills and Talents Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas Ltda, tem objeto social a prestação de serviços de informática e portal de provedor de conteúdo e outros serviços de informação de internet, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e participação no capital social de outras sociedades, simples ou empresárias, como acionista ou quotista, no país ou exterior. A empresa está localizada na cidade de São Paulo/SP. A subsidiária indireta INDG Edição e Comércio de Livros Eireli EIRELI ("FALCONI Editora"), estabelecida em Belo Horizonte/MG, atua na edição, publicação e comercialização de livros, apostilas, boletins e vídeo-cursos. A subsidiária indireta FALCONI Consultants for Results Corp. ("FALCONI EUA"), encontra-se sediada na Flórida – Estados Unidos, e tem como atividade principal a prestação de serviços de consultoria voltados para o campo da tecnologia da gestão e de treinamento em gestão, podendo participar no capital de outras sociedades. **2.3. Contexto operacional Pandemia:** A Covid-19, uma doença infecciosa causada por um novo vírus, foi declarado pandemia mundial pela OMS em 11/03/2020. As medidas para retardar a disseminação da Covid-19 tiveram um impacto significativo na economia global. Dado o cenário a Companhia iniciou seus trabalhos de forma remota desde 16/03/2020, além de optar pela redução de jornada em três meses de 2020, como forma de redução de gastos pelo cenário incerto que estávamos vivendo. Os trabalhos se mantém sendo feitos de forma remota, por tempo indeterminado como medida de segurança para os colaboradores e a população. Essa forma de trabalho não teve impacto significativo, uma vez que se tratam de prestações de serviços executados de forma tecnológica. A administração entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia. A Administração segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações e avaliando os impactos nas premissas e considerações utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3. Base de preparação – 3.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras incluem: • As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e pelo Conselho Federal de Contabilidade. • As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com essas mesmas práticas, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. • As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo FALCONI foram autorizadas para emissão pela diretoria em 30/04/2021. **3.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; **3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Para as entidades localizadas no exterior, durante o período de estruturação operacional e societária compreendido entre a data de abertura da controlada e 31/12/2020, a Companhia adotou como moeda funcional de cada controlada a moeda de cada país convertendo seus demonstrativos para a moeda de apresentação da seguinte forma: ***(i)*** As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações. ***(ii)*** Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço, exceto pelos ativos e passivos não monetários, que são convertidos pela taxa do dia da transação . Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O país de origem e a moeda funcional das controladas no exterior são apresentados a seguir:

Empresa/Companhia	Localidade	Moeda funcional
FALCONI Consultants for Results Corp.	Estados Unidos	Dólar
FALCONI Consultores de Resultado Sociedad de Responsabilidad Limitada de capital variable	México	Peso Mexicano

3.4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Contudo, a Administração acredita que estes julgamentos realizados, estimativas e premissas são consistentes com exercícios anteriores e não incorrem em riscos ou ajustes materiais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As premissas e estimativas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(a) Incertezas sobre premissas e estimativas*:** As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas Explicativas nos 3.5 e 6 – Contas a receber de clientes: Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa; • Notas Explicativas nos 3.8 e 11 – Imobilizado: Depreciação, definição das vidas úteis e valores residuais; • Notas Explicativas nos 3.9 e 12 – Intangível: recuperabilidade dos custos de desenvolvimento de ativos e projeção de fluxo de caixa descontado para teste de recuperabilidade de ágio por rentabilidade futura; • Notas Explicativas nos 3.11 e 14 – Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Notas Explicativas nos 3.14a e 18 – Reconhecimento de receita, que utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) e requer, portanto, que a Companhia estime o percentual de custos incorridos até a data-base do balanço como uma proporção do valor total dos projetos contratados; e • Notas Explicativas nos 3.12 (ii) e 24 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados. ***(b) Mensuração do valor justo*:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Essas avaliações são realizadas anualmente e, em 31/12/2020, a Administração da Companhia não encontrou evidências de que seus ativos e passivos pudessem ter sofrido desvalorização em relação aos valores de mercado. **4. Mudança das principais políticas contábeis** – Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: Em 2020 entrou em vigência as alterações no CPC 06 (R2) que concede benefícios relacionados à Covid-19 para os Arrendatários em contratos de Arrendamento. A Falconi obteve o benefício de postergação de parcelas de um dos contratos de arrendamentos dos notebooks sem cobrança adicional por parte do arrendador; também na postergação das parcelas do contrato de aluguel de São Paulo com cobrança de juros adicional e além disso o desconto de condomínio da Sede de São Paulo. Além disso a Companhia decidiu prorrogar um contrato de arrendamento de notebooks com a IBM por mais seis meses a contar de agosto de 2020, com isso houve a necessidade de remensuração do contrato de arrendamento, sendo ajustada a depreciação acelerada e juros do contrato. **5. Principais políticas contábeis** – As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pela Companhia e suas controladas. **5.1. Base de consolidação: *Combinação de negócio*:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. Controle é poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle o Grupo leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis. O Grupo mensura o ágio na data da aquisição como: • O valor justo da contraprestação transferida; mais • O montante reconhecido de qualquer participação de não controladores na adquirida; mais • Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos • O montante líquido (geralmente valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Os custos da transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que o Grupo incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é mensurada novamente e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício. ***Participação de acionistas não controladores:*** Para cada combinação de negócios, quando existentes, o Grupo elege mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida utilizando o critério da participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. ***Controladas:*** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. ***Perda de controle:*** Quando a investidora perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não--controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **5.2. Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **5.3. Instrumentos financeiros: *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento

continua ...

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:05:46

… continuação

Falconi Participações S.A.

patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: – é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e – seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: – é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e – seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. ***Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:*** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: – as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; – os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; – como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e – a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: – eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; – termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; – o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e – os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. ***Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado e são mensurados utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento: Ativos financeiros:*** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. ***Passivos financeiros:*** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado. ***(i) Capital social:*** *Ações ordinárias:* Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. *Ações preferenciais:* As ações preferenciais resgatáveis do Grupo são classificadas como instrumento financeiro passivo, pois o pagamento de dividendos não é discricionário e elas são resgatáveis em dinheiro pelo detentor do título. Os dividendos não discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois incorrem dividendos discricionários, não contém qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais do Grupo. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas do Grupo. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. *Recompra e recolocação de ações (ações em tesouraria):* Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou recolocadas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **5.4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixas e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia de caixa sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **5.5. Contas a receber de clientes:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reconhece como perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa conforme critério mencionado na nota explicativa 8. **5.6. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment,* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **5.7. Investimentos:** Os investimentos adquiridos são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico, e sofrerão oscilações positivas ou negativas com base no patrimônio liquido da investida computada na aquisição ou subscrição do investimento. O investimento em controladas está avaliado pelo método da equivalência patrimonial na proporção da participação do Grupo no patrimônio líquido da investida e considera a adoção das mesmas práticas contábeis da investidora. **5.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Aeronave	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	05 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Equipamentos arrendados	05 anos

5.9. Ativos intangíveis e Ágio: Licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Custo de desenvolvimento dos Ativos desenvolvidos internamente – concluídos	05 anos
Custo de arrendamentos de contratos de aluguéis	05 anos

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **5.10. Contas a pagar e fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **5.11. Provisões:** De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos e ativos contigentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado,(ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação, (iii) e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável feito caso a caso sendo avaliado o risco pela Administração e os seus assessores jurídicos. Os passivos contigentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como: (i) obrigações possíveis que resultem de eventos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estão sobre o controle da Companhia e (ii) obrigações presentes que resultam de eventos passados, mas não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida e o montante da obrigação não poder ser medido com suficiente confiabilidade. Os ativos contigentes não são reconhecidos uma vez que podem se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado. A Companhia divulga um ativo contigente quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação gerada no evento, seja por imposição legal ou pelo fato do evento criar expectativas válidas em terceiros. **Provisões Trabalhistas:** As provisões para férias e 13º salário e encargos sociais compreendem valores apurados por ocasião do efetivo direito ao recebimento ou pela rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **Provisões Judiciais:** As provisões judiciais correspondem a valores de obrigações presentes que são resultantes de eventos passados e que através de análise de risco da Administração e de assessores jurídicos externos e internos são mensurados em estimativas confiáveis onde são avaliando os risco para a cobertura de decisões desfavoráveis a Companhia. **5.12. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social e , consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício quando aplicáveis. ***(i) Tributos correntes:*** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgado, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. ***(ii) Tributos diferidos*****:** *a. Imposto de renda e Contribuição Social:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas, e no passivo em função das diferenças temporárias apuradas entre o regime adotado fiscalmente e o regime de competência contábil e são registrados no passivo não circulante, conforme projeção de sua realização e ou liquidação. **5.13. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. As contribuições relativas a benefícios de previdência privada são na modalidade de contribuição definida e reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. A Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais após o desligamento do empregado. **5.14. Receita:** Conforme CPC 47/IFRS 15 cinco etapas devem ser atendidas para reconhecimento da receita: 1) Identificação do contrato; 2) Identificação das obrigações de desempenho; 3) Determinação do preço da transação; 4) Alocação do preço da transação a obrigação de desempenho e; 5) Reconhecimento da receita. As vendas da Falconi são realizadas através de contratos firmados entre a Companhia e seus clientes onde é possível a identificação dos direitos de cada uma das partes em relação aos serviços que estão sendo transferidos; os contratos possuem substancia comercial e é no início deles onde são definidas as obrigações de desempenho já que em cada um é descriminada as necessidades individuais dos clientes sendo acompanhado caso a caso as execuções das obrigações. A elaboração dos preços dos contratos são realizados caso a caso analisando a necessidades dos clientes, são definidos escopos de atuação, o tempo dos projetos, a quantidade de horas a serem trabalhadas, bem como o perfil dos profissionais que realizarão os projetos. Na maioria dos contratos, os valores dos preços das transações são fixos havendo a parte variável de *"Sucess Fee"*, que é devidamente destacada no contrato com a informação de seu valore e marcos de atingimento de metas para serem realizados os faturamentos. Somento após a aprovação formal do cliente o valor variável é faturado e a receita reconhecida. A alocação do preço da transação, consiste em que a entidade aloque o preço da transação a cada obrigação de desempenho pelo valor que reflita o valor da contraprestação de desempenho. Cada obrigação de desempenho possui uma frente de serviço com o detalhamento do esforço necessário para sua para realizar o projeto e com a contraprestação à qual a entidade espera ter direito de receber pelos serviços prestados. A entidade possui o direito ao reconhecimento da receita ao longo tempo via cláusula de "direito executável", esta garante o pagamento de uma parcela e meia no caso de encerramento de contrato antecipado obedecendo a condição estabelecida no CPC. ***a. Prestação de serviços:*** A receita da Falconi é reconhecida usando o método do estágio de conclusão (POC) e de acordo com o CPC 47/IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que o Grupo utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente. A Receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida que (i) quando a Companhia cumpre as obrigações de desempenho; (ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. ***b. Receitas financeiras:*** Substancialmente relacionadas às aplicações financeiras, são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. ***c. Demais receitas:*** As demais rubricas de receitas e despesas do período são contabilizadas de acordo com o regime contábil de competência do período. **5.15. Arrendamentos:** A Companhia avalia para cada contrato se possui requisitos que sejam considerados como arrendamentos, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Requisitos estes que são citados na Norma emitida pelo CPC, o CPC 06(R2), que passou a vigorar em 01/01/2019. É aplicada a abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos de direito de uso das sedes de São Paulo e Belo Horizonte e dos notebooks da empresa. Reconhecendo o ativo de direito de uso na data inicio do contrato, pelo valor líquido de juros, mensurados ao custo, deduzidos pela depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. A vida útil desses bens as demonstradas abaixo sendo as mesmas depreciadas linearmente: • Arrendamento dos escritórios de São Paulo e Belo Horizonte: 5 anos; • Arrendamento dos Notebooks: 3 anos. O passivo de arrendamento é reconhecido pela companhia mensurados a valor presente dos pagamentos, sendo eles fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. A Companhia se insenta do reconhecimento de arrendamento de curto prazo aos escritórios de Brasília e Rio de Janeiro, também devido a não possuir o controle sobre os bens no período de direito de uso e por não ter a opção de compra, uma vez que se tratam de salas alugadas para utilização restrita em horários impostos pelo fornecedor. **5.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. **5.17. Novas normas e interpretações:** A Companhia realizou uma análise das normas a seguir que entraram em vigor em 2020 e não identificou impactos em relação às práticas contábeis: • Alteração no CPC 15 (R1): Definições de Negócios; • Alteração no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Definição de material (emendas ao CPC 26 (R1) e CPC 23). • Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações se tornarão efetivas e entrarão em vigor para o exercício iniciado após 01/01/2021, porém sem impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • IFRS 17 – Contratos de Seguros; • Alteração do IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa	–	–	10	15
Bancos conta Movimento	223	18	43.248	21.333
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	–	–	22.253	9.219
Compromissadas com Lastro em Debêntures	–	–	–	–
Total	**223**	**18**	**65.511**	**30.567**

A Companhia mantém instrumentos financeiros que visam reduzir sua exposição a riscos decorrentes do mercado. Nesse sentido, as estratégias adotadas, principalmente no tocante à diluição do risco entre agentes financeiros, tem proporcionado um nível adequado de proteção ao longo dos últimos anos. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros. As taxas e os prazos das operações estão compatíveis com as de mercado. Este ativo financeiro da Companhia está registrado pelo valor inicial investido, acrescidos dos rendimentos auferidos. As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas à taxas entre 95,0% e 110,5% do CDI. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito e de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa 28. (i) Compromissadas são as aplicações de renda fixa onde o banco vendeu títulos se comprometendo a resgatá-las a uma taxa pré-fixada acordada no momento da aplicação. Tratam-se de aplicações com liquidez e rentabilidade diária que permite diversificar as aplicações contemplando cenários de alta ou baixa de juros e variação da inflação.

7. Títulos e valores mobiliários

	Individual 2020	Individual 2019
Valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) TVM	130	758
Notas Compromissadas	–	–
Total	**130**	**758**
Circulante	130	–
Não Circulante	–	–

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) TVM	45.665	56.689
Notas Compromissadas	–	–
Total	**45.665**	**56.689**
Circulante	39.014	56.689
Não Circulante	6.651	–

A remuneração desses recursos está atrelada ao CDI e são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, estando expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudança nas taxas de juros e inflação. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito e de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa 28.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Contas a receber de clientes	58.126	61.474
Perdas estimadas de crédito em liquidação duvidosa	(28.142)	(31.054)
Serviços executados a faturar (POC)	48.020	43.915
	78.004	**74.335**

As Contas a receber de clientes incluem: (i) parcelas dos contratos de prestação de serviços e de reembolso de despesas, executados para empresas brasileiras, que são faturadas contra os clientes sem incidência de juros; (ii) parcelas de contratos de prestação de serviços e de reembolso de despesas, executados para empresas no exterior, que são faturadas contra os clientes sem a incidência de juros, líquidas da variação cambial calculada entre a data de emissão da *invoice* e a data de encerramento do período. A Companhia adota o seguinte critério abaixo para provisionamento, além da análise individual de cada credor:

Vencimento da nota fiscal	**% a provisionar**
De 31 a 60 dias	0,5
De 61 a 90 dias	1,0
De 91 a 120 dias	3,0
De 121 a 150 dias	5,0
De 151 a 180 dias	10,0
De 181 a 210 dias	30,0
De 211 a 240 dias	50,0
De 241 a 270 dias	70,0
Acima de 271 dias	100,0

A composição do saldo de Contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
A vencer	26.155	23.645
Vencidos	31.971	37.829
	58.126	**61.474**

A movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro 2018	**(26.795)**
Constituição da provisão	(6.817)
Reversão da provisão	4.558
Saldo em 31 de Dezembro 2019	**(31.054)**
Constituição da provisão	(728)
Reversão da provisão	3.640
Saldo em 31 de Dezembro 2020	**(28.142)**

Para minimizar possíveis perdas com inadimplência a Companhia adota política de gestão rigorosa principalmente análise da contraparte utilizando de mecanismos internos e externos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. A análise do perfil de cada cliente é levada em consideração principalmente por região geográfica e experiência passada e utilizando desses expedientes práticos a Companhia avalia para os títulos que ainda não estão vencidos uma estimativa de perda considerando o segmento público e privado. A estimativa de perda desses créditos em 12 meses não é significativa para o negócio já que a Companhia não possui uma carteira concentrada minimizando assim os riscos.

9. Tributos a recuperar

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
ISSQN	–	–	1.713	1.871
PIS	–	–	244	530
COFINS	–	–	558	1.880
INSS	–	–	159	153
IRRF	149	147	1.648	4.181
CSRF	–	–	–	–
IRPJ	–	54	294	98
CSLL	–	13	1.938	3.818
ICMS	–	–	–	3
Tributo Exterior	–	–	10.568	10.564
Impostos Recolhido a Maior	–	36	7.335	4.785
Crédito Não Compensável(IR-CS-PIS e Cofins)	–	–	–	(1.430)
	149	**183**	**24.456**	**26.453**

10. Outros ativos

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Adiantamento a colaboradores	–	–	87	197
Crédito com empresas ligadas (i)	1.541	764	1.561	969
Estoques	–	–	4.381	3.781
Outros ativos	–	–	1.148	459
Total	**1.541**	**764**	**7.177**	**5.406**
Circulante	1.541	764	7.092	5.321
Não circulante	–	–	85	85

(i) Ver nota explicativa 11.a.

11. Transações com partes relacionadas – Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e suas subsidiárias em condições similares àquelas praticadas no mercado e referem-se basicamente a: **a. A Companhia possui os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:**

	FALCONI Consultores S.A.
	2020
Lucros a receber	1.541
	2019
Lucros a receber	763

b. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração são o Presidente, os Diretores e o Superintendente. A remuneração com encargos paga está demostrada a seguir:

	Controladora e consolidado 2020	Controladora e consolidado 2019
Remuneração total	3.001	3.687

12. Investimentos – **(a)** Mutação dos investimentos

	FALCONI Consultores S.A.	FALCONI Ltda.	FALCONI Capital	FALCONI FRST	ACTIO	Total
Saldos em 31/12/2019	**88.703**	**81.647**	**200**	**229**	**–**	**170.779**
Aumento de capital	3.479		3.432	6.766	544	14.221
Distribuição de Lucros	(24.010)	(18.739)	–	–	–	(42.749)
Ajuste acumulado de conversão	129	134	–	–	–	263
Reversão de Lucros			–	–	–	–
Equivalência patrimonial	23.138	21.129	(1.492)	(1.344)	–	41.431
Ajuste de anos anteriores	–	–	–	–	–	–
Perda/Ganho na participação societária	–	16	**(15)**	**(13)**	**–**	(12)
Saldos em 31/12/2020	**91.440**	**84.187**	**2.125**	**5.638**	**544**	**183.932**

(b) Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas considerados nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser assim sumarizados:

	FALCONI Consultores S.A 2020	FALCONI Consultores S.A 2019	FALCONI Ltda. 2020	FALCONI Ltda. 2019
Participação da controladora – %	52%	52%	99,61%	99,65%
Ativo				
Ativo circulante	102.043	108.338	39	63
Ativo não circulante	31.822	25.903	84.115	81.584
Total do ativo	**133.866**	**134.241**	**84.153**	**81.677**
Passivo				
Passivo circulante	(30.938)	(33.547)	–	–
Passivo não circulante	(11.472)	(11.990)	–	–
Patrimônio líquido	(91.456)	(88.703)	(84.153)	(81.677)
Total do passivo	**(133.866)**	**(134.241)**	**(84.153)**	**(81.677)**
Resultado do exercício	**(23.138)**	**(23.861)**	**(21.108)**	**(21.845)**

	FALCONI Capital 2020	FALCONI Capital 2019	FALCONI FRST 2020	FALCONI FRST 2019
Participação da controladora – %	92,75%	99,99%	93,00%	99,99%
Ativo				
Ativo circulante	2.279	245	4.924	104
Ativo não circulante	–	–	1.358	125
Total do ativo	**2.279**	**245**	**6.282**	**229**
Passivo				
Passivo circulante	(153)	(46)	(644)	(0)
Passivo não circulante	–	–	–	–
Patrimônio líquido	(2.125)	(200)	(5.638)	(229)
Total do passivo	**(2.279)**	**(245)**	**(6.282)**	**(229)**
Resultado do exercício	**1.492**	**1.401**	**1.344**	**121**

13. Imobilizado – A composição do imobilizado é como segue:

Consolidado	2019	Adição	Baixa	Transferência	2020
Custo:					
Máquinas e equipamentos	2.941	2	(1.494)	–	1.450
Móveis e utensílios	1.201	–	–	–	1.201
Aeronave	500	–	–	–	500
Equipamentos de processamento de dados	248	–	–	–	248
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.746	–	–	–	2.746
Equipamentos arrendados	3.849	1.387	(1.500)	–	3.737
Total Custo	**11.485**	**1.389**	**(2.994)**	**–**	**9.882**
Depreciação acumulada:					
Máquinas e equipamentos	(2.242)	(156)	1.509	–	(890)
Móveis e utensílios	(918)	(109)	–	–	(1.026)
Aeronave	(371)	(50)	–	–	(421)
Equipamentos de processamento de dados	(149)	–	–	–	(149)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(510)	(110)	–	–	(619)
Equipamentos arrendados	(1.907)	(1.914)	863	–	(2.959)
Total Depreciação acumulada	**(6.097)**	**(2.339)**	**2.374**	**–**	**(6.063)**
Total Imobilizado líquido	**5.388**	**(949)**	**(623)**	**–**	**3.817**

Os valores de equipamentos que possuem arrendamento mercantil estão demonstrados na nota explicativa 14. Em 31/12/2020, a Administração do Grupo entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis de vida útil determinada pudesse ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **14. Intangível** – A composição do intangível é como segue:

Consolidado	2019	Adição	Baixa	Transferência	2020
Custo:					
Marcas e patentes	25	–	–	–	25
Software administrativos	4.580	98	(61)	342	4.959
Software área técnica	3.069	1.460	(629)	675	4.575
Software em desenvolvimento	2.895	3.606	(637)	(1.017)	4.847
Licença de uso de software	1.368	443	(1.384)	–	427
Direito de uso – Aluguéis	4.102	469	–	–	4.571
Total Custo	**16.039**	**6.076**	**(2.711)**	**–**	**19.404**
Amortização acumulada					
Software administrativos	(1.204)	(867)	61	–	(2.010)
Software área técnica	(827)	(681)	267	–	(1.241)
Licença de uso de software	(1.066)	(661)	1.332	–	(395)
Direito de uso – Aluguéis	(929)	(1.169)	–	–	(2.098)
Total Amortização acumulada	**(4.026)**	**(3.378)**	**1.660**	**–**	**(5.744)**
Total líquido	**12.013**	**2.698**	**(1.051)**	**–**	**13.660**
Ágio na aquisição da Falconi Editora	80	–	–	–	80
Ágio na aquisição da Avention	8.582	–	–	–	8.582
Total Intangível líquido	**20.675**	**2.698**	**(1.051)**	**–**	**22.322**

Em 31/12/2020, a Administração do Grupo entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos intangíveis de vida útil determinada pudesse ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **a. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio:** A Companhia avaliou em 31/12/2020 a recuperabilidade do valor contábil do ágio, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, as quais foram aprovadas pela Administração. O teste de recuperação do ativo realizado pela Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável. A metodologia aplicada na análise do investimento foi o de fluxo de caixa descontado *Discounted Cash Flow* (DCF). O custo do capital próprio utilizado para a obtenção do fluxo de caixa descontado da Falconi corresponde a 11,86%. Foi considerado um período de fluxo de caixa de cinco anos de acordo com as projeções da Companhia. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em

continua …

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:06:23

Publicidade Legal

... continuação

Falconi Participações S.A.

uso em 31/12/2020 são:

Ativo intangível – ágio na aquisição de investimento	Taxa de Desconto WACC (i)	EBITDA (ii)
AVENTION	11.86%	76.596

(i) A taxa de desconto foi calculada antes dos impostos. **(ii)** EBITDA. Utilizado orçamento de 2020 aprovado pela Administração e considerado inflação projetada para os cinco próximos anos. A Administração determinou o EBITDA orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. Não foi considerada qualquer taxa de crescimento no período de análise. O teste de recuperação do ativo realizado pela Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável. **15. Arrendamentos –** A Companhia possui operações de arrendamentos referentes a equipamentos de processamento de dados e aluguéis dos escritórios de Belo Horizonte e São Paulo. As operações referentes aos equipamentos possuem prazos de 36 meses, contados a partir da data de entrega dos bens. As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados. Já as operações de aluguéis dos escritórios possuem prazos de 60 meses, contados a partir da data destacada em contratos relativo ao direito de uso.Segue abaixo o impacto desses arrendamentos: A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Direito de Uso – Equipamentos – Notebooks – Nota 12	780	1.944
Direito de Uso – Aluguéis – Nota 13	2.473	3.173
Total	3.253	5.117

Arrendamentos Notebooks	2019	Depreciação	Adições	2020
Ativo – Direito de uso – nota 13				
Contrato HP 13V6	2	(2)	–	–
Contrato IBM	1.089	(1.595)	752	246
Contrato HPBRA1	93	(47)	–	46
Contrato HPBRA2	109	(47)	–	62
Contrato HPBRA3	241	(88)	–	153
Contrato HPBRA4	410	(137)	–	273
	1.944	(1.916)	752	780

Arrendamentos Escritórios	2019	Depreciação	Adições	2020
Ativo – Direito de uso – nota 13				
Arrendamento escritório SP	2.216	(881)	217	1.552
Arrendamento escritório BH	957	(288)	252	921
	3.173	(1.169)	469	2.473

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento dos aluguéis e notebooks, as movimentações durante o período e as análises de vencimento dos passivos de arrendamento:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano (circulante)	1.722	1.483
Mais de um ano e menos de cinco anos (não circulante)	2.454	3.606
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	4.176	5.089
Circulante	1.722	1.483
Não circulante	2.454	3.606

Dentro desses valores citados acima, a Companhia possui dois contratos de arrendamentos de ativos imobiliários dos escritórios de São Paulo e Belo Horizonte, sendo o de São Paulo existente desde 2017 e de Belo Horizonte a partir de maio de 2019. O total dos impactos desses arrendamentos de direito de uso estão demonstrados de tal forma:

Arrendamentos Aluguéis	31/12/2019	Pagamentos	Adições juros	31/12/2020
Passivo – Arrendamento				
Arrendamento escritório SP	2.729	(772)	368	2.325
Arrendamento escritório BH	1.221	(526)	605	1.300
	3.950	(1.298)	973	3.625
Passivo (-) AVP				
Arrendamento escritório SP	(400)	–	(49)	(449)
Arrendamento escritório BH	(229)	–	(57)	(286)
	(629)	–	(106)	(735)

Arrendamentos Notebooks	31/12/2019	Pagamentos	Adições juros	31/12/2020
Passivo – Arrendamento				
Contrato HP 13V6	35	(35)	–	–
Contrato IBM	436	(908)	708	236
Contrato HPBRA1	100	(44)	–	56
Contrato HPBRA2	119	(38)	–	81
Contrato HPBRA3	253	(69)	–	184
Contrato HPBRA4	422	(93)	–	329
Aeronave	500	–	–	500
	1.865	(1.152)	708	1.386
Passivo (-) AVP				
Contrato HP 13V6	(3)	3	–	–
Contrato IBM	(45)	29	(53)	(69)
Contrato HPBRA1	(24)	6	–	(18)
Contrato HPBRA2	(6)	4	–	(2)
Contrato HPBRA3	(8)	4	–	(4)
Contrato HPBRA4	(11)	4	–	(7)
	(97)	50	(53)	(100)

16. Provisões, ativos e passivos contingêntes – Em 31/12/2020, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências, havendo depósitos judiciais e bloqueios judiciais correspondentes:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências			
	Controladora e consolidado		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contingências trabalhistas e previdenciárias	4.149	6.678	–	–	6.953	9.213
	4.149	6.678	–	–	6.953	9.213

a. A movimentação da provisão de 2020 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo no final do exercício – 31/12/2018	11.335
Baixas	(2.122)
Saldo no final do exercício – 31/12/2019	9.213
Adiçoes/Baixas/ (i)	(2.260)
Saldo no final do exercício – 31/12/2020	6.953

(i) Os valores das Adições/Baixas correspondem a atualizações dos processos existentes em 2020 e mudança no prognóstico de perda avaliado pelos nossos assessores jurídicos externos. **b. Natureza das contingências:** A Companhia responde a processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível. As provisões de natureza trabalhista consideram o estágio atual dos processos em andamento em caso de perdas prováveis. As contingências tributárias correspondem a divergências de interpretação em relação à autoridade fiscal ou obrigação legal presente como consequência de um evento passado. As de natureza cível estão relacionadas, entre outras, a litígios de ordem contratual. A Companhia possui, em 31/12/2020, provisões para contingência relacionadas principalmente a processos de natureza trabalhistas. **c. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.:** A Companhia possui processos administrativos e judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus assessores jurídicos como possíveis, para as quais não foi efetuado o correspondente registro contábil como provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Tributárias	111.036	67.048
Trabalhistas	5.840	7.631
Cíveis	2.702	2.702
	119.578	77.381

Processos tributários: Em 27/03/2009, a Companhia foi fiscalizada e posteriormente autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sob o argumento de serem exigíveis as contribuições previdenciárias (INSS) em relação às remunerações pagas aos prestadores de serviço cujo vínculo de emprego foi considerado caracterizado. Em 12/08/2010, a Companhia foi também fiscalizada pela Receita Federal do Brasil – RFB, que lavrou autos de infração pelos mesmos motivos. Ainda no ano de 2010, os autos de infração foram reunidos em 6 processos administrativos. Tais processos foram objeto de recursos administrativos, sob o fundamento da existência de vícios na fiscalização. Em 2016, um dos Processos Administrativos indicado acima referente à cobrança de multa por não inclusão em folha de pagamento das remunerações objeto da fiscalização – foi encerrado em fase administrativa, com decisão desfavorável à FALCONI proferida pelo CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Diante disso, foi impetrado, na Justiça Federal, mandado de segurança com pedido liminar de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Também em 2016, o CARF julgou desfavoravelmente à FALCONI os recursos especiais dos processos administrativos nºs 10680722449201054 e 10680722450201089, referentes ao percentual de Risco Ambiental do Trabalho – RAT sobre a contribuição previdenciária. A Companhia iniciou em 2017 a discussão judicial dos dois processos acima indicados, para que o artigo 129 da Lei nº 11.196/2005 e a decisão da Justiça do Trabalho sejam cumpridos.

17. Obrigações societárias	Controladora e consolidado
Saldo em 31/12/2019	9.039
Atualização monetária	3.127
Prov. de compensação de saldo	(351)
Saldo em 31/12/2020	11.815
Curto prazo	–
Longo prazo	11.815

Referem-se a obrigações com acionistas que deixaram a FALCONI Consultores SA em 2011 após processo de reestruturação societária. No ano de 2016 o saldo foi reclassificado para o longo prazo devido a cláusula contratual que suspende o pagamento da última parcela. O valor é atualizado mensalmente pelo índice IGP-M a partir da data do evento até a data de pagamento das parcelas anuais.

18. Outros passivos	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações com partes relacionadas (i)	–	–	598	186
Adiantamento de clientes	–	–	1	157
Direitos autorais	–	–	1.353	18
Outros passivos	–	–	–	1.480
Total	–	–	1.952	1.841
Circulante	–	–	1.112	642
Não circulante	–	–	840	1.200

(i) Obrigações com partes relacionadas são representados por valores a pagar em decorrência de serviços de consultoria tomados e/ou mercadorias (aquisição de livros) adquiridas junto as empresas do grupo. **19. Patrimônio líquido – a. Capital social e Ações:** Em 31/12/2020, o Capital Social subscrito é de R$141.037 (R$ 60.381 em 2019), e a quantidade de ações emitidas é de 200.000.000 (200.000.000 em 2019), sendo os 200.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, demonstradas como segue:

	Controladora	
	2020	2019
Ações ordinárias	200.000.000	100.000.002
Ações preferenciais	–	99.999.998
Total	200.000.000	200.000.000

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, observadas as disposições do Estatuto Social e dos Acordos de Acionistas. Conforme as disposições do Estatuto Social, as ações preferenciais de emissão da Companhia: (i) não terão direito a voto; (ii) terão direito à prioridade no recebimento de dividendo mínimo e cumulativo de R$0,01 ao ano por ação; (iii) são conversíveis exclusivamente em ações ordinárias em proporção de 1:1, mediante deliberação da Assembleia Geral, que determinará os acionistas elegíveis à conversão e fixará o prazo para que os acionistas se habilitem à conversão e os limites para a mesma, sendo vedada a reconversão; (iv) são resgatáveis independentemente de nova deliberação dos acionistas titulares, nos termos do artigo 44 da Lei nº 6.404/76. **b. Ações em Tesouraria:** No ano de 2020 a Companhia movimentou as ações em tesouraria conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Saldo Inicial	(9.734)	(12.675)
Aquisição (recompra)	(21.044)	(3.496)
Alienação (venda)	867	9.357
Ágio/deságio na aquisição/alienação de ações	–	(2.470)
Total	(29.911)	(9.734)

Os eventos de movimentação das ações levaram a seguinte distribuição:

	Controladora	
	2020	2019
Total de ações em circulação	164.439.377	183.768.063
Ações em tesouraria	35.560.623	16.231.937
Total de ações emitidas	200.000.000	200.000.000

c. Reservas de lucros: (i) ***Legal –*** constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31/12/2020, a Companhia não constituiu Reserva Legal tendo em vista que as reservas de lucros já constituídas acrescida da reserva de capital ultrapassaram o limite estabelecido no Art. 193, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas. (ii) ***Retenção de lucro –*** esta reserva tem por finalidade receber a parte dos lucros do exercício que ainda não foram deliberados pela Assembleia Geral Ordinária. (iii) ***Reserva para investimento e capital de Giro –*** esta reserva tem por finalidade assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente e acréscimos do capital de giro, podendo seu saldo ser utilizado na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações e, havendo saldo, este terá a destinação que a Assembleia Geral determinar. Em dezembro de 2020 o resultado da Companhia apresenta lucro de R$ 33.852. **d. Reserva de capital:** A reserva de Capital é constituída de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas sem terem como contrapartida qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou prestação de serviço. **e. Destinação dos lucros do exercício:** Em 2020 a empresa apresentou lucro de R$ 33.852 milhões e os distribuiu conforme quadro abaixo.

Destinação dos lucros do exercício	2020	2019
Lucro líquido realizado	33.852	35.496
Lucro líquido não realizado – deságio e MEP	–	–
Lucro líquido do exercício	33.852	35.496
Constituição de reserva legal – 5%	(1.693)	(1.775)
Lucro líquido após a apropriação da reserva legal	32.159	33.721
Dividendos obrigatórios 25%	(8.463)	(8.874)
Lucros realizados		
Dividendos obrigatórios	(8.463)	(8.874)
Dividendos propostos	(8.463)	(8.874)
Reserva de lucros a realizar	23.696	24.847

f. Outros resultados abrangentes: O saldo de resultados abrangentes da Companhia se refere a ajuste acumulado de conversão e ações em tesouraria referente a recompra de ações de 2014 :

Saldo no final do exercício – 31/12/2019	(11.763)
Adições/baixas	279
Saldo no final do exercício – 31/12/2020	(11.484)

20. Receita líquida de vendas – A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Venda bruta de serviços	296.682	338.169
Cofins sobre vendas	(17.208)	(19.873)
ISS sobre vendas	(11.174)	(8.075)
PIS sobre vendas	(3.736)	(4.306)
ICMS sobre vendas	(5)	(11)
Devolução de vendas	(8)	(9)
Receita líquida de vendas	264.551	305.895

21. Custo dos serviços prestados	Consolidado	
	2020	2019
Custo com pessoal	(114.490)	(132.633)
Custo com viagens	(4.605)	(16.786)
Custo com serviços de terceiros	(23.766)	(17.454)
Outros custos	(3.704)	(2.790)
	(146.565)	(169.663)

22. Despesas Comercias	Consolidado	
	2020	2019
PECLD	2.912	(2.018)
Viagens	(297)	(1.597)
Publicidade e propaganda	(1.852)	(1.410)
Outras despesas comerciais	(1.338)	(738)
	(575)	(5.763)

23. Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(847)	(876)	(33.682)	(35.943)
Despesas gerais	–	–	(9.183)	(8.002)
Despesas com serviços de terceiros	(233)	(179)	(12.106)	(13.221)
Despesas com depreciação e amortização	–	–	(5.488)	(4.946)
Despesas com viagens	–	–	(401)	(2.179)
	(1.080)	(1.055)	(60.860)	(64.291)

24. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Operacionais				
Receita de Rateio Backoffice	–	–	–	–
Receita de Ativos realizáveis	–	–	–	–
Outras Receitas Operacionais	16	2.470	8.019	5.074
	16	2.470	8.019	5.074
Despesas Operacionais				
Dividendos desproporcionais	–	–	–	–
Despesas com riscos e contingências	–	–	–	–
Baixa de Imobilizado	–	–	–	–
Outras Despesas Operacionais	(6.492)	(9.760)	(13.021)	(12.442)
	(6.492)	(9.760)	(13.021)	(12.442)
	(6.476)	(7.290)	(5.002)	(7.368)

25. Receitas (Despesas) financeiras	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras				
Juros de mora	(14)	(65)	(3.644)	(1.116)
Juros sobre arrendamento mercantil	–	–	(73)	(121)
Descontos concedidos	–	–	(258)	(31)
Despesas e comissões bancárias	–	–	(233)	(169)
Impostos s/ transações financeiras	(2)	(6)	(217)	(220)
	(16)	(71)	(4.425)	(1.657)
Variações cambiais				
Ativa	–	–	15.105	4.881
Passiva	–	11	(4.386)	(6.386)
	–	11	10.719	(1.505)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	9	160	1.777	2.787
Juros ativos	–	–	1.883	1.261
Descontos obtidos	–	–	981	561
	9	160	4.641	4.609
Resultado financeiro	(7)	100	10.935	1.447

26. Tributos correntes e diferidos – a. Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.852	35.931	62.484	104.725
Adições	58	7	33.990	21.714
Despesas Não operacionais	58	7	637	48
Provisões Não Dedutíveis	–	–	4.565	9.765
Lucros no Exterior	–	–	22.916	4.883
Outros	–	–	5.872	7.018
Exclusões	(34.928)	(34.588)	(34.544)	(51.685)
Resultado de Investimentos	(34.928)	(34.588)	(20.139)	(38.483)
Contraprestação Leasing	–	–	(2.397)	(2.555)
Reversão de Provisões Não Dedutíveis	–	–	(12.008)	(10.646)
Outros	–	–	–	–
Base de cálculo	(1.019)	1.350	61.930	74.755
Alíquota nominal combinado do imposto de renda e da CSLL %	34%	34%	34%	34%
	–	435	21.032	25.393
Outras deduções/incentivos	–	–	(900)	(633)
IR e CSSL Apurado	–	435	20.132	24.759
Imposto compensável pago exterior	–	–	(253)	(84)
Imposto não compensável pago exterior	–	–	5.455	–
IR e CSSL – Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	3.434	–
IR e CSSL corrente	–	435	28.768	24.675

b. Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido

	2020	2019
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	–
Provisão para contingências	–	–
Participação de empregados	–	–
Créditos não compensáveis	–	–
Outros	–	–
Base de cálculo	–	–
Alíquota nominal combinado de IRPJ e da CSLL %	34%	34%
Imposto de renda e CSLL diferido da controlada	–	–
Imposto de renda e CSLL diferido de empresas controladas	151	263
IRPJ e CSLL diferido no resultado consolidado	151	263
Imposto de renda e CSLL diferido s/ exclusão ano anterior	–	–
Imposto de renda e CSLL diferido s/ adição ano corrente	151	263

c. Imposto de renda e contribuição social

	Individual		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo diferido (i):				
IRPJ diferido	–	–	12.798	12.616
CSLL diferido	–	–	4.540	4.515
PIS diferido	–	–	–	–
COFINS diferido	–	–	–	–
	–	–	17.338	17.131
Passivo corrente:				
Imposto de renda (IRPJ)	(52)	249	18.299	4.496
Contribuição social (CSLL)	(48)	86	2.981	422
IRPJ no exterior a recolher	–	–	4.054	3.056
	(100)	335	25.334	7.973

(i) Referem-se ao imposto de renda e contribuição social reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal tributável e as demonstrações financeiras utilizadas na apuração do lucro tributável, mensurados pela aplicação das alíquotas aplicáveis ao período que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizável. **27. Benefícios a empregados – a. Plano de previdência privada de contribuição definida:** A FALCONI concedia aos seus colaboradores o benefício da previdência privada, através da BrasilPrev. Os funcionários que aderiam ao plano tinham direito à contrapartida da Companhia, limitado ao valor por classificação, conforme tabela contida no manual do participante. Porém o benefício foi cancelado em 2020, pois nós descontinuamos a oferta para desenhar um novo modelo.

Consolidado	
2020	2019
(47)	(1.602)
(47)	(1.602)

b. Seguro saúde: As entidades do Grupo concedem plano de saúde a todos os seus colaboradores e seus beneficiários (cônjuge e filhos até 21 anos). O plano é integralmente custeado pelas entidades do Grupo. O benefício cessa em caso de desligamento, independente do motivo, do colaborador.

Consolidado	
2020	2019
(5.799)	(4.689)
(5.799)	(4.689)

c. Seguro de vida: Os colaboradores das entidades do Grupo têm a cobertura do seguro de vida, que é 100% custeado por elas. Caso não ocorram sinistros, parte do valor pago retornará a título de excedente técnico.

Consolidado	
2020	2019
(159)	(127)
(159)	(127)

d. Alimentação: É concedido alimentação para os colaboradores, conforme política do Grupo. A subsidiária direta FALCONI Consultores SA está inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e usufrui do benefício.

Consolidado	
2020	2019
(4.912)	(5.551)
(4.912)	(5.551)

e. Participação de empregados: O pagamento da participação nos lucros e resultados segue os critérios descritos no acordo coletivo de trabalho homologado anualmente junto ao Sindicato da Categoria e o Ministério do Trabalho. Os critérios são previamente definidos com a Administração e são apresentados ao Sindicato, que por sua vez realiza a assembleia com os colaboradores para aprovação da meta e percentual aplicável sobre a base. O pagamento é realizado no ano seguinte, após apurada a meta do ano base.

	Consolidado
Participação nos lucros em 2018	11.772
Pagamentos efetuados em 2019	(11.772)
Participação nos lucros em 2019	6.693
Pagamentos efetuados em 2020	(6.693)
Participação nos lucros em 2020	399
Saldo em 31/12/2020	399

28. Instrumentos financeiros – 28.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo a expõem a riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Gerência Financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. ***(a) Risco de mercado:*** *(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:* O Grupo não possui grau de endividamento considerável, não sendo alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros. O Grupo não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente CDI (Certificado de Depósito Interbancário). *(ii) Risco cambial:* O Grupo está exposto ao risco cambial somente em parte das contas a receber, cujos valores são considerados não significativos e, portanto, sem riscos significativos. *(iii) Risco de crédito:* O risco de crédito decorre principalmente da exposição de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área operacional analisa e avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em históricos, os projetos individuais são monitorados individualmente visando manter um nível alto de recebimento dentro dos prazos esperados. O Grupo limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que o Grupo tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. As aplicações financeiras são concentradas em bancos de 1ª linha, classificadas em AA+ e AAA, pelas principais agências de *rating*. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora	Consolidado
Equivalentes de caixa	223	65.511
Títulos e valores mobiliários	130	45.665
Contas a receber de clientes	–	78.004
	353	189.180

(iv) Risco de liquidez: É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Companhia. O Grupo possui controle dos projetos para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como pouco relevante, frente à gestão dos recebimentos. Em geral, o Grupo não recorre a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa. **Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros da Companhia que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários. O risco atrelado às aplicações financeiras (CDB e compromissadas com lastro em debêntures) e Títulos e valores mobiliários da Companhia estão vinculados ao CDI. Essas operações indexadas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Visando apresentar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, ao qual a Companhia estava exposta em 31/12/2020, foram definidos três cenários diferentes. A partir de projeções de mercado e da taxa de juros oficial (Selic), válida no encerramento do exercício de 2020, a Companhia julgou razoável considerar a taxa de 4,12% a.a. de CDI para efeito de análise de sensibilidade e a definiu como cenário provável I. Então, da taxa estabelecida para o cenário provável foram elaborados mais dois cenários, II e III, com variação negativa de 25% e 50% respectivamente.

	Cenário Risco	provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários	CDI	4,12% a.a.	3,09% a.a.	2,06% a.a.
Rendimentos em 31/12/2020	–	1.628	1.221	814

28.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31/12/2020, a Companhia possui aproximadamente 38% do seu ativo total registrado como Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários. **28.3. Estimativa do valor justo:** Os valores justos informados no balanço patrimonial não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa								
Aplicações financeiras	–	–	–	–	22.253	22.253	9.219	9.219
Títulos e valores mobiliários								
Títulos e valores mobiliários	130	130	758	758	45.665	45.665	56.689	56.689
Custo amortizado								
Contas a receber de clientes	–	–	–	–	78.004	78.004	74.335	74.335
Fornecedores	33	33	45	45	–	–	–	–
Adiantamentos de clientes	–	–	–	–	1	1	157	157

Os saldos referentes às aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários são substancialmente correspondentes ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os saldos das Contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e adiantamentos de clientes decorrem diretamente das operações do Grupo, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os adiantamentos de clientes não estão sujeitos a encargos financeiros. **28.4. Hierarquia de valor justo:** O CPC 46 (Mensuração do valor justo) define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Esta norma também aborda que a mensuração de ativo ou passivo a valor justo é pautada nas premissas de que os participantes do mercado utilizam para precificação e estabelece uma hierarquia de valor justo cujo propósito consiste na classificação, por prioridade, das informações aplicadas para a definição dessas premissas. A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia: • Nível 1 — As informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2 — As informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado. • Nível 3 — As informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo, correspondem aos melhores dados disponíveis pela Companhia na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da entidade.

	Saldo em 31/12/2019	Hierarquia de valor justo Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	65.511	–	65.511	–
Títulos e valores mobiliários	45.665	–	45.665	–
Contas a receber de clientes	78.004	78.004	–	–

Não houve alterações de nível hierárquico no exercício de 2020 em relação a 2019.

Diretoria Executiva

Viviane Isabela de Oliveira Martins – Presidente
Fernando Ladeira – Diretor
José Romario Inácio de Almeida – Contador CRC CE 025.664/O-5

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:06:44

BRVias Holding TBR S/A

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório e as Demonstrações Financeiras da BRVias Holding TBR S/A relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas do Relatório de Revisão dos auditores independentes. **Apresentação:** A BRVias Holding TBR S/A ("Cia.") é uma sociedade cujo objetivo social é a participação na Transbrasiliana – Concessionaria de Rodovia S.A. ("Controlada" ou "Concessionária"), Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém o contrato de concessão da Rodovia BR–153/SP. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes. **Auditoria Independente:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020 foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. que não prestou, durante o exercício social, outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores. A contratação do serviço de auditoria teve início em 01/01/2020, com término em 31/12/2020. O valor pago por este contrato no exercício de 2020 foi de R$ 13.000,00. As demonstrações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **Agradecimentos:** Finalizando, a Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A Administração

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante		**232**	232	**23.477**	14.915
Caixa e equivalentes de caixa	4	**–**	–	**6.103**	2.021
Aplicações financeiras	5	**–**	–	**9.692**	8.394
Contas a receber	6	**–**	–	**5.076**	1.872
Impostos a recuperar		**–**	–	**923**	960
Despesas pagas antecipadamente	**–**	–	**361**	402	
Outros créditos		**232**	232	**1.322**	1.266
Não circulante		**355.835**	346.996	**582.224**	596.335
Dividendos a receber	7	**1.261**	1.261	**–**	–
Tributos diferidos	15.a	**–**	–	**16.927**	16.452
Depósitos judiciais		**–**	–	**3.043**	2.004
Contas a receber	6	**–**	–	**764**	740
Ativos de direito de uso		**–**	–	**705**	983
Investimentos	8	**345.735**	345.735	**–**	–
Imobilizado	9	**–**	–	**5.432**	6.050
Intangível	10	**–**	–	**484.888**	508.546
Ativo de contrato (intangível em construção)		**–**	–	**70.465**	61.560
Total do ativo		**356.067**	340.998	**605.700**	625.752

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante		**146.544**	130.672	**229.855**	240.187
Empréstimos e financiamentos	11	**–**	–	**37.772**	35.262
Debêntures	12	**144.327**	128.455	**144.327**	128.455
Fornecedores	13	**–**	–	**18.860**	21.635
Obrigações tributárias		**153**	153	**2.674**	2.304
Parcelamento tributário		**–**	–	**–**	–
Provisão para manutenção	14	**–**	–	**–**	992
Partes relacionadas	7	**521**	521	**1.446**	30.318
Parcelamento ANTT		**–**	–	**–**	–
Obrigações sociais		**–**	–	**6.565**	5.142
Dividendos a pagar	7	**1.543**	1.543	**1.543**	1.543
Obrigações infraestrutura a realizar	**–**	–	**10.865**	10.222	
Contas a pagar		**–**	–	**5.803**	4.314
Não circulante		**366**	517	**166.688**	155.025
Empréstimos e financiamentos	11	**–**	–	**102.458**	119.644
Fornecedores	13	**–**	–	**427**	1.034
Parcelamento tributário		**366**	517	**1.323**	2.505
Debêntures	12	**–**	–	**–**	–
Provisão para manutenção	14	**–**	–	**6.326**	3.854
Partes relacionadas	7	**–**	–	**31.566**	2.030
Tributos diferidos	15.a	**–**	–	**11.208**	12.338
Provisão para demandas judiciais	16	**–**	–	**4.322**	3.863
Outras contas a pagar		**–**	–	**9.058**	9.757
Patrimônio líquido	17	**209.157**	216.038	**209.157**	216.038
Capital social		**303.971**	303.971	**303.971**	303.971
Reserva de capital		**17.537**	17.537	**17.537**	17.537
AFAC		**53.933**	43.854	**53.933**	43.854
Prejuízos acumulados		**(166.284)**	(149.324)	**(166.284)**	(149.324)
Total do passivo e patrimônio líquido		**356.067**	347.228	**605.700**	611.250

Demonstrações dos resultados		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita operacional líquida	18	**–**	–	**132.562**	140.075
Custo dos serviços prestados	19	**–**	–	**(102.018)**	(110.367)
Lucro bruto		**–**	–	**30.544**	29.708
Despesas gerais e administrativas	19	**(72)**	(205)	**(19.586)**	(20.090)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**(1.007)**	(5.356)	**108**	–
		(1.080)	(5.561)	**11.066**	9.618
Receita financeira	21	**–**	–	**271**	539
Despesa financeira	21	**(15.881)**	(31.224)	**(28.527)**	(49.477)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(15.881)**	(31.224)	**(28.256)**	(48.938)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		**(16.960)**	(36.785)	**(17.190)**	(39.320)
IRPJ e CSLL correntes	15.b	**–**	–	**(1.375)**	(406)
IRPJ e CSLL diferidos	15.b	**–**	–	**1.605**	2.941
		–	–	**230**	2.535
Prejuízo do exercício		**(16.960)**	(36.785)	**(16.960)**	(36.785)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2019	**303.971**	**14.150**	**32.088**	**(109.152)**	**241.057**
Aumento de capital social	–	–	–	–	**11.766**
AFAC	–	–	11.766	–	**(36.785)**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(36.785)	(23.370)
Saldos em 31/12/2019	**303.971**	**14.150**	**43.854**	**(145.937)**	**216.038**
AFAC	**–**	**–**	**10.079**	**–**	**10.079**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**(16.960)**	**(16.960)**
Saldos em 31/12/2020	**303.971**	**14.150**	**53.933**	**(162.897)**	**209.157**

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Prejuízo do exercício	**(16.960)**	(36.785)	**(16.960)**	(36.785)
Total de resultado abrangente	**(16.960)**	(36.785)	**(16.960)**	(36.785)

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Prejuízo do exercício	**(16.960)**	(36.785)	**(16.960)**	(36.785)
Ajustes para				
Depreciação/amortização	**–**	–	**34.740**	36.737
Resultado de equivalência patrimonial	**1.007**	5.356	**–**	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**–**	–	**–**	–
Provisão de manutenção	**–**	–	**1.480**	2.009
Provisão para demandas judiciais	**–**	–	**2.976**	2.922
Rendimento de aplicação financeira	**–**	–	**(347)**	(539)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	**15.802**	31.387	**27.323**	45.543
Baixa do ativo imobilizado	**–**	–	**1.578**	1.071
Imposto de renda e CSLL diferidos	**–**	–	**(1.605)**	(2.941)
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	**–**	–	**(3.227)**	3.267
Despesas pagas antecipadamente	**–**	–	**41**	93
Impostos a recuperar	**–**	–	**37**	(111)
Outros créditos	**–**	–	**(56)**	271
Depósitos judiciais	**–**	–	**(1.039)**	(283)
(Aumento) redução no passivo				
Fornecedores	**–**	–	**(3.381)**	1.499
Obrigações tributárias	**151**	42	**(510)**	(1.752)
Obrigações sociais	**–**	–	**1.423**	1.881
Contas a pagar	**–**	–	**(1.479)**	698
Demandas judiciais (pagamentos)	**–**	–	**–**	–
Partes relacionadas	**–**	–	**664**	(275)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	**–**	–	**(6.029)**	(14.392)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**–**	–	**35.629**	38.913
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	**–**	–	**(5.639)**	(9.609)
Resgate de aplicações financeiras	**–**	–	**4.342**	9.673
Aquisição de imobilizado	**–**	–	**(1.357)**	(2.462)
Adição do intangível	**–**	–	**(19.311)**	(25.633)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	–	**(21.965)**	(28.031)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de arrendamento	**–**	–	**–**	990
Captações de empréstimos e financiamentos	**–**	–	**859**	–
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	**–**	–	**(20.287)**	(27.365)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**–**	–	**9.846**	11.587
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	**–**	–	**(9.582)**	(14.788)
Aumentos (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**–**	–	**4.082**	(3.906)
Caixa e equivalente de caixa:				
No início do exercício	**–**	–	**2.021**	6.159
No final do exercício	**–**	–	**6.103**	2.253

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A BRVias Holding TBR S.A. ("Companhia" ou "BRVias") é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007. Sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala W, Vila Olímpia, cidade de São Paulo - Estado de São Paulo. A Companhia possui como objeto social a participação em empresas não financeiras. A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Controlada), que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., foram aportadas na BRVias Holding TBR S.A., passando a ser a única acionista da Transbrasiliana. Em 17 de setembro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (Controladora) firmou contrato de compra e venda de ações, por meio de sua Controlada Dable Participações Ltda., para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da BRVias Holding TBR S.A., detentora de 100% (cem por cento) do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana" ou "Controlada", por meio do qual foram estabelecidas diversas condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico ("CADE") realizado em 17 de outubro de 2014. Em 5 de janeiro de 2015, as Partes concluíram o negócio através do cumprimento das referidas condições, sendo que na mesma data foi alterado o controle acionário indireto da Companhia, bem como os seus administradores. A sua Controlada é uma Sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo. O objeto social da Controlada é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão. Dessa forma, a Controlada se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16 de dezembro de 2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R$4,30 para R$7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não objeção da ANTT; (ii)realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da Rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3). Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Companhia e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária - SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do Ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU. Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Companhia ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Companhia entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria na inexecução contratual pelo Poder Concedente. Em linha com o entendimento da Companhia, o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República de Marília (SP) manifestou-se através do Inquérito Civil Público nº 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação nº 05 (PRM-MII-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela SEINFRA-Rodovia/TCU nº TC032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU. Nesse sentido, em face da omissão do Diretor Geral da ANTT em autorizar o início das obras, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e em 15 de outubro de 2018 tomou conhecimento pelo site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de que foi deferida a liminar pleiteada para determinar à Autoridade Impetrada (ANTT) que, no prazo de 15 (quinze) dias, autorizasseo imediato início das obras de duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao 195+200) da Rodovia BR-153/SP, nos termos aprovados pela própria ANTT (resolução nº 4.973 emitida pela ANTT), a fim de garantir a segurança dos usuários da Rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual, mediante o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio já aprovada pela ANTT e autorizada pelo Ministério da Fazenda. Em 23 de outubro de 2018, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos do Mandado de Segurança afirmando que "mostra-se imperiosa, no caso em apreço, a execução das obras de ampliação da Rodovia BR-153/SP, nos trechos compreendidos entre a divisa de MG/SP e SP/PR, para restabelecer o nível de serviço, sobretudo em razão da proteção da segurança e da vida dos usuários" e em 06 de novembro de 2018, através da Deliberação nº 887, a ANTT autorizou o início imediato das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR 153/SP. A liminar foi revogada e a ANTT publicou a Deliberação nº 992, de 04 de dezembro de 2018 que revogou a Deliberação nº 887, de 06 de novembro de 2018. Em 11 de fevereiro de 2020 o processo foi sentenciado e em face da decisão, publicada em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia opôs Recurso de Embargos de Declaração visando sanar os vícios de (i) omissão, (ii) erro de fato decorrente de premissa equivocada e (iii) obscuridade. Os Embargos de Declaração opostos pela Companhia foram analisados pela mesma Juíza que proferiu a sentença e rejeitados. Diante da manutenção da decisão, a Companhia interpôs Recurso de Apelação, em 15 de junho de 2020, que será analisado pelo Tribunal Regional Federal. Em 25 de setembro de 2020, a Companhia apresentou pedido de Tutela Antecipada, requerendo o deferimento da antecipação de tutela recursal, para determinar que a ANTT expedisse a liberação para que a Companhia realizasse os investimentos relacionados à Duplicação dos Lotes 01 e 03, com o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão. O pedido de antecipação da tutela foi indeferido em 07 de outubro de 2020. A Concessionária protocolou pedido de reconsideração, que também foi indeferido. Em 1º de março de 2021, a Concessionária tomou conhecimento de que o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão. Em 06 de março de 2021 passou a ser aplicada, em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16 de dezembro de 2016. A nova tarifa no valor de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio. Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2020, no consolidado a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$206.379 (R$225.272 em 31 de dezembro de 2019), sendo que desse montante R$1.446 (R$30.318 em 31de dezembro de 2019) referem-se a dividas com partes relacionadas classificado no curto prazo. Em adição ao pleito de reajuste de Tarifa Básica de Pedágio mencionado anteriormente, a Administração da Controlada tem adotado outras ações para sua reestruturação, como: • Aumento de receita acessória com novos projetos em área de concessão. Desde o início da gestão pela Triunfo, a Controlada vem passando por reestruturações e otimizações de processos de forma a incrementar sua geração de caixa, e outras medidas vêm sendo tomadas no sentido de alavancar o faturamento; • Parcelamento de tributos; • Renegociação com fornecedores e instituições financeiras, com o objetivo de redução de custos e alongamento da dívida; e • Integralização de capital social realizada pela sua controladora conforme Nota Explicativa nº 15. A Companhia está também inserida no plano de reestruturação financeira desenvolvido por sua controladora (Triunfo), que compreende a alienação de sua participação em investidas e a repactuação do endividamento das empresas do grupo. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia e sua controlada, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuarem operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia e sua controlada, bem como para continuidade das operações. Impactos da pandemia da Covid-19 nas operações da Controlada: Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou a pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Em decorrência da pandemia, e visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros começaram a decretar Estado de Emergência e em 20 de março de 2020 foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional. Dentre as medidas implementadas pelos governantes, foi determinado em vários estados e municípios o fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social. A Companhia implementou um plano de contingências visando proteger a saúde dos colaboradores, seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas do plano são: afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e principalmente nas praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho ("home office") para todos os profissionais enquadrados; adoção de turnos de trabalho e uso de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em home office; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência. Com as restrições de funcionamento à diversos estabelecimentos considerados não essenciais, além das recomendações de isolamento social, o volume de tráfego diário das rodovias reduziu em média 22% nos últimos dias do mês de março de 2020, em comparação às médias das semanas anteriores à pandemia. O mês de abril continuo apresentando queda média 30%. Nos meses de maio a dezembro o volume de tráfego foi sendo gradualmente retomado, apresentando queda média de 7%, em comparação à média de tráfego anterior ao início da pandemia. A partir do segundo semestre de 2020 continuou sendo observada a retomada gradual do tráfego, neutralizando os efeitos de queda observados ao início da pandemia. Ainda não é possível dimensionar por quanto tempo serão mantidas as restrições e recomendações de isolamento, que inevitavelmente estão impactando a economia mundial. No entanto, a Companhia adotou medidas imediatas para compensar o impacto da queda da receita no fluxo de caixa e garantir a manutenção de suas operações no curto prazo. As principais medidas que reduziram o impacto no fluxo de caixa durante o exercício de 2020 foram: a) Suspensão negociada do pagamento de principal e juros dos financiamentos da Transbrasiliana junto ao BNDES durante 6 meses, a partir de 05/2020, retornando o pagamento em 11/2020; b) Adoção das possibilidades concedidas pela União em razão da pandemia nos âmbitos tributário, previdenciário e trabalhista, como: a postergação de pagamento dos tributos sobre a receita (PIS e COFINS) e do INSS patronal dos meses de março, abril e maio para o segundo semestre de 2020, conforme Portarias 139/2020 e 245/2020 do Ministério da Economia; parcelamento dos saldos de FGTS de março, abril e maio de 2020 em até seis meses a partir do mês de julho, conforme MP 27/2020. c) Negociação com fornecedores para redução e postergação dos pagamentos. Importante mencionar que 38% das receitas de pedágio são recebidas à vista e as tarifas dos usuários que utilizam os sistemas de cobrança automática são repassadas às concessionárias pelas operadoras de sistema automático - OSAs (ou Administradoras de Meios de Pagamentos - AMAPs), que são detentoras do risco de inadimplência dos usuários. Desta forma, não foram identificados riscos relacionados aos recebíveis. O contrato de concessão possui garantia de reequilíbrio econômico-financeiro no caso de pandemia e, portanto, as perdas de receitas e consequentes alterações no fluxo de caixa durante o período da crise serão compensadas pelas formas previstas no contrato por análise e definição em conjunto ao Poder Concedente, podendo ser aumento de tarifa, redução de investimentos, prorrogação do prazo de concessão, dentre outros. O direito do reequilíbrio foi corroborado pelo Parecer nº 261/2020 da AGU - Advocacia Geral da União. A Administração da Companhia entende que as medidas que estão sendo tomadas para compensar a queda de arrecadação no fluxo de caixa são efetivas e suficientes para garantir a continuidade de seus negócios no curto prazo. Importante ressaltar que a Administração envida os maiores esforços para preservação de emprego e manutenção da renda e permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança dos profissionais e usuários, bem como para garantir o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia. **2. Políticas contábeis - 2.1. Base de consolidação e investimento em controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua Controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de decidir as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Companhia controla a Transbrasiliana e, portanto, realiza a consolidação integral da Controlada. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os resultados da Controlada são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: (i) saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a Companhia e a Controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; e (ii) participações no capital e prejuízo do exercício da Controlada. O exercício social da Controlada é coincidente com o da Companhia. **2.2. Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, assim como as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVMnº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua Controlada revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Demonstrações Financeiras em 25 de março de 2021. **2.3. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos:** As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020:** As seguintes revisões de normas entraram em vigência em 2020, porém não há impactos nas demonstrações contábeis da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3): As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. **b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da Covid-19. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020 A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que forma emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2020, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber: • Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37). Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato; • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

4. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Caixa	-	-	**515**	678
Saldos bancários	-	-	**5.588**	1.343
	-	-	**6.103**	2.021

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Controlada considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

5. Aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Aplicações financeiras	-	-	**9.692**	8.394
	-	-	**9.692**	8.394

Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 10 (i).

6. Contas a receber: Descrição	**2020**	**2019**
Arrecadação de pedágio	**4.998**	1.836
Receitas acessórias (i)	**6.058**	5.992
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	**(5.216)**	(5.216)
Total	**5.840**	2.612
Circulante	**5.076**	1.872
Não circulante (i)	**764**	740
	5.840	2.612

(i) Em 31 de dezembro de 2020 a controladora mantém provisionado os montantes de R$5.216 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019) para crédito de liquidação duvidosa o qual representa apenas um cliente do contas a receber em atraso das receitas acessórias. **7. Partes relacionadas:** A sua Controlada submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, sua Controlada e seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

Valor da

Controladora		Saldo em aberto em		transação para os exercícios encerrados	
Ativo	**Nota**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Dividendos a receber Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	(i)	**1.261**	1.261	**-**	-
		1.261	1.261	**-**	-
Passivo					
Triunfo Participação e Investimento S.A.	(ii)	**521**	521	**-**	-
Dividendos a pagar					
Dable Participações Ltda.	(iii)	**1.543**	1.543	**-**	-
		2.064	2.064	-	-

Consolidado		Saldo em aberto em		transação para os exercícios encerrados	
Passivo	**Nota**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(ii)	**31.206**	28.669	**2.479**	1.564
Construtora Triunfo S.A.	(iv)	**1.255**	3.102	**5.509**	5.639
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(v)	**30**	56	**-**	95
Dividendos a pagar					
Dable Participações Ltda.	(iii)	**1.543**	1.543	**-**	-
		34.034	33.370	**7.988**	7.298

(i) Dividendos a receber de resultados apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015; não foram distribuídos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. (ii) O valor devido à Triunfo é composto por despesas pagas pela controladora, inclusive créditos cedidos pela Controladora (Triunfo), no Consolidado, o valor devido à TPI é composto por despesas pagas pela controladora, e que serão reembolsados pela Companhia, e créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da TPI cedidos à Companhia para adesão aos programas de Parcelamentos da Receita Federal PRT/PERT; (iii) Dividendos a pagar de resultados apresentados em exercícios anteriores; (iv) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção; (v) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda., pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimentos e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

8. Investimentos: A tabela abaixo apresenta um resumo das demonstrações contábeis da empresa Controlada e a movimentação do investimento da Companhia.

Investida	**2020**	**2019**
Participação no patrimônio líquido	**100%**	100%
Resumo do balanço patrimonial		
Ativo circulante	**23.245**	14.683
Ativo não circulante	**582.224**	596.335
Total do ativo	**605.469**	611.018
	2020	**2019**
Passivo circulante	**84.572**	110.776
Passivo não circulante	**166.321**	154.506
Patrimônio líquido	**354.576**	345.736
Total do passivo e patrimônio líquido	**605.469**	611.018
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	**(1.007)**	(5.356)
Movimentação do investimento	**2020**	**2019**
Saldo Inicial de Investimento	**345.735**	339.505
Participação nos resultados	**(1.007)**	(5.356)
Aumento de capital	**9.847**	11.587
Investimento em 31 de dezembro	**345.576**	345.735

9. Imobilizado Custo	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2019	**1.315**	**2.063**	**412**	**8.544**	**749**	**13.083**
Adições	378	80	5	892	2	1.357
Baixas	(2)	(20)	-	(728)	-	(750)
Saldo em 31/12/2020	**1.691**	**2.123**	**417**	**8.708**	**751**	**13.690**
Depreciação						
Saldo em 31/12/2019	**(1.112)**	**(731)**	**(234)**	**(4.814)**	**(142)**	**(7.033)**
Adições	(156)	(218)	(37)	(1.468)	(42)	(1.921)
Baixas	-	6	-	690	-	696
Saldo em 31/12/2020	**(1.268)**	**(943)**	**(271)**	**(5.592)**	**(184)**	**(8.258)**
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2019	**203**	**1.332**	**178**	**3.730**	**607**	**6.050**
Saldo em 31/12/2020	**423**	**1.180**	**146**	**3.116**	**567**	**5.432**
Taxas medias de depreciação %	**20**	**10**	**10**	**20**	**10 a 20**	

i. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **ii. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento das demonstrações contábeis e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

10. Ativos intangível e de contrato (intangível em construção)

Custo	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/ melhoramentos (i)	Total do intangível	Intangível em andamento (ii)	Infraestrutura a realizar (nota explicativa 24.c)	Total do intangível em construção
Saldo em 31/12/2019	**531.315**	**128.914**	**660.229**	**53.734**	**9.442**	**63.176**
Adições	594	2.314	2.908	16.403	-	16.403
Baixas	(1.321)	(670)	(1.991)	(41)	-	(41)
Transferências	5.032	167	5.199	(5.199)	-	(5.199)
Saldo em 31/12/2020	**535.620**	**130.725**	**666.345**	**64.897**	**9.442**	**74.339**
Amortização						
Saldo em 31/12/2019	**(128.205)**	**(23.478)**	**(151.683)**	**(1.616)**	**-**	**(1.616)**
Adições	(28.087)	(2.195)	(30.282)	(2.258)	-	(2.258)
Baixas	366	142	508	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	**(155.926)**	**(25.531)**	**(181.457)**	**(3.874)**	**-**	**(3.874)**
Valor residual liquido						
Saldo em 31/12/2019	**403.110**	**105.436**	**508.546**	**52.118**	**9.442**	**61.560**
Saldo em 31/12/2020	**379.694**	**105.194**	**484.888**	**61.023**	**9.442**	**70.465**
Taxa de amortização %	**6,03**	**6,03**				

(i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais. (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER). (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de

>>>Continua...

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:07:09

>>>Continuação.... BRVias Holding TBR S/A

construir na medida em que os serviços de construção são prestados. Os ativos intangíveis da Controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado. Ativo de contrato (Intangível em construção): O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações contábeis. Redução ao valor recuperável: A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de impairment é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2020 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia e sua controlada. O resultado apurado no teste de impairment foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no exercício. **11. Empréstimos e financiamentos:** Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurados pelo custo amortizado.

Consolidado Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	2020	2019
Finem – BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	**123.296**	131.240
Finame – VW	10,00%	-	2020	**-**	57
CCB ABC (ii)	3,0%	CDI	2022	**9.200**	12.812
CCB BTG (iii)	3,0%	CDI	2021	**5.937**	9.501
CCB	12,20%	-	2025	**1.797**	1.296
Total				**140.230**	154.906
Circulante				**37.772**	35.262
Não circulante				**102.458**	119.644

(i) Em 14 de maio de 2010, a Controlada firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R$272.231. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,91% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal. Garantias: • Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R$9.692 (Nota Explicativa nº 6); • Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão; • Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária. • Em 31 de dezembro de 2020, a Controlada estava em cumprimento com os *covenants* estabelecidos nos contratos de empréstimos. (ii) Em 28 de janeiro de 2016, a Controlada firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R$24.998. Sobre o principal da dívida incidem juros CDI + 3,0% a.a., com exigibilidade trimestral. (iii) Em 30 de junho de 2016, a Controlada firmou em conjunto com o BTG Pactual contrato de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no valor total de R$75.031. Sobre o principal da dívida incidem juros de 7% a.a. mais CDI, com vencimento original para 1° de fevereiro de 2017. Em 28 de dezembro de 2017 foi liquidado o valor de R$82.000. Após a liquidação o saldo remanescente foi renegociado com o vencimento original para o dia 28 de dezembro de 2021 e a taxa 3,00% a.a. A Controladora da Companhia é avalista deste contrato. Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2020, possuem taxa média ponderada de 7,24% a.a. (8,36 a.a. em 31 de dezembro de 2019) Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R$
2022	**37.779**
2023	**23.040**
2024	**15.227**
2025	**15.597**
2026 - 2028	**10.815**
	102.458

12. Debêntures: A Companhia realizou em 22 de dezembro de 2010 a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R$44.000. Foram emitidas 44 (quarenta e quatro mil) debêntures que são atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") acrescido da taxa percentual de juros remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. A composição da operação de debêntures em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está apresentada da seguinte forma:

Controladora Data da liberação	Série	Valor da emissão	Encargos (% ao ano)	2020	2019
22/12/2010	Única	44.000	IPCA + 7,5%	**144.327**	128.455
Passivo circulante				**144.327**	128.455
Passivo não circulante				**-**	-

Garantias: • 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da Controlada; • Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela Controlada. Por motivos alheios a sua vontade, a BRVias Holding TBR S.A. não efetuou o pagamento dos débitos referentes à Escritura de Emissão de Debêntures e, em 24 de janeiro de 2018, 2019 e 2020, a InfraBrasil declarou o vencimento antecipado de todas as obrigações da Companhia, mediante o envio de notificação. Em 3 de janeiro de 2018, a InfraBrasil ajuizou ação de execução de título extrajudicial em face da BRVias Holding TBR S.A. pleiteando o pagamento do valor de R$87.001, com data-base de 23 de julho de 2018. Após a citação e intimação para pagamento, a BRVias Holding TBR S.A. instaurou um Procedimento Arbitral para discussão dos valores cobrados, sendo que este foi arquivado em razão da não existência de excesso de execução. Em 05 de outubro de 2020, a InfraBrasil celebou com a Spectra Portinari Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, o Contrato de compra e venda de outros ativos, por meio do qual a Spectra se comprometeu a adquirir e a Infra Brasil se comprometeu a alienar a totalidade das 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures emitidas pela BRVias Holding TBR S.A. Nesta data, as partes efetivaram a cessão e a transferência das referidas debêntures mediante a lavratura e assinatura do respectivo termo de transferência no Livro de Transferencia de Debêntures, bem como a correspondente averbação, de forma que a Spectra passou a figurar como titular da referida emissão, assumindo todos os direitos e obrigações, incluindo todas as garantidas atreladas ao crédito. Informamos que no dia 22 de outubro de 2020 a Spectra assinou a proposta indicativa dos termos e condições aplicáveis ao acordo comercial visando à celebração de transação judicial relativa à Escritura Particular da 1º Emissão Privada de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, em uma única série da espécie com garantia real da BRVias Holding TBR. O Saldo da dívida em 31 de dezembro de 2020 considera a alteração da taxa de juros para IPCA + 7,5% a.a. desde janeiro de 2020, conforme proposta aceita pelos debenturistas, porém permanece reconhecido integralmente no passivo circulante, tendo em vista que o novo fluxo de pagamentos ainda está em discussão junto aos credores. Destaca-se que a execução distribuída pela InfraBrasil visa somente ao recebimento de valores. Ademais, as debêntures fazem parte do plano de recuperação extrajudicial da TPI e da controladora da Companhia, Dable Participações Ltda., conforme mencionada na Nota 1.

13. Fornecedores	Consolidado 2020	2019
Fornecedores diversos	**11.452**	14.589
Retenções (i)	**7.835**	8.080
	19.287	22.669
Circulante	**18.860**	**21.635**
Não Circulante	**427**	**1.034**

(i) A Controlada adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes. **14. Provisão para manutenção:** Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão. A política da Companhia e sua controlada define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A movimentação da provisão de manutenção durante o período é como segue:

Resumo da movimentação	2020	2019
Saldo inicial	**4.846**	2.837
Adições	**1.480**	2.009
Saldo final	**6.326**	4.846

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R$
2022	**4.600**
2023	**1.364**
2024	**362**
	6.326

15. Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/ bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A Controlada apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R$ 30.125 (2019: R$ 31.921). Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**:** A Controlada tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, líquido dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa, conforme demonstrado:

Ativo	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa	**10.243**	10.853
Provisões	**6.684**	5.599
	16.927	16.452
Passivo		
Intangíveis - efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	**(9.734)**	(10.367)
Outros	**(1.474)**	(1.971)
	(11.208)	(12.338)
	6.016	4.114

Em 31 de dezembro de 2020, a Controlada possuía créditos tributários a compensar sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R$30.125. A expectativa de utilização desses saldos por parte da Controlada encontra-se abaixo demonstrada:

Ano	R$
2021	2.775
2022	1.799
2023	1.854
2024	2.683
2025	1.131
Total	**10.242**

b) Imposto de renda e contribuição social - resultado**:** Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Controlada e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(17.190)**	(36.785)	**(17.190)**	(39.320)
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
(=) Despesas com imposto à alíquota nominal	**6.048**	12.506	**6.048**	13.368
(+) Adições/exclusões permanentes	**(383)**	(72)	**(383)**	(72)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	**(342)**	(1.821)	**-**	-
(+) Outros	**-**	52	**-**	52
	5.323	10.665	**5.665**	13.348
(-) Provisão para realização dos créditos diferidos	**(5.323)**	(10.665)	**5.435**	10.813
	-	-	**230**	2.535
Imposto de renda e CSLL correntes	**-**	-	**(1.375)**	(406)
Imposto de renda e CSLL diferidos	**-**	-	**1.605**	2.941
(=) IRPJ e CSLL no resultado	**-**	-	**230**	2.535
Alíquota efetiva	**-**	-	**19%**	6,45%

16. Provisão para demandas judiciais: A Controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2020, está provisionado o montante de R$3.814 (R$3.863 em 31 de dezembro de 2019) na Controlada, o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.620	1.243	3.863
Adições	**2.390**	**1.878**	**4.268**
Pagamentos	**(837)**	**(1.680)**	**(2.517)**
Reversões	**(359)**	**(933)**	**(1.292)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**3.814**	**508**	**4.322**

Adicionalmente, a Controlada é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Controlada, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, essas ações totalizam R$57.845 em 31 de dezembro de 2020 (R$54.798 em 31 de dezembro de 2019).

	2020		2019	
	Quantidade	R$	Quantidade	R$
Cíveis	**104**	**55.606**	80	52.430
Trabalhistas	**49**	**2.239**	63	2.368
Total	**153**	**57.845**	143	54.798

17. Patrimônio líquido: a) Capital social**:** Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia era de R$303.970 (R$303.970 em dezembro de 2019), totalmente integralizado, representado por 303.970.710 (303.970.710 em dezembro de 2019) 50% em ações ordinárias e 50% em ações preferenciais e sem valor nominal. A composição acionária, em 31 de dezembro de 2020, é apresentada abaixo:

Descrição	Ações	%
Dable Participações Ltda.	**303.970.710**	**100,0**
	303.970.710	**100,0**

18. Receita operacional líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receita de pedágio: As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos. Receita de construção: Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao "Método de insumo" apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção. O ativo de contrato (intangível em construção) é representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que antes da adoção do CPC 47 eram reconhecidos como ativo intangível da concessão (nota explicativa nº 9). Receitas acessórias: Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidas na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Controladora. Tributos incidentes sobre Prestação de Serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social - Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natura	3,00% à 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.
A seguir a composição da receita operacional líquida:

Consolidado	2020	2019
Receita de pedágios	**122.491**	122.988
Receitas acessórias	**3.700**	3.558
Receita de construção - ativos da concessão	**17.219**	24.288
Tributos incidentes	**(10.848)**	(10.759)
	132.562	140.075

19. Gastos por natureza: A seguir a composição das despesas por natureza:

Descrição	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Custos dos serviços prestados				
Custo com pessoal	**-**	-	**18.089**	17.709
Depreciação e amortização	**-**	-	**32.540**	35.117
Serviços de terceiros	**-**	-	**15.875**	12.450
Custo de construção	**-**	-	**17.219**	24.288
Custo de contrato concessão	**-**	-	**6.037**	6.270
Provisão de manutenção	**-**	-	**631**	1.185
Outros	**-**	-	**11.627**	13.347
	-	-	**102.018**	110.366

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Despesas administrativas				
Despesas com pessoal	**-**	-	**9.340**	9.596
Serviços de terceiros	**-**	-	**3.764**	3.673
Material, equipamentos e veículos	**-**	-	**686**	716
Depreciação e amortização	**-**	-	**1.921**	1.341
Despesas gerais	**72**	205	**3.875**	4.764
	72	205	**19.586**	20.090

20. Resultado financeiro líquido: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram:

Descrição	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Ativo				
Rendimento de aplicações financeiras	**-**	-	**271**	539
Total receitas financeiras	**-**	-	**271**	539
Passivo				
Juros sobre financiamentos	**(15.881)**	(31.224)	**(25.751)**	(45.523)
Outras despesas financeiras	**-**	-	**(2.776)**	(3.954)
Total despesas financeiras	**(31.224)**	(31.224)	**(28.527)**	(49.477)
Resultado financeiro líquido	**(31.224)**	(31.224)	**(28.256)**	(48.938)

21. Instrumentos financeiros: a) Classificação contábil e valores justos: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019. b) Mensuração do valor justo: Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020. c) Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia e sua Controlada apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco de crédito. *Estrutura do gerenciamento de risco:* O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de sua Controlada. A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. **i)** *Risco de liquidez:* A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua Controlada, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua Controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua Controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Cronograma de amortização da dívida: A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	10.667	35.259	116.948	**162.874**
Fornecedores e outras contas a pagar	6.167	18.500	8.794	**33.461**
Total	**16.834**	**53.759**	**125.742**	**196.335**

ii) *Risco de mercado:* O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia e sua Controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2020 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua Controlada também não tem ações negociadas em mercado. Risco de taxa de juros: Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e ou sua Controlada vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Perfil: Na data das informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua Controlada era:

Instrumentos de taxa pré-fixada	Valor contábil 2020	2019
Empréstimos e financiamentos	**-**	-

Instrumentos de taxa variável	Risco	Valor contábil 2020	2019
Empréstimos e financiamentos	CDI	**15.137**	22.313
Empréstimos e financiamentos	TJLP	**123.296**	131.240
Debêntures	IPCA	**144.327**	128.455

O objetivo da Companhia e de sua Controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. Análise de sensibilidade: Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia e de sua Controlada são apresentadas a seguir: • Seleção dos riscos: A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP. • Seleção dos cenários: A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 2020. Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III). • Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros: A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir: Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2020	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários: Provável (I) %	Valor	Aumento do índice em 25% (II) %	Valor	Aumento do índice em 50% (III) %	Valor
Empréstimos e financiamentos	**15.137**	Aumento CDI	1,90	1,90	288	2,38	360	2,85	431
Empréstimos e financiamentos	**123.296**	Aumento TJLP	4,55	4,55	5.610	5,69	7.012	6,82	8.415
Debêntures	**144.327**	IGP-M	7,32	7,32	9.403	9,15	11.754	10,98	14.104

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 31 de dezembro de 2020. Risco de preço e valor de mercado A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro. iii) *Risco de crédito*: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito. Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia e sua Controlada administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua Controlada pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. **22. Cobertura de seguros:** A sua Controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2020, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir, tendo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como favorecida:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R$
Responsabilidade civil	Maio/2020 a maio/2021	10.000
Engenharia	Agosto/2020 a setembro/2021	15.411
Operacionais	Maio/2020 a maio/2021	47.735

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais). **23. Benefícios a empregados:** A sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação. Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor. Em 6 de janeiro de 2012 a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Controlada não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. A Controlada aderiu ao Plano de previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Controlada e dos funcionários no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 totalizaram R$ 365 e R$ 349, respectivamente.
24. Remuneração diretores: A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

Descrição	2020	2019
Pró-labore	**1.238**	1.106
Encargos sociais	**247**	350
Benefícios diretos e indiretos	**204**	160
Participação nos resultados	**-**	582
Total	**1.689**	2.198

25. Aspectos ambientais: A sua Controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua Controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **26. Risco regulatório:** A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na nota explicativa nº 22. **27. Compromissos vinculados a contratos de concessão:** Decorrente da verba de fiscalização: A sua Controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento a título de verba de fiscalização para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no montante anual de R$3.541. O valor será corrigido com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Estes compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2020, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2021	3.541
2022	3.541
2023 até 2032	31.874
38.956	

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.
a) Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia): De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a sua Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2020, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totalizam R$355.689, demonstrados conforme abertura abaixo:

Ano	Valor
2021	20.970
2022	37.153
2023	26.771
2024	20.932
2025	29.621
2026 até 2033	220.242
	355.689

b)Termo de Acordo de Conduta (TAC): A Companhia firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R$ 31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia. Do montante total de investimento em obras previstas no TAC, a Companhia realizou a compensação tarifária no valor de R$ 6.159 na 9ª Revisão Ordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2016. Conforme Ofício nº 394/2017/GEINV/SUINF/ANTT da ANTT, concluiu-se que na 10ª Revisão Ordinária realizada em 23/12/2017, o valor de R$15.247 foi aplicado para compensação tarifária. Finalmente, resta a obrigação da Companhia pela execução da obra do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) no Km 339, estimado em R$ 10.427 pela Concessionária. O cronograma da referida obra está em consonância com reprogramações aprovadas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT, de modo que se encontra adimplente com o referido Termo. Cumpre informar que a obra do TAC que se refere a Melhoria de Acesso localizada no km 150+900 metros na BR-153/SP foi concluída em 07 de dezembro de 2018, conforme carta TBR 1140/2018 protocolada sob nº 50515.081696/2018-72 na data de 18 de dezembro de 2018. Adicionalmente e, consoante às reprogramações realizadas, informamos que através do Ofício SEI nº 13150/2020/SUROD/DIR-ANTT a ANTT deferiu a reprogramação do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) para que conste como início de obra em janeiro/2020 e término de obra em outubro/2021, sem prejuízo de novo pedido de reprogramação, objetivando a reprogramação das obras do Km 339 (pedido foi apresentado dia 08/01/2021) para que início em Janeiro/2021 e término em Outubro/2022, bem como de eventuais novos outros pedidos subsequentes que se fizerem necessários. **28. Eventos subsequentes:** Reequilíbrio da tarifa de pedágio: Em 1º de março de 2021 o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 (entre o km 0 e 52) e 03 (entre o km 162 e 195) da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão. Em 06 de março de 2021 passou a ser aplicada em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16 de dezembro de 2016. A nova tarifa no valor de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio.

Conselho da Administração
Carlo Alberto Bottarelli – João Villar Garcia – Roberto Solheid da Costa Carvalho

Diretoria
Dorival Pagani Junior – André Galhardo de Camargo

Contador
Sandro Henrique Boni – CRC 1SP 224.261/O-1

>>>Continua...

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:08:09

24 e 26.04.21.indd 11 23/04/2021 22:01:02

Publicidade Legal

>>>Continuação.... BRVias Holding TBR S/A — Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **BRVias Holding TBR S.A.** Lins - SP - **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **BRVias Holding TBR S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **BRVias Holding TBR S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Controlada:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a continuidade das atividades operacionais da Companhia e sua controlada depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, os quais estão sendo viabilizados por sua Administração para cumprir as obrigações assumidas, principalmente aquelas divulgadas nas Notas Explicativas nºs 11, 12 e 27. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Marcos Vinícius Galina Colombari
Contador
CRC 1 SP-262247/O-8

Cestari Industrial e Comercial S.A.

CNPJ/MF nº 52.848.868/0001-40

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Relatório da Administração: Senhores Acionistas. Atendendo as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Monte Alto (SP), 25 de março de 2021. *A Administração.*

Balanço Patrimonial

Ativo	2020	2019
Ativo circulante	**24.439**	**17.293**
Caixa e equivalentes de caixa	1.083	1.048
Aplicações Financeiras	6.587	
Clientes	4.919	4.506
Estoques	9.661	9.565
Impostos a recuperar	1.210	1.025
Outros ativos circulantes	979	1.149
Ativo não circulante	**17.208**	**15.728**
Impostos a recuperar	333	288
Depósitos judiciais	284	276
Direito de Uso	2.292	2.663
Imobilizado	14.216	12.399
Intangível	83	102
Total do ativo	**41.647**	**33.021**

Passivo	2020	2019
Passivo circulante	**14.985**	**12.332**
Fornecedores	4.962	6.324
Empréstimos e financiamentos	4.651	2.360
Arrendamento Mercantil – Direito de Uso	743	743
Obrigações sociais e tributárias	1.771	2.258
Adiantamentos de clientes	2.134	599
Outros passivos circulantes	724	48
Passivo não circulante	**24.326**	**10.307**
Empréstimos e financiamentos	21.604	8.387
Provisão para Contingências	863	
Arrendamento Mercantil – Direito de Uso	1.548	1.920
Obrigações sociais e tributárias	311	–
Total do passivo	**39.311**	**22.639**
Patrimônio líquido	**2.336**	**10.382**
Capital social	21.510	21.510
(-) Resultados dos Exercícios	(19.174)	(11.128)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**41.647**	**33.021**

Demonstração do Resultado

	2020	2019
Receita líquida	**33.564**	**55.750**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(35.766)	(48.463)
Lucro bruto	**(2.202)**	**7.287**
Despesas com vendas	(1.969)	(1.401)
Despesas administrativas	(3.590)	(4.747)
Outros resultados operacionais	818	345
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro	**(6.943)**	**1.484**
Receitas financeiras	169	140
Despesas financeiras	(1.272)	(2.184)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	**(8.046)**	**(560)**
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**(8.046)**	**(560)**

Diretoria

Dino Bruzadin Filho – Diretor Superintendente
Luiz Antonio Cestari – Diretor Administrativo Financeiro

Contador

Daniel Murilo Branco
CRC-SP 215.641/O-1

Embaúba Empreendimentos e Participações S.A. — CNPJ/ME nº 10.469.686/0001-18

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2020

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo/Circulante		
Disponibilidades		
Bens Numerários	**55.612,87 D**	**55.612,87 D**
Caixa	55.612,87 D	55.612,87 D
Aplicação Liquidez Imediata	**1.603.042,63 D**	**2.087.735,82 D**
Aplicação Banco Safra S.A.	1.590.720,81 D	2.085.992,51 D
Aplicação Banco Bradesco	12.321,82 D	1.743,31 D
Banco Conta Movimento	**158.223,71 D**	**36.727,12 D**
Banco Safra	561,41 D	389,71 D
Banco Bradesco S.A.	157.662,30 D	36.337,41 D
Valores Realizáveis a Curto Prazo		
Clientes	**1.473.400,00 D**	**–**
Clientes – Prestamistas	1.473.400,00 D	–
Estoques	**7.819.733,59 D**	**8.708.583,89 D**
Condomínio Ilha Bela – Terreno e Construção	433.101,61 D	433.101,61 D
Quinta do Porto – Terreno e Construção	534.114,32 D	534.114,32 D
Quinta das Oliveiras – Terreno e Construção	–	882.886,29 D
Condomínio Pateo da Fé – Terreno e Construção	4.672.037,67 D	4.672.037,67 D
Lote 04 Quadra 15 Lot Haras Patente	–	3.270,66 D
Lote 11 Quadra 17 Lot Haras Patente	–	2.693,35 D
Lote 01 Quadra 01 Lot Haras Patente	900.000,00 D	900.000,00 D
Lote 09 Quadra 10 Lot Haras Patente	2.897,45 D	2.897,45 D
Lote 07 Quadra 12 Lot Haras Patente	2.842,45 D	2.842,45 D
Lote 08 Quadra 12 Lot Haras Patente	2.280,36 D	2.280,36 D
Lote 05 Quadra 21 Lot Haras Patente	2.459,73 D	2.459,73 D
Imóvel Haras Patente	900.000,00 D	900.000,00 D
Estoque de Lotes e Terrenos	70.000,00 D	70.000,00 D
Sala Comercial 905 Executive Center	300.000,00 D	300.000,00 D
Créditos e Valores	**152.500,00 D**	**417.797,35 D**
Empréstimo para Estância Regina	–	105.766,35 D
Crédito Empr. a Ricardo Camargo Pires	152.500,00 D	312.031,00 D
Impostos a Recuperar	**350,69 D**	**–**
INSS a Recuperar	350,69 D	–
Ativo não Circulante		
Ativo Imobilizado		
Bens em Operação	**1.425.690,23 D**	**1.457.690,23 D**
Edificações e Prédios	664.544,53 D	664.544,53 D
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	13.650,00 D	13.650,00 D
Veículos	747.495,70 D	779.495,70 D
(-) Depreciação Acumulada	**80.557,40 C**	**80.557,40 C**
Depreciação Acumulada Veículos	80.557,40 C	80.557,40 C
Total do Ativo	**12.607.996,32 D**	**12.683.589,88 D**
Passivo/Circulante		
Valores Exigíveis a Curto Prazo		
Obrigações Tributárias	**16.892,51 C**	**2.141,52 C**
IRPJ a Recolher	6.295,84 C	933,56 C
PIS a Recolher	1.083,97 C	115,36 C
Cofins a Recolher	5.002,96 C	532,47 C
CSSL a Recolher	4.509,74 C	560,13 C
Obrigações Trabalhistas	**930,05 C**	**890,00 C**
Pro-labore a Pagar	–	890,00 C
Salários a Pagar	930,05 C	–
Obrigações Sociais e Previdenciárias	**323,95 C**	**310,00 C**
I.N.S.S. a Recolher	323,95 C	310,00 C
Resultado de Exercícios Futuros		
Resultado Diferido – Venda – Loteamento		
Receita – Venda de Terrenos	1.473.400,00 C	–
Terrenos Vendidos – Prestamistas	1.473.400,00 C	–
Patrimônio Líquido		
Capital Realizado		
Capital Subscrito Nacional	**470.000,00 C**	**470.000,00 C**
Capital	470.000,00 C	470.000,00 C
Reservas		
Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	**10.646.449,81 C**	**12.210.248,36 C**
Lucros Acumulados	12.210.248,36 C	12.574.989,63 C
Prejuízos Acumulados	876.502,01 D	–
Resultado do Exercício/Período	–	260.268,73 C
DL – Ricardo Pires Camargo	392.296,54 D	299.010,00 D
DL – Aurelia Eireli	295.000,00 D	326.000,00 D
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**12.607.996,32 C**	**12.683.589,88 C**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2020	31/12/2019
Receita	**463.711,17 C**	**1.066.835,33 C**
Receita Bruta		
Receita da Prestação de Serviços		
Prestação de Serviços	**235.651,19 C**	**63.589,32 C**
Prestação de Serviços em Geral	235.651,19 C	–
Aluguel de Imóveis Próprios	–	63.589,32 C
Revenda	**245.630,98 C**	**691.935,01 C**
Unidades e Terrenos Vendidos	245.630,98 C	691.935,01 C
(-) Deduções		
Deduções da Receita		
Impostos Incidentes	**17.571,00 D**	**27.576,54 D**
PIS sobre Faturamento	3.129,04 D	4.910,86 D
Cofins sobre Faturamento	14.441,96 D	22.665,68 D
Outras Receitas		
Receitas de Participação Societária		
Lucros e Dividendos Recebidos		
DL Rec. da Marpi Empreendimentos e Participações	–	248.007,76 C
DL Rec. da MRPL Empreendimentos e Participações L.	–	90.879,78 C
Lucros e Dividendos Recebidos	–	338.887,54 C
(=) Receita Líquida	463.711,17 C	1.066.835,33 C
Custos	**918.924,10 D**	**520.725,98 D**
Custo Operacional		
Custos Terrenos e Unidades Vendidas		
Unidades Imobiliárias Vendidas		
Custo das Unidades Vendidas	888.850,30 D	500.000,00 D
Unidades Imobiliárias Vendidas	888.850,30 D	500.000,00 D
Outros Custos e Serviços		
Materiais e Insumos	**6.169,46 D**	**19.743,70 D**
Gases e Equipamentos	825,43 D	–
Manutenção de Prédios	5.344,03 D	19.743,70 D
Serviços Tomados	**21.396,34 D**	**982,28 D**
Seguro de Bens	21.396,34 D	982,28 D
Folha e Encargos		
Encargos Sociais	**2.508,00 D**	**–**
I.N.S.S. – Empresa	2.508,00 D	–
(=) Prejuízo Bruto	455.212,93 D	546.109,35 C
Despesas	**421.289,08 D**	**285.840,62 D**
Despesas Operacionais		
Despesas com Vendas		
Despesas Diversas com Vendas	**25.400,00 D**	**–**
Corretagens de Vendas	25.400,00 D	–
Despesas Administrativas		
Folha de Pagamento	**12.540,00 D**	**12.000,00 D**
Pro-Labore	12.540,00 D	12.000,00 D
Encargos Sociais	**–**	**2.400,00 D**
I.N.S.S. – Pro-Labore	–	2.400,00 D
Serviços Prestados por Terceiros	**84.656,50 D**	**123.312,93 D**
Assessoria Contábil	13.670,00 D	12.816,00 D
Assessoria Jurídica	–	28.316,66 D
Plano de Saúde e Assistência Médica Col.	70.986,50 D	82.180,27 D
Gastos Gerais	**53.909,69 D**	**140.177,32 D**
Energia Elétrica e Água		
Impressos, Formulários e Materiais de Escritório	330,00	6.943,70
Despesas Legais Cartoriais e Judiciárias	17.015,50 D	82.979,74 D
Despesas com Veículos e Combustíveis	34.832,79 D	48.403,87 D
Encargos Financeiros Líquidos		
Despesas Financeiras	**2.317,54 D**	**1.574,33 D**
Comissões e Despesas Bancárias	2.317,54 D	1.574,33 D
(-) Receitas Financeiras	**–**	**162.776,62 C**
Receitas de Aplicações Financeiras	–	162.776,62 C
Despesas Tributárias		
Despesas Tributárias Diversas	**218.766,91 D**	**148.492,91**
Imposto Predial, Territorial e Urbano	43.157,86 D	38.172,79 D
Multas e Acréscimos sobre Impostos	–	144;68 D
Outros Impostos e Taxas	175.609,05 D	110.175,44 D
Provisão para IRPJ e Contribuição Social		
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Provisão para Imposto de Renda	**14.258,86 D**	**11.355,50 D**
Imposto de Renda do Exercício	14.258,86 D	11.355,50 D
Provisão para Contribuição Social	**9.439,58 D**	**9.304,25 D**
Contribuição Social do Exercício	9.439,58 D	9.304,25 D
(=) Prejuízo Operacional	876.502,01 D	260.268,73 C
Resultado Financeiro		
Outras Receitas/Despesas		
(=) Prejuízo antes dos Impostos, Participações e Contribuições	876.502,01 D	260.268,73 C
Provisão de Impostos: Participações e Contribuições:		
(=) Total do Prejuízo do Período:	**876.502,01 D**	**260.268,73 C**

Luiz de Padua Falcirolli – Contador
CRC 1SP 206.154/O-3 – CPF 016.163.358-74

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) - 0,6520
Dólar (EUA) - 5,4787
Franco (Suíça) - 5,9863
Iene (Japão) - 0,05075
Libra (Inglaterra) - 7,5853
Peso (Argentina) - 0,05883
Peso (Chile) - 0,007684
Peso (México) - 0,2761
Peso (Uruguai) - 0,1244
Yuan (China) - 0,8436
Rublo (Rússia) - 0,07303
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,6133

Vereda Educação S.A.

CNPJ: 26.193.756/0001-98

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2020	2019
Ativo	**83.367.468,97**	**33.641.235,04**
Ativo circulante	**9.558.503,40**	**9.024.339,72**
Disponível	6.366.995,44	7.679.491,83
Clientes nacionais	1.110.616,98	576.594,51
Cartão de crédito	188.135,89	389.071,71
Adiantamento a fornecedor	777.416,61	83.247,24
Créditos com funcionários	35.770,15	53.560,94
Tributos a recuperar	116.718,16	106.395,84
Despesas do exercício seguinte	962.810,52	135.977,65
Ativo não circulante	**73.808.965,57**	**24.616.895,32**
Depósitos judiciais	1.284.291,24	84.030,84
Alugueis a apropriar - Moóca	16.114.014,00	–
Alugueis a apropriar - SBC	13.216.000,00	–
Alugueis a apropriar - Santos André	14.477.210,40	–
Imobilizado em uso	5.881.776,77	3.601.735,59
Imobilizado em formação	27.568.966,33	21.167.746,67
Intangível	1.222.261,95	985.586,92
Depreciações acumuladas	(791.479,57)	(391.757,42)
Amortizações/exaustão acumuladas	(5.164.075,55)	(830.447,28)

Passivo	2020	2019
Passivo	**83.367.468,97**	**33.641.235,04**
Passivo circulante	**5.052.789,13**	**6.598.397,79**
Fornecedores	1.071.830,59	3.218.016,96
Obrigações trabalhistas	406.105,98	1.034.925,93
Obrigações tributarias	251.780,09	335.733,30
Adiantamentos de clientes	1.475.722,13	874.943,25
Contas a pagar	1.036.881,47	–
Provisões	810.468,87	1.134.778,35
Passivo não circulante	**73.682.373,45**	**40.578.902,56**
Débitos com partes relacionadas	29.875.149,05	40.578.902,56
Outros passivos não circulantes	43.807.224,40	–
Patrimônio liquido	**4.632.306,39**	**(13.536.065,31)**
Capital social	64.844.034,36	18.419.725,36
(-) Capital social integralizar	(1.210.274,02)	(1.210.254,77)
Reservas	4.197.914,61	4.197.914,61
Resultado acumulado	(63.199.368,56)	(34.943.450,51)

Diretoria

Arthur Prandato Buzatto – Diretor Presidente
Bruno Vieira Carvalho – Diretor Financeiro

Demostração do Resultado

Resultado do exercício	2020	2019
Prestação de serviços	20.959,95	17.959,63
Impostos sobre faturamento	(1.380,55)	(1.202,78)
Receita liquida	19.579,40	16.756,85
Custo operacional	(42.195,47)	(41.089,17)
Despesas com pessoal	(14.587,39)	(17.438,52)
Despesas administrativas	(11.284,90)	(4.419,51)
Despesas gerais	(9.057,71)	(10.121,39)
Serviços profissionais contratados	(6.429,38)	(8.361,53)
Despesas tributarias	(836,09)	(748,22)
Resultado financeiro	(4.321,45)	(23,50)
Despesas financeiras	(4.486,33)	(619,98)
Receitas financeiras	164,88	596,48
PCLD	(1.801,92)	(455,44)
Despesas pré-operacionais		
(IPG GRU)	–	(829,55)
Prejuízo total	(28.739,44)	(25.640,82)

Contador

Ivo Pereira De Freitas Filho
(TC CRC: SP245569/O-8)

VR Editora S.A.

CNPJ/MF nº 02.817.648/0001-80 – NIRE 35.300.418.450

Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de março de 2021

Data, hora e local: 30/03/2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Via das Magnólias, 327, Sala 1, Jardim Colibri, em Cotia-SP. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da VR Editora S.A., conforme assinaturas apostas em livro próprio. **Mesa:** Presidente: Sra. Sevani de Matos Oliveira; Secretário: Sr. Cristiano Vander Rodrigues. **Convocação e Publicações:** Dispensadas as formalidades de convocação em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas da Companhia. Igualmente dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 e § 4º da Lei 6.404/76, esclarecendo-se que foram publicados os documentos mencionados nos incisos I e II do citado artigo no dia 12/03/2021 no jornal Data Mercantil, página 6 e no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo, página 16. **Ordem do Dia: (a)** exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; **(b)** eleição dos membros da Diretoria da Companhia; **(c)** outros assuntos de interesse social. **Deliberações Tomadas por Unanimidade de Votos dos Presentes: (a)** com abstenção dos legalmente impedidos, conforme artigo 134, § 1º, da Lei nº 6.404/76, foram aprovados o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2020. Tendo em vista os resultados da Companhia durante o ano 2020 não serão declarados dividendos. **(b)** os acionistas reelegem os membros da Diretoria para novo mandato de 03 anos, iniciando-se nesta data e terminando na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até 30/04/2024, a saber: **(i) Sevani de Matos Oliveira**, portadora da cédula de identidade RG nº 18.066.379-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 104.965.908-20; e **(ii) Cristiano Vander Rodrigues**, inscrito no CFC/SP nº 213173/O-3, portador da cédula de identidade RG nº 29.806.172-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 189.771.908-60; **(c)** fica autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação sem os nomes dos acionistas presentes, de acordo com o previsto no artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Acionistas:** Maria Celeste Ferreira Alves *p.p. Cristiano Vander Rodrigues*, Maria Nazareth Ferreira Alves *p.p. Cristiano Vander Rodrigues*, e Maria Inês Redoni *p. p. Cristiano Vander Rodrigues*. Mesa: **Sevani Matos Oliveira**: *Presidente;* **Cristiano Vander Rodrigues**: *Secretário.* Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 170.058/21-9 em 14/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:08:29

Facchini Participações S.A.

CNPJ/MF nº 03.382.586/0001-94

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2020	2019	2020	2019
Circulante		**19.902**	**10.711**	**1.011.318**	**563.592**
Caixa e equivalentes de caixa	5	–	1	465.801	215.376
Contas a receber de clientes	6	–	–	92.989	71.892
Contas a receber – partes relacionadas	15	8.000	8.000	–	298
Estoques	7	–	–	388.591	247.996
Impostos a recuperar	10	28	27	45.110	15.480
Dividendos a receber	15	11.874	2.683	–	–
Outros ativos		–	–	18.827	12.550
Não circulante		**605.277**	**464.275**	**552.249**	**380.352**
Impostos a recuperar	10	–	–	8.218	5.523
Contas a receber – partes relacionadas	15	1.021	1.229	–	–
IRPJ e CSLL diferidos	11	–	–	2.543	20.727
Outros ativos		–	–	4.830	4.118
Investimentos	12	604.256	463.046	–	–
Imobilizado	8	–	–	424.825	322.430
Intangível		–	–	21	43
Ativos de direito de uso	9	–	–	111.812	27.511
Total do ativo		**625.179**	**474.986**	**1.563.567**	**943.944**
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		**18.724**	**10.659**	**720.029**	**376.349**
Empréstimos e financiamentos	13	–	–	95.437	62.496
Arrendamento mercantil	14	–	–	7.702	3.547
Fornecedores		–	–	267.255	158.040
Contas a pagar – partes relacionadas	15	7.769	8.000	7.769	9.282
Obrigações trabalhistas		–	–	43.447	34.370
Parcelamentos de tributos	16	–	–	3.394	824
Obrigações fiscais		–	–	7.153	5.955
Faturamento antecipado	17	–	–	121.984	33.768
Antecipação de clientes	18	–	–	114.618	31.832
Dividendos a pagar	20	10.955	2.659	10.955	2.659
Arrendamento a pagar	9	–	–	1.606	646
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	–	–	19.727	17.696
Outros passivos		–	–	18.982	15.234
Não circulante		**1.253**	**1.253**	**238.336**	**104.521**
Empréstimos e financiamentos	13	–	–	111.683	77.463
Arrendamento mercantil	14	–	–	9.738	5.560
Partes relacionadas	15	1.253	1.253	1.253	1.253
Parcelamentos de tributos	16	–	–	10.811	18
Arrendamento a pagar	9	–	–	3.821	1.565
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	–	–	91.310	10.536
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	–	–	6.725	8.126
Outros passivos		–	–	2.995	–
Patrimônio líquido	20	**605.202**	**463.074**	**605.202**	**463.074**
Capital social		250.000	250.000	250.000	250.000
Reserva de lucros		355.202	213.074	355.202	213.074
Total do passivo e do patrimônio líquido		**625.179**	**474.986**	**1.563.567**	**943.944**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**250.000**	**4.010**	**19.700**	**235**	**–**	**273.945**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	190.624	190.624
Destinação do lucro líquido do exercício: Reserva legal	20 (b)	–	9.531	–	–	(9.531)	–
Reserva de incentivos fiscais	20 (c)	–	–	–	3.720	(3.720)	–
Dividendos aprovados	20 (e)	–	–	(2.579)	–	–	(2.579)
Reserva de capital de giro	20 (d)	–	–	178.457	–	(177.373)	1.084
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**250.000**	**13.541**	**195.578**	**3.955**	**–**	**463.074**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	160.424	160.424
Destinação do lucro líquido do exercício: Reserva legal		–	8.020	–	–	(8.020)	–
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	45.086	(45.086)	–
Dividendos aprovados		–	–	(17.223)	–	(1.073)	(18.296)
Reserva de capital de giro		–	–	106.245	–	(106.245)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**250.000**	**21.561**	**284.600**	**49.041**	**–**	**605.202**

Demonstrações dos Resultados	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	21	–	–	1.622.397	1.604.287
Custo dos produtos e serviços vendidos	22	–	–	(1.212.576)	(1.144.013)
Lucro bruto		**–**	**–**	**409.821**	**460.274**
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	22	–	–	(108.084)	(98.239)
Administrativas e gerais	22	(86)	(54)	(72.574)	(68.091)
Honorários da administração	22	–	–	(5.595)	(4.680)
Equivalência patrimonial em controlada	12	160.510	190.678	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	–	–	9.474	(828)
		160.424	**190.624**	**(176.779)**	**(171.838)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		160.424	190.624	233.042	288.436
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		1	1	8.954	12.936
Despesas financeiras		(1)	(1)	(23.525)	(17.223)
Variação monetária e cambial, líquidas		–	–	(2.083)	(1.360)
		–	**–**	**(16.654)**	**(5.647)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	11	**160.424**	**190.624**	**216.388**	**282.789**
IRPJ e CSLL: Corrente		–	–	(37.780)	(64.378)
Diferido		–	–	(18.184)	(27.787)
Lucro líquido do exercício		**160.424**	**190.624**	**160.424**	**190.624**
Quantidade ponderado de ações do capital social		**2.290.000**	**2.290.000**	**2.290.000**	**2.290.000**
Lucro básico e diluído por ação – R$		**73,05**	**83,24**	**73,05**	**83,24**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	160.424	190.624	160.424	190.624
Resultado abrangente do exercício	**160.424**	**190.624**	**160.424**	**190.624**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício		**160.424**	**190.624**	**160.424**	**190.624**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originado das atividades operacionais:					
IRPJ e CSLL diferidos	11	–	–	18.184	27.554
Subvenções para investimentos	20	–	–	44.887	3.727
Depreciação imobilizado e ativo de direito de uso	8 e 9	–	–	61.557	56.274
Amortização		–	–	21	21
Perda (ganho) na baixa do ativo imobilizado		–	–	(1.789)	9.623
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	–	–	372	2.259
Provisão p/ comissão s/ vendas		–	–	1.112	193
Provisão (reversão) de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	–	–	(1.401)	(2.208)
Provisão para garantia		–	–	773	2.057
Equivalência patrimonial	12	(160.510)	(190.678)	–	–
Diferença de variação cambial líquida		–	–	4.828	696
Juros e atualização monetária sobre empréstimos, tributos parcelados e arrendamentos		–	–	18.198	14.865
		(86)	**(54)**	**307.166**	**305.685**
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		–	–	(21.468)	(14.525)
Partes relacionadas		208	–	298	(90)
Estoques		–	–	(140.595)	1.801
Impostos a recuperar		(1)	(2)	(32.323)	(4.172)
Outros ativos		–	–	(6.988)	(4.086)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		–			
Fornecedores		–	–	109.215	(10.982)
Partes relacionadas		(231)	–	(1.514)	(39.183)
Obrigações fiscais		–	–	4.958	62.087
Parcelamento de Tributos		–	–	12.878	(2.569)
Faturamento antecipado		–	–	88.216	(37.436)
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		–	–	96.677	(32.484)
Caixa gerado nas atividades operacionais					
Juros pagos durante o exercício		–	–	(12.485)	(11.856)
IRPJ e CSLL pagos		–	–	(48.646)	(65.123)
Caixa liquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais		**(110)**	**(56)**	**355.389**	**147.067**
Fluxo de caixa de operações de investimentos:					
Valor recebido na venda de imobilizado		–	–	4.907	14.808
Recebimento de dividendos e/ou redução de capital		10.109	9.492	–	–
Adições ao ativo imobilizado		–	–	(133.734)	(120.577)
Caixa originário das (aplicado nas) atividades de investimentos		**10.109**	**9.492**	**(128.827)**	**(105.769)**
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:					
Empréstimos e financiamentos – captações		–	–	132.151	98.162
Empréstimos e financiamentos e leasing – pagamentos		–	–	(73.692)	(99.067)
Pagamento arrendamento		–	–	(24.596)	(18.914)
Dividendos pagos e/ou redução de capital	20	(10.000)	(9.438)	(10.000)	(9.438)
Caixa originado das (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(10.000)**	**(9.438)**	**23.863**	**(29.257)**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		(1)	(2)	250.425	12.041
Caixa e equivalente de caixa:					
No início do exercício		1	3	215.376	203.335
No fim do exercício		–	1	465.801	215.376

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Facchini Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Grupo"), empresa fundada em 1999 e "holding", controladora do Grupo Facchini, tem como controlada a Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo, apresentada na nota explicativa nº 12. A Companhia, com sede em São Paulo-SP, tem por objetivo social a administração de outras sociedades, participações e investimentos. A controlada Facchini S.A. dispõe de incentivo fiscal em seus estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Pernambuco (PE), Bahia (BA) e Pará (PA), conforme a seguir: (i) No Estado de Mato Grosso do Sul (MS), o incentivo denomina-se "MS Forte – Indústria", conforme Lei Estadual nº 4.049/11 e Termos de Acordo nº 031/03 e nº 125/03 vigentes até 31/12/2032, conforme terceiro Aditivo de 09/10/2018. O benefício é deduzido diretamente da apuração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estabelecimentos localizados nas cidades de Aparecida do Taboado (MS) e Campo Grande (MS), sendo aplicados 67% como redução do ICMS nas operações intraestaduais e 80% nas operações interestaduais. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Vide Nota Explicativa nº 20(c); (ii) No Estado de Mato Grosso (MT), o incentivo denomina-se "PRODEIC" – Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso, foi criado por meio da pela Lei Estadual nº 7.958/03, regulamentada pelo Decreto 1.432/03, Lei nº 631/2019. O benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS dos estabelecimentos localizados nas cidades de Cuiaba (MT) e Rondonópolis (MT), sendo aplicada autorização de crédito outorgado. Os respectivos incentivos possuem vigência até 01/01/2020 à 31/12/2032, respectivamente; (iii) No Estado de Pernambuco (PE), o incentivo denomina-se "PROIND" – Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco e foi instituído pelo Decreto nº 44.766, de 20/07/2017, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da atividade industrial no Estado de Pernambuco por meio da concessão de crédito presumido relativo ao ICMS, com um redutor de 75% no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife e devendo obdecer ao montante mínimo anual de recolhimento conforme o Decreto, este beneficio é deduzido diretamente da apuração do ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). O referido incentivo possuí vigência até 31/12/2032, conforme estabelecido no Convênio ICMS nº 190, até 15/12/2017; **1. Contexto operacional**--Continuação (iv) No Estado da Bahia (BA), o incentivo denomina-se "Programa Desenvolve", regido pela Lei nº 7.980/2001 e pelo Decreto nº 8.205/2002. A Resolução nº 156/2010 concede o prazo de doze anos para fruição dos benefícios contados a partir de 01/10/2010. O benefício é deduzido diretamente da apuração de ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Simões Filho (BA), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando aproximadamente uma redução de 81% no ICMS nas operações intra e interestaduais. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado da Bahia; (v) No Estado do Pará (PA), o incentivo é administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, regido pelo artigo 1º da Medida Provisória 2.199-14/2001, com redação dada pelo artigo 32 da Lei nº 11.196/ 2005, artigos 5º e 13 do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM, conforme Laudo constitutivo nº 133/2013 o beneficio tem termino previsto para o ano calendário de 2022. O benefício é deduzido diretamente da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando aproximadamente uma redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado do Pará. Vide Nota Explicativa nº 20(c); e (vi) Já o incentivo de imposto de renda e adicionais administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com fundamento no artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, com a nova redação dada pelo artigo 69 da Lei nº 12.715, de 17/09/2012, conforme com critérios estabelecidos no Decreto nº 4.213, de 26/04/2002 e na Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2.091-A, de 28/12/2007.O benefício é deduzido diretamente da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando uma redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis. Conforme Laudo constitutivo nº 0174/2012 o período de vigência dará-se até 31/12/2021. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa implantar o empreendimento na área de atuação da Superintência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Vide Nota Explicativa nº 20(c). *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11/03/2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Neste mesmo período, as instalações da Companhia passaram por adequações e foram estabelecidos protocolos de saúde e segurança como segue abaixo: • Instalação de recursos visuais para indicar distância recomendada em espaços compartilhados; • Distribuição de kits de prevenção, com álcool em gel e máscara; • Reforço de higienização nas instalações, em especial, banheiros, restaurantes e veículos de transporte de funcionários; • Afastamento de trabalhadores do grupo de risco; • Medição de temperatura nos acessos à Companhia; • Criação de postos de triagem, com equipe de enfermagem; • Realização de testagem, quando indicado pela equipe; • Comunicação contínua e robusta para conscientização da importância da prevenção, com a indicação de autoavaliação diária; e • Substituição de reuniões e eventos presenciais para o formato online. Ademais, as ações contra a Covid-19 também buscaram auxiliar a nossa comunidade, através de doações ao hospital que atende a maioria de nossos funcionários e região em São José do Rio Preto, doação de máscaras, kits de higiene a entidades beneficentes. E buscamos auxiliar o nosso principal cliente, o motorista através da cessão de marmitas no período em que os restaurantes de beira de estradas encontravam-se fechados. Concluindo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual, priorizando sempre os investimentos para manter a qualidade de nossos produtos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Áquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 16/04/2021, considerando os eventos subsequentes até esta data. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o seguinte: a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Contas a receber de clientes: Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização. c) Estoques: Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção. O valor líquido realizável corresponde ao preço estimado de venda dos estoques, deduzido dos custos de produção e das despesas de venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. d) Imobilizado: Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edifícios e construções	25
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Instalações industriais	10
Ferramentas e utensílios	10
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10
Sistemas e equipamentos de informática	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. e) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. e.1) *Companhia como arrendatária:* Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. e.2) *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. • Edifícios – 2 a 9 anos. • Equipamentos – 4 anos. e.3) *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. e.4) *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. f) Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. g) Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício, exceto quando se referirem a resultados abrangentes que são registrados diretamente no patrimônio líquido. h) Tributos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. h.1) *Tributos correntes:* A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. h.2) *Tributos diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade e do montante a ser registrado de ativo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do balanço e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. h.3) *Tributos sobre as vendas:* Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. i) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i.1) *Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem e contas a receber de clientes (incluindo partes relacionadas). ii) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. À cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. i.2) *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores (incluindo partes relacionadas), "*leasing*" mercantil financeiro, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. i.3) *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. j) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. j.1) *ICMS:* Representado pela dedução obtida nas apurações mensais de ICMS dos estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia, o qual é registrado diretamente ao resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", considerando que o benefício obtido está diretamente relacionado ao ICMS sobre as vendas. O incentivo do Estado de Pernambuco, somente é registrado no resultado após cumprido o montante mínimo anual de recolhimento, antes disso ele é registrado na conta do passivo. Para manter estes incentivos, a Companhia tem o compromisso de manter o faturamento, além de determinado número de empregados e nível de investimentos naqueles Estados. A Companhia destina o valor deste incentivo fiscal até o limite do lucro líquido do exercício à rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente do incentivo e, nesse caso, este não puder ser destinado à rubrica "Reserva para incentivos fiscais", sua destinação, de forma cumulativa até que seja destinado, ocorrerá em exercícios subsequentes. j.2) *IRPJ:* A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM visando à Implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano-calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDAM. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE visando a Implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2021, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ somente nos produtos determinados no anexo I do Laudo Constitutivo. A Companhia destina o valor destes incentivos fiscais à rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente do incentivo e, nesse caso, este não puder ser destinado à rubrica "Reserva para incentivos fiscais", sua destinação, de forma cumulativa até que seja destinado, ocorrerá em exercícios subsequentes. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20.e, esta reserva de incentivos fiscais compõe o patrimônio líquido e poderá ser usada somente para capitalização. Além disso, será tributada caso exista capitalização do valor da subvenção e posterior restituição aos sócios, restituição de capital aos sócios e caso esta subvenção integre a base de cálculo dos dividendos obrigatórios antes do período de carência previsto nos termos de acordo de cada incentivo. k) Reconhecimento de receita: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) *Vendas de produtos:* O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) *Prestação de serviços:* A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k.3) *Componente de financiamento significativo:* Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) Capital social – Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. n) Lucro por ação: Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. **2.4. Bases de consolidação e investimento em controlada:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada Facchini S.A., ambas em 31/12/2020. A sociedade controlada está descrita na Nota Explicativa nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Quando necessário, as

continua ...

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:08:52

... continuação **Facchini Participações S.A.**

demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua controlada, a seguir relacionada, e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** – Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária):* A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):* O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 1. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:* A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **4. Normas, alterações e interpretações de normas – a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 01/01/2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material:* As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia. *Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro:* O pronunciamento revisado estabelece alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:* As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios:* As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs – entradas de recursos e processos necessários para criar outputs – saída de recursos. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.* As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **b) Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *IFRS 17 – Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 01/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa e bancos	–	1	322	124
Aplicações financeiras – fundos de renda fixa (a)	–	–	465.479	215.252
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	465.801	215.376

(a) Aplicações financeiras – renda fixa: Referem-se substancialmente a fundos de investimentos em renda fixa, mantidos em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Companhia ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações possuem liquidez imediata, ainda que, em certas situações, o resgate no período de carência resultaria em perdas de rendimentos financeiros.

6. Contas a receber de clientes – consolidado

	2020	2019
Clientes – mercado interno	91.849	66.219
Clientes – mercado externo (i)	5.143	9.204
Cheques em cobrança	45	145
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.048)	(3.676)
	92.989	**71.892**

(i) Os saldos sob a rubrica "Contas a receber de clientes – mercado externo" representam faturas comerciais ("*invoices*") que estão denominadas originalmente em dólares norte-americanos e atualizadas por variação cambial até a data do balanço. Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem:

	2020	2019
A vencer	69.758	45.948
Vencidos até 60 dias	17.422	18.571
Vencidos de 61 a 90 dias	2.327	2.856
Vencidos de 91 a 180 dias	2.368	2.520
Vencidos de 181 a 360 dias	470	1.271
Vencidos há mais de 360 dias	4.692	4.402
	97.037	**75.568**

Movimentação na provisão sobre créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
Saldo no início do exercício	3.676	1.417
Valores recuperados durante o exercício	(1.445)	(6.738)
Adições de novas provisões	1.817	8.997
Saldo no fim do exercício	**4.048**	**3.676**

7. Estoques – consolidado

	2020	2019
Produtos acabados	2.205	880
Produtos semiacabados	123.483	68.970
Produtos intermediários	79.654	66.258
Matérias-primas	126.380	81.877
Produtos em processo	29.507	15.150
Estoque em poder de terceiros	6.722	2.703
Outros materiais diversos	20.640	12.158
	388.591	**247.996**

8. Imobilizado – consolidado

	2020	2019
Terrenos	1.468	1.468
Edifícios e construções	8.467	8.886
Máquinas e equipamentos	209.220	172.916
Veículos	25.828	21.131
Instalações industriais	12.380	11.162
Ferramentas e utensílios	13.476	11.132
Móveis e utensílios administrativos e industriais	5.031	4.825
Equipamentos de informática	3.616	2.574
Benfeitorias em propriedade de terceiros	22.832	25.220
Imobilizado em andamento	102.289	51.023
	404.607	**310.337**
Imobilizado adquirido por arrendamento financeiro: (i)		
Máquinas e equipamentos	17.168	10.495
Veículos	459	–
Ferramentas e utensilios	1.226	
Móveis e utensílios	140	202
Sistemas e equipamentos de informática	1.225	1.396
	20.218	12.093
Total	**424.825**	**322.430**

(i) Esses ativos foram reconhecidos com base nas determinações do CPC 06 (R2), além das disposições do ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, que estabeleceram os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, até 31/12/2020. A movimentação do custo do ativo imobilizado é como segue:

	2019	Adições	Baixa	Transferência	2020
Terrenos	1.468	–	–	–	1.468
Edifícios e construções	10.489	–	–	–	10.489
Máquinas e equipamentos	336.136	17.444	(6.973)	53.421	400.028
Veículos	54.519	10.053	(4.039)	–	60.533
Instalações industriais	31.315	173	(83)	2.823	34.228
Ferramentas e utensílios	31.932	3.655	(417)	2.672	37.842
Móveis e utensílios administrativos e industriais	17.888	930	(119)	379	19.078
Sistemas e equipamentos de informática	11.053	1.886	(456)	–	12.483
Benfeitorias em propriedade de terceiros	44.132	–	–	–	44.132
Imobilizado em andamento	51.023	111.855	(1.294)	(59.295)	102.289
Total	**589.955**	**145.996**	**(13.381)**	**–**	**722.570**

	2018	Adições	Baixa	Transferência	2019
Terrenos	1.468	–	–	–	1.468
Edifícios e construções	10.059	430	–	–	10.489
Máquinas e equipamentos	267.177	17.183	(11.090)	62.866	336.136
Veículos	52.265	6.837	(4.552)	(31)	54.519
Instalações industriais	28.281	1.063	–	1.971	31.315
Ferramentas e utensílios	26.853	2.560	(170)	2.689	31.932
Móveis e utensílios administrativos e industriais	16.265	1.304	(35)	354	17.888
Sistemas e equipamentos de informática	9.660	1.586	(193)	–	11.053
Benfeitorias em propriedade de terceiros	44.680	–	(607)	59	44.132
Imobilizado em andamento	43.402	96.357	(20.828)	(67.908)	51.023
Total	**500.110**	**127.320**	**(37.475)**	**–**	**589.955**

A movimentação da depreciação é como segue:

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Edifícios e construções	4	(1.601)	(421)	–	–	(2.022)
Máquinas e equipamentos	10	(152.725)	(26.407)	5.760	(268)	(173.640)
Veículos	20	(33.388)	(4.420)	3.562	–	(34.246)
Instalações industriais	10	(20.154)	(2.045)	83	268	(21.848)
Ferramentas e utensílios	10	(20.802)	(2.627)	289	–	(23.140)
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10	(12.861)	(1.136)	90	–	(13.907)
Sistemas e equipamentos de informática	20	(7.083)	(962)	403	–	(7.642)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	(18.911)	(2.389)	–	–	(21.300)
Total		**(267.525)**	**(40.407)**	**10.187**	**–**	**(297.745)**

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2018	Adições	Baixas	Transferências	2019
Edifícios e construções	4	(1.184)	(417)	–	–	(1.601)
Máquinas e equipamentos	10	(137.940)	(22.648)	8.226	(363)	(152.725)
Veículos	20	(32.610)	(4.684)	3.875	31	(33.388)
Instalações industriais	10	(18.443)	(2.043)	–	332	(20.154)
Ferramentas e utensílios	10	(18.266)	(2.656)	120	–	(20.802)
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10	(11.778)	(1.117)	34	–	(12.861)
Sistemas e equipamentos de informática	20	(6.326)	(940)	183	–	(7.083)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	(16.645)	(2.872)	606	–	(18.911)
Total		**(243.192)**	**(37.377)**	**13.044**	**–**	**(267.525)**

As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil estimada de cada ativo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3.d. Em 2020, em conformidade com o CPC 27, a Companhia realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso. **9. Ativo de direito de uso – consolidado**

Ativo de Direito de Uso – Terceiros:	2020	2019
Edifícios	4.892	1.766
Equipamentos	169	270
	5.061	**2.036**
Ativo de Direito de Uso – Partes relacionadas:		
Edifícios	106.751	25.475
	106.751	**25.475**
Total	**111.812**	**27.511**

A movimentação do custo do ativo direito de uso é como segue:

	2019	Adições	Baixa	2020
Edifícios	44.991	110.537	(31.348)	124.180
Equipamentos	374	–	–	374
Total	**45.365**	**110.537**	**(31.348)**	**124.554**

A movimentação da depreciação é como segue:

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2019	Adições	Baixas	2020
Edifícios	10,53 a 41,38%	(17.751)	(21.048)	26.262	(12.537)
Equipamentos	28,57%	(103)	(102)	–	(205)
Total		**(17.854)**	**(21.150)**	**26.262**	**(12.742)**

As taxas de depreciação são calculadas com base no ativo de direito de uso, desde a data de inicio até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento. Em 01/10/2020, a Companhia renovou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas, os quais possuíam vencimento original em 31/12/2020. Considerando que essa renovação de contratos alterou substancialmente o fluxo de caixa futuro e o prazo do contrato, os valores anteriormente reconhecidos foram integralmente baixados contra o resultado do exercício, acarretando em uma perda de R$ 30. Adicionalmente, a administração da Companhia reconheceu o passivo de arrendamento e o direito de uso desses novos contratos pelo novo período contratual, de 10 anos, estimando o valor presente na data ínicio desses novos contratos, utilizando a taxa incremental de juros de 11,04%. **Passivos de arrendamentos (direito de uso):** Valor contábil líquido ao fim do exercício:

Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	2020	2019
Arrendamento em moeda nacional	10,00% a 11,00%	09/2028	116.464	30.443
			116.464	**30.443**
Circulante			21.333	18.342
Não circulante			95.131	12.101
			116.464	**30.443**

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

	2020	2019
2021	–	4.982
2022	22.439	2.411
2023	24.261	4.708
2024	48.431	–
	95.131	**12.101**

Refere-se, substancialmente, a operações de arrendamento conforme o CPC 06 R2 com a finalidade de aluguéis de edificações, terrenos e equipamentos industriais. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. Em 31/12/2020, o custo do ativo de direito de uso, líquido de depreciação, referente às operações de "aluguéis" é de R$111.812. A movimentação dos arrendamentos é como a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	30.443	42.289
Novos arrendamentos	110.539	6.680
Baixas	(5.131)	(2.308)
Apropriação dos juros	5.209	2.696
Parcelas de arrendamento pagas	(24.596)	(18.914)
Saldo final	**116.464**	**30.443**

10. Impostos a recuperar – consolidado – O saldo é composto como segue:

	2020	2019
IRPJ e CSLL – antecipações	14.631	1.854
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	18.775	10.299
ICMS	17.829	8.027
PIS/COFINS	2.090	823
Outros	3	–
	53.328	**21.003**
Circulante	45.110	15.480
Não circulante	8.218	5.523
	53.328	**21.003**

Os saldos classificados como não circulantes referem-se a créditos na compra de ativo imobilizado (CIAP) e contraprestações de operações de arrendamento mercantil financeiro. Os créditos de IPI referem-se a créditos originados sobre aquisição de matéria-prima, dentre outros, que vêm sendo utilizados pela Companhia mediante pedidos de ressarcimentos realizados trimestralmente. O aumento dos créditos de imposto de renda e contribuição social em 2020, foi em decorrência da adoção da Lei Complementar No. 160, conforme mencionado na Notas 1 e 11, sendo a expectativa de utilização durante o exercício de 2021. **11. Imposto de renda e contribuição social – consolidado** – a) Conciliação da despesa de IRPJ e CSLL

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	160.424	190.624	216.474	282.843
Alíquotas de IRPJ e CSLL vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL	(54.544)	(64.812)	(73.577)	(96.143)
Ajuste para refletir a alíquota efetiva:				
Doações, brindes, multas indedutíveis e PDD	–	–	(1.106)	(2.454)
Equivalência Patrimonial	54.573	64.830	–	–
Incentivos fiscais do ICMS	–	–	15.262	1.157
Incentivos fiscais de doações	–	–	1.409	2.382
PAT	–	–	704	1.201
Incentivo fiscal – pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei 11.196/05, artigo 19, § 1º) – Lei do Bem	–	–	1.266	1.724
Outros	–	–	78	(32)
Crédito de IRPJ e CSLL	29	18	(55.964)	(92.165)
Composição do crédito (da despesa) no resultado				
IRPJ e CSLL correntes	–	–	(37.780)	(64.378)
IRPJ e CSLL diferidos	–	–	(18.184)	(27.787)
	–	**–**	**(55.964)**	**(92.165)**
Alíquota efetiva	–	–	26%	33%

b) Em 31 de dezembro a composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no ativo não circulante e no passivo não circulante, é como segue:

Imposto de renda diferido sobre	2020	2019
Ativo:		
Prejuízos fiscais a compensar	229	12.808
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.681	2.031
Provisão para garantia	2.721	2.528
Provisão para participação nos resultados	430	348
Provisão para comissões s/ vendas	929	651
Provisão para devedores duvidosos	1.012	919
Ajuste CPC 04 – Software	70	28
Ativo de Direito de Uso – IFRS16	274	188
	7.346	**19.501**
Passivo:		
Despesas com "*leasing*"	(1.588)	(1.347)
Ajustes de depreciações – avaliação da vida útil	(3.887)	(2.914)
	(5.475)	**(4.261)**

Contribuição social diferida sobre	2020	2019
Ativo:		
Base negativa da contribuição social	82	4.611
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	605	732
Provisão para garantia	980	910
Provisão para participação nos resultados	155	125
Provisão para comissões s/ vendas	334	233
Provisão para devedores duvidosos	364	331
Ajuste CPC 04 – Software	25	10
Ativo de Direito de Uso – IFRS16	99	68
	2.644	**7.020**
Passivo:		
"*Leasing*"	(572)	(485)
Ajustes de depreciações – avaliação da vida útil	(1.400)	(1.049)
	(1.972)	**(1.534)**
Total de IRPJ e CSLL diferidos ativos	**9.990**	**26.522**
Total de IRPJ e CSLL diferidos passivos	**(7.447)**	**(5.795)**
Total de IRPJ e CSLL diferidos líquidos	**2.543**	**20.727**

(i) A Companhia decidiu em 2019 levantar os "Dispêndios com Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica" – P&D+I e verificando os projetos identificamos vários referentes a 2018, deste modo recalculamos o IRPJ e a CSLL referentes ao ano calendário de 2018 e excluímos na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período como demonstrado abaixo. Esse recalculo gerou uma redução na compensação do prejuízo fiscal e da base begativa da CSLL correspondentes a R$ 233, alterando os impostos diferidos. A movimentação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos, em 31/12/2020 e 2019, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018 – ativo fiscal diferido	**48.514**
Movimentação em 2019	(27.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 – ativo fiscal diferido	**20.727**
Movimentação em 2020	(18.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 – ativo fiscal diferido	**2.543**

A controlada Facchini S.A., com base nas projeções de resultados tributáveis futuros aprovadas pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporariamente dedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado periodicamente pela Companhia. A controlada Facchini S.A. possui um saldo de prejuízos fiscais no valor de R$916 (R$51.232 em 2019), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo de prescrição. **12. Investimentos** – Em 31/12/2020, a Companhia controlava outra sociedade cujo contexto operacional é resumido a seguir: • Facchini S.A. (participação de 100% no capital social): sediada na cidade de Guarulhos-SP. Tem como objetivo principal a fabricação de carrocerias, cabines e reboques para caminhões. As principais informações das controladas, em 31/12/2020 e 2019, são as seguintes:

	Quantidade de cotas 2020	Quantidade de cotas 2019	Participação no capital social (%) 2020	Participação no capital social (%) 2019	Capital social 2020	Capital social 2019	Patrimônio líquido 2020	Patrimônio líquido 2019	Resultado do exercício 2020	Resultado do exercício 2019
Facchini S.A.	2.192.600	2.192.600	100	100	227.680	224.278	604.256	463.046	160.510	190.678

Movimentação dos investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

Controlada	2019	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos aprovados	Outros	2020
Facchini S.A.	463.046	**160.510**	–	**(19.300)**	–	**604.256**

Controlada	2018	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos aprovados	Outros	2019
Facchini S.A.	273.861	190.678	–	(2.577)	1.084	463.046

13. Empréstimos e financiamentos – consolidado

Tipo	Indexador	juros a.a. (%)	final		2020
Imobilizado em moeda nacional (a)	TJLP	9,48 a 11,70%	04/2026	37.858	35.042
Imobilizado em moeda estrangeira (b)	US$	3,48 e 6,00%	09/2023	15.704	13.850
Capital de giro e outros (c)	Pré + CDI	7,00 a 15,30%	05/2027	151.436	87.930
Empréstimo exportação	US$	4,53%	01/2021	2.122	3.137
				207.120	**139.959**
Circulante				95.437	62.496
Não circulante				111.683	77.463
				207.120	**139.959**

Os empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes têm seus vencimentos conforme a seguir:

	2020	2019
2021	–	46.900
2022	65.500	20.349
2023	33.409	6.691
2024	8.416	1.728
2025	2.776	1.795
2026 e após	1.582	–
	111.683	**77.463**

Resumo das características dos empréstimos: a) *Ativo imobilizado em moeda nacional:* Representado por Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados controladas no valor de R$37.858 (R$35.042 em 31/12/2019). Possui taxa pré-fixada de juros e prazo de amortização médio de 80 meses. b) *Ativo imobilizado em moeda estrangeira:* Refere-se à operação de financiamento para aquisição de máquinas utilizadas no processo produtivo da Companhia, garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. c) *Capital de giro e outros:* Referem-se a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras nacionais. Possuem taxas de juros prefixadas e prazo de amortização médio de 24 meses, em sua maioria com 12 meses de carência. Esses são garantidos por avais e fianças pela controladora no valor de R$151.436 (R$87.930 em 31/12/2019), não há notas promissórias e cartas fiança. A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos vigentes cláusulas restritivas.

A movimentação dos empréstimos no período é como a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	139.959	138.302
Apropriação de juros e variações	16.373	11.993
Novos empréstimos	132.144	98.162
Pagamento de juros	(11.526)	(11.229)
Pagamento de principal	(69.830)	(97.269)
Saldo final	**207.120**	**139.959**

14. Arrendamento mercantil – consolidado – Valor contábil líquido ao fim do exercício

Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	2020	2019
"*Leasing*" em moeda nacional	9,24% a 14,52%	08/2023	17.440	9.107
			17.440	9.107
Circulante			7.702	3.547
Não circulante			9.738	5.560
			17.440	9.107

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

	2020	2019
2021	–	3.342
2022	6.000	1.768
2023	3.738	450
	9.738	5.560

Refere-se, substancialmente, a operações de "*leasing*" mercantil financeiro com a finalidade de aquisição de veículos, maquinários e equipamentos industriais. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. Em 31/12/2020, o custo do imobilizado, líquido de depreciação, conforme Nota Explicativa nº 7, referente às operações de "*leasing*" financeiro é de R$20.218 (R$12.093 em 2019). A movimentação dos arrendamentos mercantis é como a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	9.107	4.162
Apropriação de juros e variações	959	627
Novos leasings	12.188	6.743
Pagamento de juros	(959)	(627)
Pagamento de principal	(3.855)	(1.798)
Saldo final	**17.440**	**9.107**

15. Transações com partes relacionadas – a) Controladora

Saldos	2020	2019
Ativo circulante:		
Facchini S.A. (dividendos a receber)	**11.874**	2.683
Facchini S.A. (devolução de capital)	8.000	8.000
Ativo não circulante:		
Facchini S.A. (devolução de capital)	1.021	1.229
Passivo circulante (contas a pagar):		
Redução capital da Facchini Participações S.A. (iii)	7.768	8.000
Passivo não circulante (contas a pagar):		
Redução capital da Facchini Participações S.A. (iii)	1.253	1.253

continua ...

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:10:35

Publicidade Legal

... continuação **Facchini Participações S.A.**

b) Consolidado

Saldos

Ativos	**2020**	**2019**
Circulante:		
RKBens Participações S.A.	–	182
Euclides Facchini Filhos	–	116
	–	298

Passivos	**2020**	**2019**
Circulante (Arrendamento Operacional a Pagar) (ii):		
RER Participações S.A.	14.611	13.565
Unibens Participações S.A.	1.204	966
Kid Participações S.A.	822	754
RKBens Participações S.A.	2.123	1.706
NR Participações S.A.	967	705
	19.727	**17.696**
Circulante:		
Redução capital da Facchini Participações S.A.	8.000	8.000
IMRC-Ind. Metalúrgica Rodoviária Centroeste S/A (i)	–	1.282
Total circulante (exceto dividendos a pagar)	**8.000**	**26.978**
Não circulante:		
Redução capital da Facchini Participações S.A.	1.021	1.229
	1.021	**1.229**
Não circulante (Arrendamento Operacional a Pagar) (ii):		
RER Participações S.A.	68.353	3.978
Unibens Participações S.A.	5.864	201
Kid Participações S.A.	3.941	182
RKBens Participações S.A.	9.743	2.661
NR Participações S.A.	3.409	3.514
	91.310	**10.536**
Total não circulante	**92.331**	**11.765**

c) Transações

	2020	**2019**
Despesas:		
Aluguéis à RER Participações S.A.	17.709	14.543
Aluguéis à Unibens Participações S.A.	971	1.747
Aluguéis à RKBens Participações S.A.	1.304	1.973
Aluguéis à Kid Participações S.A.	2.465	787
Aluguéis à NR Participações S.A.	1.102	60
	23.551	**19.110**

(i) A Facchini S/A adquiriu em 10/06/2016 e incorporou em 01/08/2016 a IMRC Industrial Metalúrgica Rodoviária Centroeste S.A. (anteriormente sob o mesmo controle que a Companhia) por R$19.200. Por se tratar de transação entre companhias sobre controle comum, a transação não se qualifica como combinação de negócios conforme CPC 15 – Combinação de Negócios. Assim, a Companhia reconheceu integralmente em seu patrimônio líquido a diferença entre o valor de aquisição e o valor patrimonial da IMRC Industrial Metalúrgica Rodoviária Centroeste S.A. no montante de R$18.406. Até 2018 foram pagos R$5.079, sendo o vencimento da última parcela em 2020. (ii) Nota explicativa 2.3.e. – Arrendamentos: (iii) Em 21/11/2018, foi deliberada a redução do capital social da Facchini Participações S.A. em R$128.000, sendo R$20.000 em favor de seus sócios e R$108.000 para compensação de prejuízos acumulados. A redução do capital social foi realizada a valores contábeis e, consequentemente, não houve nenhum ganho ou perda.

16. Parcelamento de tributos – consolidado	**2020**	**2019**
PEP – ICMS SP (a)	8.008	518
Parcelamento contribuição adicional – SENAI (b)	18	125
Parcelamento Ordinário – RFB	6.179	199
	14.205	**842**
Circulante	3.394	824
Não circulante	10.811	18
	14.205	**842**

(a) PARCELAMENTO ORDINÁRIO – ICMS SP: No ano de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário do Estado de São Paulo visando equalizar e regularizar passivos tributários relativos ao ICMS dos meses de março e abril de 2020 devido as incertezas causadas pela COVID-19. Consoante referido programa, foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2025 e saldo atualizado pela SELIC. (b) SENAI-SP: No ano de 2017, a Companhia aderiu a um Parcelamento no SENAI visando equalizar e regularizar passivos tributários relativos à Contribuição Adicional. Este foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2021 e saldo atualizado pela SELIC. (c) PARCELAMENTO ORDINÁRIO – RFB: Em janeiro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário da Secretaria da Receita Federal do Brasil visando regularizar passivos tributários relativos à IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Este foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2024 e saldo atualizado pela SELIC. Em 31/12/2020, o parcelamento classificado como não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2020	**2019**
2021	–	18
2022	3.379	–
2023	3.379	–
2024 e após	4.053	–
	10.811	**18**

17. Faturamento antecipado – consolidado – A controlada Facchini S.A. emite notas fiscais que representam vendas para entrega futura, em função de negociações comerciais necessárias para obtenção de financiamentos para aquisição de implementos pelos clientes. O reconhecimento da receita e dos débitos de ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre estas vendas ocorre por ocasião da transferência da titularidade e da posse do produto aos clientes. Em 31/12/2020 e 2019, os saldos de faturamento antecipado correspondem a R$121.984 e R$33.768, respectivamente. **18. Antecipação de clientes – consolidado** – Os saldos das antecipações de clientes (R$114.618 em 2020 e R$31.832 em 2019) referem-se ao sinal recebido para o início da fabricação dos produtos comercializados e não estão sujeitos a atualizações monetárias ou encargos. **19. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis – consolidado** – A Controlada possui processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza fiscal, trabalhista e cível. Para esses processos foram apresentadas defesas administrativa ou judicial. A Administração e seus assessores legais acreditam em decisão final favorável à Companhia na maior parte dos processos. a) Perdas prováveis: A Companhia reconheceu, em 31/12/2020, provisões para fazer face aos processos considerados prováveis de perda. Os saldos destas provisões são demonstrados a seguir:

	2020	**2019**
Risco trabalhista	3.938	5.721
Risco cível	2.787	2.405
Total	**6.725**	**8.126**

A movimentação do saldo durante o exercício findo em 31/12/2020 é conforme segue:

	2019	**Adições**	**Baixas/ reversões**	**2020**
Risco trabalhista	5.722	–	**(1.784)**	**3.938**
Risco cível	2.404	**516**	**(133)**	**2.787**
Provisão para contingências	8.126	**516**	**(1.917)**	**6.725**

Não há depósitos judiciais diretamente vinculados aos processos em andamento. b) Perdas possíveis: A Controlada possui ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores legais como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2020	**2019**
Risco trabalhista	1.472	1.479
Risco cível	4.683	5.236
	6.155	**6.715**

O risco cível refere-se, substancialmente, a processos por danos morais, dentre outros. O risco trabalhista refere-se, substancialmente, a pleitos de indenizações diversas movidos por ex-funcionários. c) Ativo contingente: A Controlada é autora em diversas em diversas ações judiciais, no âmbito federal, nas quais são discutidas, dentre outras, as seguintes matérias: (i) Pagamento da contribuição ao Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT na alíquota de 2%, bem como a devolução dos valores já recolhidos indevidamente. (ii) Exclusão do PIS/COFINS da base de cálculo do ICMS. Foi promovida ação judicial que tramita perante a 9a Vara Federal de São Paulo, Processo nº 0032983-85.2008.4.03.61.00. Referidos autos encontram-se suspensos pelo juiz de primeira instância, em razão da declaração de Repercussão Geral proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou o mérito da questão, declarando inconstitucional a incidência, e determinando assim, a exclusão do PIS/COFINS da base de cálculo do ICMS. Ocorreu que a Fazenda entrou com embargos de declaração, requerendo a modulação da decisão, recurso este que não foi julgado até o momento. A questão da modulação é fundamental para que se verifique eventuais créditos em razão dos pagamentos realizados quando vigente a legislação inconstitucional, de modo que há a necessidade de aguardar o desfecho do chamado "*leading case*", ou seja, o processo em que houve a declaração de relevância da questão jurídica. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes de processos tributários que dependem de levantos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processo. **20. Patrimônio líquido –** a) Capital social: Em 31/12/2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado é composto por 2.290.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva de incentivos fiscais: A Lei nº 12.973/2014 em seu art. 30, § 3º destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através de lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido do exercício. Nos exercícios em que a Companhia apurar prejuízo contábil ou lucro líquido inferior à parcela da subvenção governamental, não podendo, nesse caso, constituir a Reserva de Incentivo no montante devido, devera tal constituição ocorrer nos periodos subsequentes. Em 31/12/2020, a Sociedade destinou para a reserva de incentivo o montante de R$45.086, dos quais R$44.887 correspondem aos incentivos fiscais de seus estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul – "MS Forte – Indústria", no Estado da Bahia – "Programa Desenvolve",no Estado de Pernambuco – "PROIND" e as subvenções calculadas com base na Lei Complementar nº 160/2017, esses são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", pois são benefícios diretamente relacionados ao ICMS sobre as vendas. O saldo restante de R$199 corresponde aos incentivos fiscais no Estado da Bahia – "SUDENE" e no Estado do Pará – "SUDAM", são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica "outras receitas e outras despesas operacionais". As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja: (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos. (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos. (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. d) Reserva para capital de giro: Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos. Em 2020, tivemos um excesso de saldo na reserva de lucros que será deliberado e destinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30/04/2021. e) Dividendos: De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	160.424	190.624
(-) Reserva de incentivos fiscais	(45.086)	(3.720)
(-) Reserva legal (5%)	(8.020)	(9.531)
Lucro líquido do exercício ajustado	107.318	177.373
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	1.073	1.774
Dividendos adicionais aprovados	17.223	805
Saldo de dividendos do ano anterior	2.659	80
Dividendos pagos no exercício	(10.000)	–
Saldo de dividendos a pagar – Nota explicativa nº14	**10.955**	**2.659**

Resultado por ação	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	**160.424**	**190.624**
Quantidade de ações Ordinárias – em milhares	2.290.000	2.290.000
Lucro por ação	**73,05**	**83,24**

A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor do lucro por ação.

21. Receita operacional líquida – consolidado	**2020**	**2019**
Receita operacional bruta:		
Mercado interno – implementos rodoviários e peças	1.969.300	1.948.743
Mercado interno – serviços	21.968	22.599
Mercado externo – implementos rodoviários e peças	31.084	27.897
Mercado externo – serviços	253	
(-) Impostos/vendas e serviços	(392.482)	(390.959)
(-) Devoluções e abatimentos	(7.726)	(3.993)
Receita operacional líquida	**1.622.397**	**1.604.287**

22. Gastos por natureza – A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Despesas por natureza				
Matérias-primas e materiais de consumo	–	–	**(799.071)**	(774.834)
Despesas com empregados	–	–	**(297.751)**	(268.386)
Despesas de depreciação e amortização	–	–	**(40.428)**	(37.398)
Despesas de depreciação arrendamentos	–	–	**(21.150)**	(18.897)
Arrendamentos	–	–	**(547)**	(826)
Materiais auxiliares	–	–	**(70.312)**	(56.809)
Despesas com manutenção	–	–	**(40.186)**	(36.272)
Energia elétrica	–	–	**(21.931)**	(21.967)
Comissões sobre vendas	–	–	**(28.702)**	(21.723)
Serviços de terceiros	–	–	**(13.142)**	(12.829)
Honorários da administração	–	–	**(5.595)**	(4.680)
Despesas taxas e contribuições	–	–	**(9.532)**	(5.918)
Outras despesas	(86)	(54)	**(50.482)**	(54.484)
Total	**(86)**	**(54)**	**(1.398.829)**	**(1.315.023)**
Classificadas como				
Custo dos produtos vendidos	–	–	**(1.212.576)**	(1.144.013)
Comerciais	–	–	**(108.084)**	(98.239)
Administrativas e gerais	(86)	(54)	**(72.574)**	(68.091)
Honorários da Administração	–	–	**(5.595)**	(4.680)
Total	**(86)**	**(54)**	**(1.398.829)**	**(1.315.023)**

23. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas – consolidado

	2020	**2019**
Perda/ganho líquido apurado na venda de ativo imobilizado	3.118	2.118
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.401	2.208
Provisão para garantia	(773)	(2.057)
Provisão para PDD	(372)	(2.259)
Provisão para participação nos resultados	(3.733)	(3.072)
Recuperação de créditos	86	136
Lucro da exploração	199	–
Outras receitas	7.693	1.416
Outros	1.855	682
	9.474	**(828)**

24. Resultado financeiro	**Controladora**		**Consolidado**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas financeiras:				
Receita com aplicações financeiras	–	–	**7.719**	11.638
Juros sobre duplicatas	1	1	**199**	286
Descontos obtidos	–	–	**1.036**	1.012
	1	1	**8.954**	12.936
Despesas financeiras:				
Juros	–	–	**(21.573)**	(15.334)
Descontos concedidos	–	–	**(394)**	(579)
Despesas bancárias	(1)	(1)	**(1.483)**	(1.310)
Outras despesas	–	–	**(75)**	–
	(1)	(1)	**(23.525)**	(17.223)
Variação monetária e cambial, líquida	–	–	**(2.083)**	(1.360)
Total	**–**	**–**	**(16.654)**	**(5.647)**

25. Compromissos futuros – consolidado – A Controlada possui diversos contratos de arrendamentos de edificações, com vigência de dois a 9 anos e atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). Estes enquadram-se no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – "Arrendamentos" em vigor a partir de 01/01/2019, por decorrerem de contratos, que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por tempo determinado, em troca de uma contraprestação como exigem os itens 9 a 11 do CPC 06 (R2). Deste modo, neste CPC não se enquadram mais somente os contratos de arrendamento mercantil financeiro – "leasing", mas também os arrendamentos sem opção de compra – "aluguéis" se possuírem as características acima descritas. Vide Nota Explicativa nº 9. **26. Instrumentos financeiros – consolidado –** As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e "*leasing*" mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31/12/2020 e 2019 estão distribuídos conforme a seguir:

	2020	**2019**
Caixa e equivalentes de caixa	465.801	215.376
Empréstimos concedidos e recebíveis	92.989	72.190
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	(951.640)	(472.744)
	(392.850)	**(185.178)**

Fatores de risco: Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia podem ser assim enumerados: *Risco de crédito:* riscos de crédito em contas a receber de clientes que, de forma geral, não têm garantias, além de vendas realizadas mediante linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os procedimentos adotados para minimizar tais riscos incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. O risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise e seleção de clientes e instituições financeiras de primeira linha para realização de operações financeiras. *Risco de taxa de câmbio*: possibilidade de perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado ou reduzam os valores dos títulos a receber expressos em moeda estrangeira. A exposição cambial da Companhia, em 31 de dezembro 2020 e 2019, é como segue:

	Moeda	**2020**	**2019**
Taxa do dólar norte-americano		5,1961	4,0301
Ativo:			
Contas a receber	R$	5.143	9.204
Adiantamento de contrato de importação	R$	7.001	3.011
Ativo exposto		**12.144**	**12.215**
Passivo:			
Fornecedores no exterior	R$	(16.624)	(7.947)
Adiantamento de contrato de exportação	R$	(1.790)	(3.137)
Finame em moeda estrangeira	R$	(15.704)	(13.850)
Passivo exposto		(34.118)	(24.934)
Passivo exposto, líquido		**(21.974)**	**(12.719)**

Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas. *Risco de liquidez:* é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. *Exposição ao risco de liquidez:* Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo

					2020
	Valor contábil	**até 12 meses**	**entre 1 e 2 anos**	**entre 2 e 5 anos**	**acima de 5 anos**
Fornecedores	267.255	267.255	–	–	–
Arrendamento mercantil	17.440	7.702	9.378	–	–
Empréstimos e financiamentos	207.120	95.437	98.909	11.192	1.582
Outras contas a pagar	21.977	18.982	2.995	–	–
	418.355	**389.376**	**111.282**	**11.192**	**1.582**

					2019
	Valor contábil	**até 12 meses**	**entre 1 e 2 anos**	**entre 2 e 5 anos**	**acima de 5 anos**
Fornecedores	158.040	158.040	–	–	–
Arrendamento mercantil	9.107	3.547	5.560	–	–
Empréstimos e financiamentos	139.959	62.496	67.249	7.419	1.795
Outras contas a pagar	15.234	15.234	–	–	–
	322.340	**239.317**	**72.809**	**7.419**	**1.795**

Classificação contábil e valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo:	**2020**	**2019**
Caixa e equivalentes de caixa	465.801	215.376
Ativos financeiros a custo amortizado		
Contas a receber de clientes	92.989	72.190
Outros ativos	23.657	16.668
Total	582.447	304.234
Passivos financeiros não mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	267.255	158.040
Contas a pagar partes relacionadas	7.769	9.282
Arrendamento mercantil	17.440	9.107
Arrendamento operacional a pagar	116.464	30.443
Empréstimos e financiamentos	207.120	139.959
Faturamento antecipado e antecipações de clientes	236.602	65.600
Outros passivos	21.977	15.234
	874.627	**427.665**

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Gerenciamento de capital: A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Gestão de capital	**2020**	**2019**
Total do passivo	958.365	480.870
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(465.801)	(215.376)
(=) Dívida líquido (a)	492.564	265.494
Total do patrimônio líquido (b)	**605.202**	**463.074**
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	0,82	0,57

27. Seguros (não auditado) – consolidado: A Companhia possui cobertura de seguros, cuja descrição e valores limitados encontram-se a seguir:

Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Moeda**	**2020**	**2019**
Prédios e conteúdos (próprios)	Incêndio, raio, explosão, implosão	R$	2.000	2.000
Prédios locados (Mirassol/ SP)	Incêndio, raio, explosão, implosão	R$	50.000	50.000
Veículos leves	Colisão, responsabilidade civil	R$	200	200
Veículos pesados (terceiros)	Colisão, responsabilidade civil	R$	500	500
Aeronave	Acidentes, responsabilidade civil	US$	50.000	50.000
Responsabilidade civil (pátio)	Responsabilidade civil geral	R$	8.000	8.000

28. Benefícios a empregados – consolidado – A Companhia concede benefícios a seus empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as políticas internas. Esses benefícios são concedidos apenas a funcionários ativos e não se referem a direito adquirido. Os benefícios concedidos são os seguintes:

	2020	**2019**
Participação nos lucros e resultados (*)	3.406	1.712
Cartão-alimentação	24.542	18.452
Assistência médica e odontológica	2.158	1.824
Total	**30.106**	**21.988**

(*) A Companhia concede participação nos resultados aos seus empregados com base em acordos coletivos firmados com o sindicato da categoria. Esse benefício está vinculado ao cumprimento de metas previamente estabelecidas. Esses benefícios foram apropriados aos resultados nas rubricas "Custo dos produtos e serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". **29. Remuneração dos administradores –** A remuneração dos principais administradores, que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31/12/2020, foi de R$5.595 (R$4.680 em 2019). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

Rubens Facchini – Diretor-Presidente
Euclides Facchini Filho – Diretor Superintendente
Ailton Izaias – Contador CRC 1SP 126.674/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Facchini Participações S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Facchini Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Facchini Participações S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 16 de abril de 2021.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Alexandre Fermino Alvares
Contador
CRC 1SP 211.793/O-5

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:10:59

Odebrecht Mobilidade S.A.

CNPJ/MF nº 19.215.328/0001-53

Relatório dos Administradores – 2020

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas. São Paulo, 22/04/2021. *A Administração*

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	24.550	3.611	24.877	3.818
Demais contas a receber	7	27.618	–	27.618	–
Tributos a recuperar	–	482	122	497	146
Outros ativos	10	658	658	662	662
		53.308	**4.391**	**53.654**	**4.626**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	–	–	7	–	7
Demais contas a receber	7	55.236	–	55.236	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	28.074	27.094	–	–
Partes relacionadas	9	–	98.344	–	98.344
Outros ativos	10	–	–	8.966	8.966
		83.310	**125.445**	**64.202**	**107.317**
Investimentos	11	220	266	–	–
Imobilizado	–	–	–	20	30
		220	**266**	**20**	**30**
Total do ativo		**136.838**	**130.102**	**117.876**	**111.973**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Fornecedores	–	131	806	199	557
Obrigações sociais e trabalhistas	–	411	184	496	442
Impostos, taxas e contribuições sociais	–	–	–	299	48
Dividendos a pagar	12	1.392		1.392	–
Outros passivos	10	23	23	23	23
		1.957	**1.013**	**2.409**	**1.070**
Não circulante					
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	–	–	2.892	2.706
Partes relacionadas	9	2.890	1.901	2.890	1.901
Provisão para perda de investimento	11	21.803	20.817	–	–
Outros passivos	10	–	–	8.817	8.817
		24.693	**22.718**	**14.599**	**13.424**
Patrimônio líquido					
Capital social	–	110.847	108.991	110.847	108.991
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(6.416)	(3.909)	(6.416)	(3.909)
Reserva de lucros	–	5.757	1.289	5.757	1.289
	12	**110.188**	**106.371**	**110.188**	**106.371**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(9.320)	(8.892)
Total do passivo e patrimônio líquido		**136.838**	**130.102**	**117.876**	**111.973**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora									Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social				Reserva de lucros						
	Subscrito	A Integralizar	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Especial	Lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**595.583**	**(28.800)**	**288.876**	**(2.417)**	**3.957**	**–**	**69.943**	**–**	**927.142**	**252.073**	**1.179.215**
Prejuízo do exercício das operações continuadas	–	–	–	–	–	–	–	(65.715)	**(65.715)**	(709)	**(66.424)**
Prejuízo do exercício das operações dos ativos mantidos para distribuição aos proprietários	–	–	–	–	–	–	–	(10.758)	**(10.758)**	–	**(10.758)**
Perda na variação de participação de controlada	–	–	–	(1.491)	–	–	–	–	**(1.491)**	–	**(1.491)**
Ajuste de conversão de investidas no exterior	–	–	–	(1)	–	–	–	–	**(1)**	–	**(1)**
Total resultado abrangente do exercício	**–**	**–**	**–**	**(1.492)**	**–**	**–**	**–**	**(76.473)**	**(77.964)**	**(709)**	**(78.673)**
Dividendos não distribuidos	–	–	–	–	–	–	1.228	–	**1.228**	–	**1.228**
Cisão	(488.212)	–	(260.076)	–	–	–	2.634	–	**(745.654)**	(258.822)	**(1.004.476)**
Aumento de capital	2.773	–	–	–	–	–	–	–	**2.773**	–	**2.773**
Integralização de capital	–	(1.153)	–	–	–	–	–	–	**(1.153)**	–	**(1.153)**
Aporte de não controladores em controladas	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**	(1.434)	**(1.434)**
Destinação do resultado do exercício	–	–	–	–	(2.668)	–	(73.805)	76.473	**–**	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**110.144**	**(29.953)**	**28.800**	**(3.909)**	**1.289**	**–**	**–**	**–**	**106.371**	**(8.892)**	**97.479**
Lucro do exercício das operações continuadas	–	–	–	–	–	–	–	5.860	**5.860**	(435)	**5.425**
Perda na variação de participação de controlada	–	–	–	(2.507)	–	–	–	–	**(2.507)**	–	**(2.507)**
Total resultado abrangente do exercício	**–**	**–**	**–**	**(2.507)**	**–**	**–**	**–**	**5.860**	**3.353**	**(435)**	**2.918**
Aumento de capital	703	–	–	–	–	–	–	–	**703**	–	**703**
Integralização de capital	–	1.153	–	–	–	–	–	–	**1.153**	–	**1.153**
Outras transações com não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**	7	**7**
Destinação do resultado do exercício											
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	(1.392)	**(1.392)**	–	**(1.392)**
Constituição de reservas	–	–	–	–	293	4.175	–	(4.468)	**–**	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**110.847**	**(28.800)**	**28.800**	**(6.416)**	**1.582**	**4.175**	**–**	**–**	**110.188**	**(9.320)**	**100.868**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Operações continuadas	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Despesas operacionais					
Resultado de participação societária	11	(1.648)	(28.882)	–	–
Gerais e administrativas	13	(2.404)	(12.265)	(3.955)	(13.348)
Outras receitas e despesas, líquidas	13	(1.039)	(31.691)	(1.039)	(31.691)
Prejuízo operacional		**(5.091)**	**(72.838)**	**(4.994)**	**(45.039)**
Resultado de participação societária	11	–	–	(546)	(28.518)
Resultado financeiro, líquido	14	11.353	9.842	11.367	9.852
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**6.262**	**(62.996)**	**5.827**	**(63.705)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	–	(402)	(2.719)	(402)	(2.719)
Lucro (prejuízo) das operações continuadas		**5.860**	**(65.715)**	**5.425**	**(66.424)**
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores dos ativos mantidos para distribuição aos proprietários	–	–	(10.758)	–	(10.758)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**5.860**	**(76.473)**	**5.425**	**(77.182)**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia	–	–	–	5.860	(76.473)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(435)	(709)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**–**	**–**	**5.425**	**(77.182)**
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	15	0,05	(0,70)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**5.860**	**(76.473)**	**5.425**	**(77.182)**
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação no percentual de participação de investidas	(2.507)	(1.491)	(2.507)	(1.491)
Total do resultado abrangente do exercício	**3.353**	**(77.964)**	**2.918**	**(78.673)**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	3.353	(77.964)	3.353	(77.964)
Participação dos não controladores	–	–	(435)	(709)
	3.353	**(77.964)**	**2.918**	**(78.673)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**6.262**	**(62.996)**	**5.827**	**(63.705)**
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social dos ativos mantidos para distribuição aos proprietários	–	(10.758)	–	(10.758)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações continuadas				
Depreciação e amortização	–	–	10	17
Resultado de equivalência patrimonial	1.648	28.882	546	28.518
Perda por *impairment* nos investimentos	(860)	10.071	(860)	10.071
Juros e variações monetárias, líquidas	(11.925)	(12.632)	(11.925)	(12.632)
Resultado com alteração de participação societária	14.913	18.680	17.420	18.680
Outros *Impairment*	(6.118)	–	3.952	–
Outros	860	2.941	(1.570)	2.938
Lucro (prejuízo) ajustado das operações	**4.780**	**(15.054)**	**13.400**	**(16.113)**
Ajustes para reconciliação do prejuízo dos ativos mantidos para distribuição aos proprietários	–	10.758	–	10.758
Prejuízo ajustado dos ativos mantidos para distribuição aos proprietários	**–**	**–**	**–**	**–**
Variações dos ativos e passivos				
Demais contas a receber	27.424	–	27.424	–
Tributos a recuperar	(360)	(3.208)	(351)	(3.206)
Outros ativos	–	(684)	–	(984)
Fornecedores	(675)	602	(358)	642
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(175)	(1.891)	(97)	(1.587)
Outros passivos	–	901	–	901
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	**26.214**	**(4.280)**	**26.618**	**(4.234)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(4.069)	–	(4.069)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**30.994**	**(23.403)**	**40.018**	**(24.416)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao investimento em participações societárias	(18.036)	–	(18.036)	(1.319)
Alienação de participações societárias	–	20.346	–	20.346
Aplicações financeiras	7	3.161	7	3.161
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.090	(23.431)	–	(22.331)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	**(8.939)**	**76**	**(18.029)**	**(143)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas				
Recursos liberados	–	(4.290)	–	(4.290)
Recursos recebidos	980	1.941	980	1.941
Pagamento de garantias para investidas	(3.952)	–	(3.952)	–
Adiantamento para futuro aumento de capiral	–	–	186	1.274
Aumento de capital social	1.856	1.620	1.856	1.620
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	**(1.116)**	**(729)**	**(930)**	**545**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**20.939**	**(24.056)**	**21.059**	**(24.014)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.611	27.667	3.818	27.832
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.550	3.611	24.877	3.818
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**20.939**	**(24.056)**	**21.059**	**(24.014)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Odebrecht Mobilidade S.A. com sede em São Paulo ("Companhia" ou "OM" e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas "Grupo") foi constituída em 22 de outubro de 2013 tendo por objeto social a exploração de concessões e investimentos em projetos ou empresas no segmento de mobilidade urbana sobre trilhos (sistema de trens, metrôs, monotrilhos, veículos leve sobre trilhos e trens regionais) existentes ou que venham a ser licitadas no Brasil. A Companhia poderá exercer as atividades de seu objeto social no país ou no exterior, seja diretamente ou através de subsidiárias, ou através de participação em consórcios ou no capital de outras sociedades. A Companhia é parte integrante da Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP") e de forma indireta pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial ("Novonor"), nova denominação social da Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial. Em 17 de junho de 2019, a Novonor e outras 19 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OM, formalizaram junto à Justiça o seu pedido de recuperação judicial, tendo em 22 de abril de 2020, sido aprovados, em Assembleia Geral de Credores, os planos de recuperação judicial da Novonor e de 11 das 19 empresas. Em 03 de agosto de 2020, a aprovação dos planos foi homologada pelo juiz responsável pelo processo de recuperação judicial. **(a) Atividades operacionais:** A Administração vem implementando ações para assegurar a higidez financeira da Companhia e consolidar a sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a atender aos seus credores. Dessa forma, a Companhia vem simplificando suas estruturas, tendo como meta a redução de seus riscos operacionais e financeiros. Dentre as ações, estão a desmobilização de ativos e renegociações das garantias prestadas. **(b) Contratos de Concessão: Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP")** A Move SP firmou contrato de concessão patrocinada em 18 de dezembro de 2013 com o Governo do Estado de São Paulo ("Governo de SP") para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão. Problemas de liberações de áreas públicas e atrasos nos processos de desapropriações, bem como dificuldades causadas pelo atraso na aprovação da revisão do cronograma de implantação, por parte do Poder Concedente, geraram obstáculos à Move SP na captação de recursos do financiamento de longo prazo. Como consequência, as obras foram suspensas em setembro de 2016. Após tentativas de solucionar tais problemas e não evolução do reequilíbrio contratual, em janeiro de 2018, a Move SP notificou o Poder Concedente sobre o procedimento arbitral, tendo por objeto: (a) o reconhecimento do inadimplemento contratual do Poder Concedente como fator impeditivo para o prosseguimento da concessão e suas consequências financeiras para a concessionária, inclusive para fins indenizatórios e de elisão de qualquer pretensão punitiva; e (b) a apuração das indenizações devidas à concessionária em decorrência da extinção contratual. Ainda em 2018, a Move SP iniciou os procedimentos para rescisão do Contrato de Concessão e, em seguida, o Governo de SP instaurou um processo administrativo para apuração e decretação da caducidade do Contrato de Concessão, que culminou na decretação da caducidade, cujos efeitos seriam produzidos a partir de 13 de agosto de 2019, prazo este que foi prorrogado sucessivas vezes através de Decretos Estaduais publicados pelo Governo de SP. Por outro lado, a Move SP iniciou as negociações para a cessão do contrato de concessão, tendo celebrado, no dia 4 de fevereiro de 2020, com a interveniência dos seus acionistas, um contrato com a Acciona Construcción, S.A. ("Acciona"), prevendo a cessão definitiva do contrato de concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo e a transferência dos bens reversíveis da concessão. Essa operação foi concluída em 02 de outubro de 2020. **Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")** Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, firmado em 21 de fevereiro de 2014 com o Estado de Goiás, para prestação de serviços, incluindo implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no contrato, o que ainda não ocorreu, motivo pelo qual a Administração está avaliando a possível rescisão contratual ou possível alienação das participações societárias. **Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT-RJ")** Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, firmado em 07 de maio de 2013 com o Município do Rio de Janeiro, para prestação de serviços, incluindo a realização de obras e fornecimento da rede prioritária, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos ("VLT") na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos. A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente. Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de Concessão do VLT, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplementos pecuniários superiores a 90 dias. O contrato de financiamentos celebrado pela VLT-RJ com o BNDES, prevê a recomposição da conta suporte pelas acionistas quando o saldo for insuficiente. Nos casos em que a recomposição não seja efetuada por algum acionista, os demais acionistas são chamados a cobrir a insuficiência e, ao fazê-lo, adquirem automaticamente as ações do acionista que inadimpliu com sua parcela, em quantidade equivalente ao dobro do valor por eles aportados. Nessa sistemática, o acionista que não dispuser de recursos suficientes para cobrir sua conta suporte fica sujeito à alienação compulsória das ações de sua titularidade para o acionista que promoveu a recomposição da conta suporte com base no referido critério. Nesse racional, como a Administração da VLT-RJ deixou de amortizar as parcelas do Contrato de Financiamento, o VLT, seguindo orientações do seu Acionista Controlador, passou a se valer do mecanismo das contas suportes, tornando a recomposição necessária. Com isso, a participação societária detida pela Companhia vem sendo diluída, na medida em que a recomposição da conta suporte a ela vinculada vem sendo efetuada pela acionista CIIS – Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços ("CIIS"). Como consequência, em 22 de novembro de 2019, foi instaurado procedimento arbitral pela Companhia e sua controladora OTP, em face da CIIS e da VLT-RJ. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 09 de outubro de 2020, a OTP e a OM ("Requerentes") apresentaram suas alegações iniciais, requerendo, dentre outros pleitos, os seguintes provimentos: (i) Declaração de nulidade do Ato Societário de Ratificação do Memorando de Entendimentos ("MOU") celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019, e/ou torne sem efeito o MOU, determinando que as Requeridas adotem as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão do Contrato de Concessão, inclusive com a tomada de medidas para o cumprimento da decisão judicial liminar, notadamente no que concerne à implementação e operacionalização da Garantia Pública, sob pena de multa; (ii) Condenação das Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em decorrência da celebração do MOU; (iii) Declaração da extinção, em relação às Requerentes, do Acordo de Acionistas da VLT-RJ, desonerando-as de toda e qualquer obrigação nele prevista ou, subsidiariamente, que se reconheça o direito de voto da OM, enquanto detentora de participação acionária na VLT-RJ, sendo defeso às Requeridas adotarem qualquer medida que atente contra os seus direitos políticos, e declare a nulidade das deliberações em que a OM foi impedida de votar; (iv) Determinação para que a CIIS assuma e substitua a OM nas obrigações de garantia, impostas às Requerentes, no âmbito do Projeto VLT ou, subsidiariamente, determine que a CIIS preste contra garantia bancária em favor das Requerentes, em valor e período suficientes para contra garantir toda e qualquer obrigação e garantia que as Requerentes tenham se obrigado e prestado no âmbito do Projeto VLT; e (v) Condenação das Requeridas a indenizar as Requerentes por todos os prejuízos, perdas e danos a serem apurados nesse procedimento arbitral, ou em sede de liquidação de sentença. Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua Resposta às Alegações Iniciais postulando o reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração da VLT-RJ e ratificado pelos seus acionistas e a declaração de validade da interpretação de normas do Acordo de Acionistas. Na mesma data, a VLT-RJ apresentou sua Resposta às Alegações Iniciais salientando que as Requerentes agem em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo que sejam os pedidos das Requerentes julgados improcedentes e também formulou Pedidos Contrapostos com destaque para o de condenação das Requerentes ao pagamento de multa especificamente prevista no Acordo de Acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital. **(c) Acordos com autoridades, Governança e *Compliance:*** Em dezembro de 2016, a Novonor firmou um acordo de leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício de suas empresas, com exceção da Braskem S.A., que firmou acordo próprio. Dessa forma, em 2017, como parte do Acordo, iniciou-se um processo de monitoramento externo, para verificação da eficácia dos programas de conformidade e ambiente de controle, tendo sua conclusão e certificação ocorrida em novembro de 2020. Em julho de 2018, a Novonor também celebrou um acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União ("CGU") e com a Advocacia-Geral da União ("AGU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro. A Companhia, juntamente com as suas empresas Controladas, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado pela Companhia, desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos. Na medida em que a Companhia, suas empresas Controladas e nenhum administrador sofreu condenação, bem como que não tem conhecimento de processos em curso envolvendo os mesmos, não há como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, caso existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e suas empresas Controladas e, consequentemente, as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020. **(d) Principais Medidas e Impactos Decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)** Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), de que o surto da COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia. O Grupo vem acompanhando, juntamente com as suas investidas, os impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus e adotando as medidas necessárias com foco na saúde das pessoas e na continuidade das suas operações. Nesse contexto, em aderência às recomendações de segurança e controle, a Companhia e suas controladas adotaram medidas com o objetivo de proteger a saúde dos seus integrantes e de seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais classificados como grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção do regime de teletrabalho ("*home office*") para todos os profissionais com possibilidade para realizar suas atividades nessa modalidade de trabalho; adoção de turnos de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em *home office*; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência. Com a finalidade de manter os compromissos financeiros os fluxos de caixa da Controladora e de suas empresas Controladas veem sendo reprogramados, por meio: (i) da postergação de investimentos não essenciais; (ii) da postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória 927/2020; (iii) da negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; (iv) da negociação com Instituições Financeiras, com a finalidade de postergar os pagamentos de determinadas obrigações financeiras; (iv) de outras ações operacionais. A Administração da Companhia e de suas empresas Controladas permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia e de suas empresas Controladas. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2021. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir à mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. Conforme descrito na Nota 1, a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **2.2 Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas Controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3 Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes entidades em 31 de dezembro:

Companhias consolidadas diretamente	País	Participação no capital social(%) 2020	2019
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6")	Brasil	70%	70%
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.	Brasil	90%	90%

2.4 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$). **2.5 Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Uma série de novas normas contábeis serão adotadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber: • **Reforma da Taxa de Juros de Referência:** Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021. • **Contratos Onerosos:** Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Referência à Estrutura Conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante:** (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023. • **IFRS 17 Contratos de Seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações contábeis. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas. **(a) Provisão para perdas no valor recuperável de ativos ("*impairment*")** O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Anualmente, o Grupo testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado. Os efeitos de *impairment* dos investimentos detidos pela Companhia e suas empresas Controladas encontram-se apresentados na Nota nº 11. **(b) Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias:** A Companhia e suas empresas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos. **4. Gestão de risco financeiro – 4.1 Fatores de risco financeiro: (a) Considerações gerais:** As atividades da Companhia e de suas empresas Controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. **(b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e suas empresas Controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e das contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios. **(d) Risco de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de *Rating* (S&P, Fitch, Moody's) e o seu respectivo Patrimônio Líquido. **(f) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Companhia e suas empresas Controladas estão expostas ao risco de que da variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos em suas despesas financeiras ou diminuição das suas receitas financeiras. **5. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado** – A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

continua …

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:11:25

Publicidade Legal

... continuação

Odebrecht Mobilidade S.A.

	Nota	Ativos ao valor justo por meio do resultado 2020	2019	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado 2020	2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	–	–	24.877	3.818
Aplicações financeiras	–	–	7	–	–
Demais contas a receber	7	–	–	82.854	–
Partes relacionadas	9	–	–	–	98.344
Outros ativos	10	–	–	9.628	9.628
		–	7	117.359	111.790
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Fornecedores	–	–	–	199	557
Partes relacionadas	9	–	–	2.890	1.901
Outros passivos	10	–	–	8.840	8.840
		–	–	11.929	11.298

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Caixa e bancos	22.477	2.118	22.704	2.259
Aplicações financeiras	2.073	1.493	2.173	1.559
	24.550	3.611	24.877	3.818

Em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista a redução de capital da Companhia, prevista para acontecer em janeiro de 2021, no montante de R$ 20.000, a Administração optou por manter tais recursos em Caixa e Bancos. Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa.

7. Demais contas a receber

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Linha Universidade S.A. ("Linha Universidade")	82.854	–	82.854	–
	82.854	–	82.854	–
Ativo circulante	27.618	–	27.618	–
Ativo não circulante	55.236	–	55.236	–

Os valores apresentados nessa rubrica decorrem dos pagamentos efetuados pela Companhia às instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP, em decorrência da execução de garantias financeiras. Os valores são devidos a título de sub-rogação, nos termos dos Artigos 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002. Com a cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 mencionada na Nota 1(b), as obrigações de pagamento da Move SP foram assumidas pela Linha Universidade, subsidiária da Acciona, tendo sido o valor dividido em 4 parcelas remuneradas a 3% a.a., sendo que a primeira parcela, no montantes de R$ 27.424, foi recebida em outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, os valores encontravam-se apresentados na rubrica de Partes Relacionadas (Nota 9). **8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")** – Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou saldo de AFAC na controlada OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6"), no montante de R$ 28.074 (2019 – R$ 27.094), a serem convertidos em aumento de capital. No passivo consolidado, encontra-se apresentado saldo de AFAC recebido pela OM Linha 6 do acionista não controlador, no montante de R$ 2.892 (2019 – R$ 2.706).

9. Partes relacionadas – Composição:

	Controladora Ativo não circulante Partes relacionadas (a)	Passivo não circulante Partes relacionadas	Resultado do exercício Transações	Consolidado Ativo não circulante (a) Partes relacionadas	Passivo não circulante Partes relacionadas (a)	Passivo não circulante Outros passivos	Resultado do exercício Transações
OTP (b)	–	2.890	946	–	2.890	–	946
Zania Participações S/A (c)	–	–	–	–	–	2.427	–
SITPAR Participações S.A. (d)	–	–	–	–	–	6.390	–
31 de dezembro de 2020	–	2.890	946	–	2.890	8.817	946
31 de dezembro de 2019	98.344	1.901	4.157	98.344	1.901	1.901	4.056

(a) Em 2019, a rubrica de Partes Relacionadas incluía os valores a receber da Move SP (investida indireta da OTP), cuja obrigação foi cedida à Linha Universidade em 2020 (juntamente à cessão do Contato de Concessão). Como a cessão se deu para uma empresa que não pertence ao grupo econômico da OM, o saldo foi reclassificado para a rubrica "Demais Contas a Receber" (Nota 9). **(b)** As transações decorrem do rateio e repasse de despesas, tais como aluguéis e despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e/ou tecnologia da informação, etc.). **(c)** Refere-se a valores devidos pelo VLT-GO, conforme mencionado na Nota 10, a empresa pertencente ao grupo econômico da Guarana Urban Incorporated ("Gumi"), acionista da Companhia. **(d)** Refere-se a valores devidos pelo VLT-GO, conforme mencionado na Nota 10, ao seu acionista minoritário. **10. Outros ativos e passivos** – Em 31 de dezembro de 2020, na rubrica "Outros Ativos", o montante de R$ 8.966 (2019 – R$ 8.966) se refere a custos e taxas antecipadas decorrentes de obrigações do processo licitatório na controlada VLT-GO. Os gastos foram incorridos de forma obrigatória, a serem reembolsados pelo Poder Concedente, mediante comprovação dos dispêndios incorridos no contexto do Procedimento de Manifestação de Interesse ("PMI") que resultou na preparação dos estudos e projetos necessários ao processo licitatório, bem como dos custos com sua análise. O reembolso está previsto de forma explicita no edital de licitação e segue ao disposto no Decreto Estadual nº 7.334, de 13 de maio de 2011. Em caso de cancelamento do Contrato de Concessão, a Companhia espera ter seus custos reembolsados pelo Poder Concedente, conforme exigência contratual prevista no Contrato de Concessão. Em 31 de dezembro de 2020, na rubrica "Outros Passivos", o montante de R$ 8.817 (2019 – R$ 8.817) refere-se aos reembolsos a serem realizados pelo VLT-GO à SITPAR Participações S.A. e à Zania Participações S.A. ("Zania"), em decorrência dos dispêndios incorridos relativos aos gastos com estudos e projetos previstos no Contrato de Concessão relativos ao Procedimento de Manifestação de Interesse ("PMI"), previsto no Edital de Licitação Internacional nº 01/2013.

11. Investimentos – Controladora – (i) Informações sobre as investidas:

	Quantidade de ações possuídas 2020	2019	Participação direta (%) 2020	2019	Patrimônio líquido (ajustado) 2020	2019	Lucro líquido (prejuízo) do exercício 2020	2019
VLT-RJ	150.374.851	137.915.133	6,19	8,43	376.197	283.790	(13.176)	(20.327)
VLT-GO	58.500.000	58.500.000	90,00	90,00	244	137	(128)	(201)
OM Linha 6	35.050.796	35.050.796	70,00	70,00	(31.147)	(29.738)	(1.408)	(2.348)

(ii) Movimentação dos investimentos

Investimentos	Saldo no início do exercício	Adições	Alienações	Impairment	Equivalência patrimonial	Variação no percentual de participação	Outros	Saldo no final do exercício
VLT-RJ	–	17.825	(14.913)	860	(1.265)	(2.507)	–	–
VLT-GO	266	211	–	–	(129)	–	(128)	220
	266	18.036	(14.913)	860	(1.394)	(2.507)	(128)	220
Provisão para perda de investimento								
OM Linha 6	(20.817)	–	–	–	(986)	–	–	(21.803)
31 de dezembro de 2020	(20.551)	18.036	(14.913)	860	(2.380)	(2.507)	(128)	(21.583)
31 de dezembro de 2019	36.217	12.631	(39.026)	(24.134)	(4.748)	(1.491)	–	(20.551)

(iii) Movimentação societárias: VLT-RJ: Conforme comentado na Nota 1(b), a participação societária detida pela Companhia no VLT-RJ vem sendo diluída em decorrência do mecanismo das recomposições da conta suporte que estão feitas pela CIIS. Nesse contexto, durante o exercício social 2020, foram alienadas 87.793.962 ações à CIIS, com custo de R$ 14.913 (2019: 224.580.585 ações, com custo de R$ 39.026), mediante recomposições da conta suporte, no montante total de R$ 7.755 (2019: R$ 20.346). Por sua vez, na medida em que foram sendo utilizados pelo VLT-RJ, os recursos foram convertidos em Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"). Em 14 de abril e em 24 de outubro de 2020, a Companhia subscreveu e integralizou respectivamente 89.245.201 e 11.008.479 ações ordinárias do VLT-RJ, mediante a conferência de AFACs, nos montantes de R$ 15.868 e R$ 1.957. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R$ 2.073 encontrava-se aplicado na conta reserva do VLT-RJ. Em outubro de 2020, em função da integralização realizada pela VLT-RJ, foi feita a reversão do saldo de *impairment* constituído em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 10.071. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de *impairment* do investimento na VLT-RJ é de R$ 23.273 (2019: R$ 28.776). Também foi constituída provisão para perdas, decorrente de outros recebíveis, detidos pela Companhia a favor da VLT-RJ, no montante de R$ 6.891 (2019: R$ 2.940). **VLT-GO:** Em 17 de agosto de 2020, a Companhia efetuou integralização de ações da VLT-GO, no montante de R$ 211, sendo tais recursos destinados ao pagamento de despesas gerias e administrativas da investida.

12. Patrimônio líquido – (a) Capital social:

Acionistas	Número de ações 2020	2019	Participação no capital social (%) 2020	2019
Odebrecht Transport S.A.	66.508.259	66.086.038	60%	60%
Guarana Urban Incorporated	44.338.839	44.057.359	40%	40%
	110.847.098	110.143.397	100%	100%

Em 26 de dezembro de 2019, a Companhia realizou aumento no capital social no montante de R$ 2.773, com a emissão de 2.772.830 novas ações ordinárias, sendo 1.663.698 ações subscritas pela OTP e 1.109.132 ações subscritas pela GUMI. As integralizações, nos montantes de R$ 1.620 e R$ 1.153 foram efetuadas pelos acionistas em dezembro de 2019 e em janeiro de 2020, respectivamente. Em 17 de julho de 2020, a Companhia realizou aumento no capital social no montante de R$ 703, com emissão de 703.701 novas ações ordinárias, sendo 422.220 ações subscritas pela OTP e 281.480 ações subscritas pela GUMI, sendo as integralizações ocorrido em 27 de julho de 2020 e 06 de agosto de 2020, respectivamente. **(b) Ajustes de avaliação patrimonial:** Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2020	2019
Saldo inicial	(3.909)	(2.417)
Ajuste de conversão de investidas no exterior	–	(1)
Perda em transação de capital	(2.507)	(1.491)
Saldo final	(6.416)	(3.909)

(c) Dividendos propostos: A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, como segue:

	2020
Lucro líquido do exercício	5.860
Destinação:	
Reserva legal	293
Reserva especial	4.175
Dividendos mínimos obrigatórios	1.392

13. Gastos por natureza

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Classificadas por natureza:				
Alienação de investimentos	(7.159)	(18.680)	(7.159)	(18.680)
Depreciação e amortização	–	–	(10)	(16)
Despesas com pessoal	–	(1.715)	(1.270)	(2.539)
Impairment	10.071	(10.071)	10.071	(10.071)
Provisão para perdas de outros créditos	(3.951)	(2.940)	(3.951)	(2.940)
Outras despesas	(104)	(201)	(167)	(204)
Serviços de terceiros	(2.300)	(10.349)	(2.508)	(10.589)
	(3.443)	(43.956)	(4.994)	(45.039)
Classificadas por função:				
Gerais e administrativas	(2.404)	(12.265)	(3.955)	(13.348)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.039)	(31.691)	(1.039)	(31.691)
	(3.443)	(43.956)	(4.994)	(45.039)

14. Resultado financeiro

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Receitas com juros	11.951	13.226	11.976	13.236
Variações monetárias	–	72	–	74
Receitas financeiras	11.951	13.298	11.976	13.310
Despesas com juros	(13)	(110)	(21)	(112)
Variações monetárias	(1)	(17)	(1)	(17)
Outras	(584)	(3.329)	(587)	(3.329)
Despesas financeiras	(598)	(3.456)	(609)	(3.458)
Resultado financeiro, líquido	11.353	9.842	11.367	9.852

15. Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído: O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2020	2019
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas	5.860	(76.473)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	268.216	267.917
Lucro (prejuízo) por ação – em Reais	0,02	(0,29)

16. Evento subsequente – Em 4 de janeiro de 2021, os acionistas da investida Move São Paulo deliberaram a redução de capital com o cancelamento das ações subscritas e não integralizadas. Com essa redução, as participações no capital subscrito e no capital integralizado, detidos pela controlada OML6, passaram a ser de 33,96%. Em 18 de janeiro de 2021, foi aprovada a redução de capital da OM no montante de R$ 20.000, com o cancelamento de 20.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante a devoluções realizadas em 23 e 24 de março de 2021, sendo R$ 12.000 para a OTP e R$ 8.000 a GUMI.

Diretoria

Felipe Montoro Jens — **Adriano Lima Ferreira**

Contadora

Ana Claudia Cerqueira Santos – BA 021.783/O-1 T SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Odebrecht Mobilidade S.A. São Paulo

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht Mobilidade S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Odebrecht Mobilidade S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Procedimento arbitral da investida VLT-RJ:** Conforme debatido na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 22 de novembro de 2019, foi instaurado procedimento arbitral pela Companhia e sua controladora Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), em face da Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços ("CIIS") e da Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT-RJ") ("Requeridas"). Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 09 de outubro de 2020, a OTP e a Companhia ("Requerentes") apresentaram suas alegações iniciais, requerendo, dentre outros pleitos, os seguintes provimentos: (i) declaração de nulidade do Ato Societário de Ratificação do Memorando de Entendimentos ("MOU") celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019, e/ou torne sem efeito o MOU, determinando que as Requeridas adotem as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão do Contrato de Concessão, inclusive, com a tomada de medidas para o cumprimento da decisão judicial liminar, notadamente à implementação e operacionalização da Garantia Pública, sob pena de multa; (ii) condenação das Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em decorrência da celebração do MOU; (iii) declaração da extinção, em relação às Requerentes, do Acordo de Acionistas da VLT-RJ, desonerando-as de toda e qualquer obrigação nele prevista ou, subsidiariamente, que se reconheça o direito de voto da Companhia, enquanto detentora de participação acionária na VLT-RJ e declare a nulidade das deliberações em que a Companhia foi impedida de votar; (iv) determinação para que a CIIS assuma e substitua a Companhia nas obrigações de garantia, impostas às Requerentes, no âmbito do Projeto VLT ou, subsidiariamente, determine que a CIIS preste contra garantia bancária em favor das Requerentes, em valor e período suficientes para contra garantir toda e qualquer obrigação e garantia que as Requerentes tenham se obrigado e prestado no âmbito do Projeto VLT; e (v) condenação das Requeridas a indenizar as Requerentes por todos os prejuízos, perdas e danos a serem apurados nesse procedimento arbitral, ou em sede de liquidação de sentença. Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua Resposta às Alegações Iniciais requerendo o reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração da VLT-RJ e ratificado pelos seus acionistas e a declaração de validade da interpretação de normas do Acordo de Acionistas. Na mesma data, a VLT-RJ apresentou sua Resposta às Alegações Iniciais salientando que as Requerentes agem em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo que sejam os pedidos das Requerentes julgados improcedentes e também formulou Pedidos Contrapostos com destaque para o de condenação das Requerentes ao pagamento de multa especificamente prevista no Acordo de Acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital. Desta forma, considerando o cenário descrito, no momento, os assessores legais da Companhia não tem condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos das Requerentes, inclusive quanto ao pagamento de multas, procedimento esse que poderá ser efetuado, somente com evidências apresentadas pelos Requerentes durante o curso do processo de arbitragem recentemente instaurado. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2021

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador
CRC 1SP 293.919/O-7

Moedas globais: euro se fortalece ante dólar com PMIs e vacinação

O dólar se desvalorizou ante moedas de economias desenvolvidas nesta sexta-feira, com o euro especialmente fortalecido após os índices de gerentes de compras (PMIs, na sigla em inglês) de países da zona do euro apontarem para uma recuperação da economia da região. A melhor perspectiva de vacinação no continente também apoiou a moeda comum.

Neste cenário, o Dollar Index (DXY), que mede a variação do dólar em comparação com outras seis divisas fortes, fechou em queda de 0,52%, aos 90,859 pontos. Na semana, o recuo do índice foi de 0,76%. No fim da tarde em Nova York, o euro apreciava a US$ 1,2100, neste nível pela primeira vez desde 3 de março. Já a libra tinha alta a US$ 1,3887, e o dólar se enfraquecia a 107,88 ienes.

Foram divulgados os PMIs composto, do setor industrial e de serviços da zona do euro, com avanço acima do projetado por analistas consultados pelo The Wall Street Journal. Enquanto o de serviços retomou o patamar de 50 pontos, a 50,3, o que indica expansão do setor, o industrial teve alta a nível recorde, aos 63,3 pontos.

Para Bert Colijn, economista sênior do ING, os resultados indicam que a economia europeia caminha em direção a uma surpreendente recuperação, com destaque para o setor manufatureiro, cuja expansão é limitada apenas pelas restrições na oferta.

Os PMIs do Reino Unido também foram divulgados hoje, provocando movimento da libra esterlina similar ao do euro. A moeda britânica se valorizou ante o dólar após o PMI composto, que inclui indústrias e serviços, avançar a 60,1 pontos na leitura preliminar de abril, maior nível em mais de sete anos.

O noticiário envolvendo a vacinação contra a covid-19 na Europa também deu força ao euro sexta.

IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:11:47

RER Participações S.A.

CNPJ/MF nº 96.178.546/0001-06

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto se indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo / Circulante		**26.522**	**18.136**	**Passivo e patrimônio líquido / Circulante**		**12.540**	**11.306**
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.653	5.646	Empréstimos e financiamentos	11	2.891	–
Contas a receber de clientes	6	9	8	Fornecedores		221	93
Contas a receber – partes relacionadas	10	1.906	1.502	Obrigações trabalhistas		77	77
Estoques		10.891	10.830	Obrigações fiscais		824	529
Impostos a recuperar		1	–	Dividendos juros s/ capital próprio a pagar	12	8.488	9.978
Outros ativos		62	150	Arrendamento a pagar		39	34
Não circulante		**151.642**	**135.094**	Outros		–	595
Outros		2	–	**Não circulante**		**17.124**	**41**
Investimento	8	2.547	2.547	Empréstimos e financiamentos	11	17.121	–
Propriedade para investimento	9	148.886	132.424	Arrendamento a pagar		3	41
Imobilizado	7	170	52	**Patrimônio líquido**	12	**148.500**	**141.883**
Intangível		1	2	Capital social		100.000	100.000
Ativo de direito de uso		36	69	Reserva de lucros		48.500	41.883
Total do ativo		**178.164**	**153.230**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**178.164**	**153.230**

Demonstração do Resultado

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	13	**17.456**	**14.395**
Lucro bruto		**17.456**	**14.395**
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e Gerais	14	(560)	(813)
Honorários da Administração	14	(1.260)	(1.260)
Depreciações e Amortizações	14	(3.976)	(3.556)
Equivalência Patrimonial		–	2
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	15	–	472
		(5.796)	**(5.155)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		11.660	9.240
Receitas financeiras		**150**	**572**
Despesas financeiras		(180)	(11)
		(30)	**561**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		11.630	9.801
IRPJ e CSLL: Corrente		(1.998)	(1.796)
Lucro líquido do exercício		9.632	8.005
Quantidade ponderado de ações do capital social		7.000.000	7.000.000
Lucro básico e diluído por ação – R$		1,38	1,14

Demonstração do Resultado Abrangente

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**9.632**	8.005
Resultado abrangente do exercício	**9.632**	8.005

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018		**40.000**	**8.000**	**88.864**	**–**	**136.864**
Aumento de Capital		60.000	–	(60.000)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	8.005	8.005
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	12 b)	–	400	–	(400)	–
Dividendos aprovados	12 c)	–	–	–	(3.076)	(3.076)
Ajuste de exercício de anterior		–	–	90	–	90
Reserva de capital de giro	12 d)	–	–	4.529	(4.529)	–
Saldos em 31/12/2019		**100.000**	**8.400**	**33.483**	**–**	**141.883**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	9.632	9.632
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	12 b)	–	482	–	(482)	–
Dividendos aprovados	12 c)	–	–	(2.923)	(92)	(3.015)
Reserva de capital de giro	12 d)	–	–	9.058	(9.058)	–
Saldos em 31/12/2020		**100.000**	**8.882**	**39.618**	**–**	**148.500**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	2020	2019
Lucro do exercício		**9.632**	**8.005**
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		3.976	3.556
Perda (Ganho) na venda baixa de ativo imobilizado		48	15
Equivalência patrimonial		–	(2)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e tributos parcelados		176	9
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		**13.832**	**11.583**
Contas a receber		(1)	–
Contas a receber – partes relacionadas		(404)	20.635
Estoques		(61)	(281)
Impostos a recuperar		(1)	–
Outros ativos		88	259
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		**(379)**	**20.613**
Fornecedores		128	72
Pagamento de arrendamento (curto prazo; ativo de baixo valor; outros)		–	(21)
Obrigações fiscais		2.000	1.713
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		(595)	630
		1.533	**2.394**
Caixa gerado nas atividades operacionais		14.986	34.590
Juros pagos		(159)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.705)	(1.714)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		13.122	32.876
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Valor recebido na venda de imobilizado		–	205
Adições ao ativo imobilizado		(185)	–
Adições propriedades para investimento		(20.384)	(27.404)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(20.569)	(27.199)
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos – captações		20.000	–
Empréstimos e financiamentos – pagamentos		–	(15)
Pagamento arrendamento		(41)	(35)
Dividendos pagos	12 c)	(4.505)	(6.426)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		15.454	(6.476)
Aumento de caixa e equivalente de caixa		**8.007**	**(799)**
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		5.646	6.445
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		13.653	5.646

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A RER Participações S.A. ("Sociedade") tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, locação de bens, pecuária, agropecuária e agricultura. Em abril de 2013, a RER Participações S.A. juntamente com a Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários SPE TN Ltda, Unibens Participações S.A. e RM Participações S.A., constituíram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), denominada Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, cujo objeto social é a incorporação imobiliária. Para constituição da nova sociedade, a empresa Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, na qualidade de sócia ostensiva, permutou frações ideais de terreno do imóvel correspondentes às unidades a serem percebidas pela sócia participante (02 andares), enquanto a sócia participante (RER Participações S.A.) comprometeu-se a realizar aportes de recursos, conforme o orçamento do empreendimento. *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11/03/2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e sumário das principais práticas contábeis** – **2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização. **c) Estoques:** Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. **d) Propriedades para investimento: i) móveis acabados:** São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. **ii) Custos subsequentes a aquisição da propriedade:** São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **e) Imobilizado:** Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes: Veículos, anos 5. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **f) Intangível:** É representado basicamente por *softwares* registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado. **g) Arrendamentos:** O Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. g.1) *Companhia como arrendatária:* Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. g.2) Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. • Edifícios – 2 anos. g.3) Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado, se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. g.4) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de prazo igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. g.5) Grupo como arrendador: Arrendamentos para os quais a entidade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **h) Tributação:** A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **i) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i.1) Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem e contas a receber de clientes (incluindo partes relacionadas). ii) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. i.2) *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores (incluindo partes relacionadas), "*leasing*" mercantil financeiro, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. i.3) *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **j) Reconhecimento de receita:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **k) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **l) Capital social – Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **m) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** – Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária):* A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4. Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** – As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *IFRS 17 – Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 01/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de caixa

	2020	2019
Aplicações financeiras – Renda Fixa (a)	13.653	5.646
Caixa e equivalentes de caixa	13.653	5.646

(a) Aplicações financeiras – Renda Fixa. Referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimentos em renda fixa, mantidas em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Sociedade ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações possuem liquidez imediata, ainda que, em certas situações pontuais, o resgate dentro do período de carência resultaria em perdas de rendimentos financeiros. Conforme circular nº 3.086 do Banco Central do Brasil, de 15/02/2002, tais aplicações financeiras são marcadas a mercado diariamente pelas instituições financeiras.

6. Contas a Receber de Clientes

	2020	2019
Contas a receber de clientes nacionais	9	8

Para determinar a recuperação do contas a receber de clientes, a Sociedade considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

7. Imobilizado

	2020	2019
Veículos	170	52
Total	**170**	**52**

A movimentação do custo do ativo imobilizado ao longo do período é como segue:

	Saldo 2019	Adições	Transferência	Baixas	Saldo 2020
Veículos	260	185	–	–	445
Total	**260**	**185**	**–**	**–**	**445**

	Saldo 2018	Adições	Transferência	Baixas	Saldo 2019
Veículos	260	–	–	–	260
Total	**260**	**–**	**–**	**–**	**260**

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2019	Adições	Transferência	Baixas	Saldo 2020
Veículos	208	67	–	–	275
Total	**208**	**67**	**–**	**–**	**275**

	Saldo 2018	Adições	Transferência	Baixas	Saldo 2019
Veículos	156	52	–	–	208
Total	**156**	**52**	**–**	**–**	**208**

8. Investimentos – Coligadas: A Sociedade participa em outras sociedades cujos contextos operacionais são resumidos a seguir: • Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, sociedade de propósito específico, participação de 11,82% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a incorporação imobiliária. • Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TS SPE Ltda, sociedade de propósito específico, participação de 10% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a incorporação imobiliária. Movimentação dos investimentos em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em Coligada:	2019	Equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	2020
Setpar TN SPE Ltda	2.507	–	–	2.507
Setpar TS SPE Ltda	40	–	–	40
	2.547	**–**	**–**	**2.547**

Investimento em Coligada	2018	Equivalência patrimonial	Integralização AFAC	2019
Setpar TN SPE Ltda	2.415	2	90	2.507
Setpar TS SPE Ltda	40	–	–	40
	2.455	2	90	2.547

9. Propriedades para Investimentos – De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar critério de mensuração a valor justo. Em 2020, a Sociedade manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor de custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

	2020	2019
Terrenos	46.166	44.472
Edifícios e Construções	74.121	70.103
Obras em Andamento	28.599	17.849
Total	**148.886**	**132.424**

A movimentação do custo das propriedades para investimento no período é como segue:

	Saldo 2019	Adições	Transferência	Baixas	Saldo 2020
Terrenos	44.472	1.694	–	–	46.166
Edifícios e Construções	96.126	574	7.317	–	104.017
Obras em Andamento	17.849	18.116	(7.365)	–	28.600
	158.447	**20.384**	**(48)**	**–**	**178.783**

	Saldo 2018	Adições	Transferência	Baixas	Saldo 2019
Terrenos	39.086	5.606	–	(220)	44.472
Edifícios e Construções	74.209	2.852	19.065	–	96.126
Obras em Andamento	17.968	18.946	(19.065)	–	17.849
	131.263	**27.404**	**–**	**(220)**	**158.447**

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2019	Adições	Transferência	Baixas	Saldo 2020
Edifícios e Construções	26.023	3.873	–	–	29.896

	Saldo 2018	Adições	Transferência	Baixas	Saldo 2019
Edifícios e Construções	22.554	3.469	–	–	26.023

O que se refere ao valor justo, em 31/12/2018, o valor em relação ao valor justo, com base em avaliações realizadas pela empresa Mynarski International Valuation, avaliadores independentes, representa R$875.752 milhões.

10. Transações com partes relacionadas

Ativos	2020	2019
Circulante (alugueis a receber): Facchini S/A	1.906	1.502
	1.906	**1.502**
Transações de Serviços: Facchini S/A	17.109	14.543

As transações de serviços referem-se a aluguel de imóveis junto à Facchini S/A.

11. Empréstimos e Financiamentos

Tipo	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	Vencimento final	2020	2019
Capital de giro e outros (a)	Pós + CDI	4,03 a 4,91%	10/2024	20.012	–
				20.012	–
Circulante				2.891	–
Não circulante				17.121	–
				20.012	–

Os empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes têm seus vencimentos conforme a seguir:

	2020	2019
2022	7.338	–
2023	7.004	–
2024	2.779	–
	17.121	**–**

Resumo das características dos empréstimos: *a) Capital de giro e outros:* Referem-se a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras nacionais. Possuem taxas de juros prefixadas e prazo de amortização médio de 33 meses, em sua maioria com 12 meses de carência. A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos vigentes cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos no período é como a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	**–**	–
Apropriação de juros e variações	**171**	–
Novos empréstimos	**20.000**	15
Pagamento de juros	**(159)**	–
Pagamento de principal	**–**	(15)
Saldo final	**20.012**	–

12. Patrimônio Liquido – a) Capital social: Em 31/12/2020e de 2019 o capital social subscrito e integralizado é composto por 7.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	9.632	8.005
(-) Reserva Legal (5%)	(482)	(400)
Lucro líquido do exercício ajustado	9.150	7.605
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	92	76
Dividendos adicionais aprovados	2.923	3.000
Saldo de dividendos do ano anterior	**9.978**	**13.328**
Dividendos pagos no exercício	(4.505)	(6.426)
Saldo de dividendos a pagar	**8.488**	**9.978**

Em 2020 e em 2019 a Sociedade optou por não pagar juros sobre o capital próprio. **d) Reserva para capital de giro:** Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

13. Receita Operacional Líquida	2020	2019
Receita operacional bruta:		
Mercado interno – Serviços	18.117	14.940
(-) Impostos sobre as vendas e serviços	(661)	(545)
Receita operacional líquida	**17.456**	**14.395**

14. Gastos por Natureza – A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Despesas por natureza:	2020	2019
Despesa de depreciação e amortização	(3.976)	(3.556)
Despesas com empregados	(1.513)	(1.513)
Serviços de Terceiros	(158)	(258)
Despesas Tributárias	(87)	(49)
Outras despesas	(62)	(253)
Total	**5.796**	**5.629**
Classificadas como:	**2020**	**2019**
Administrativas e gerais	(560)	(813)
Honorários da administração	(1.260)	(1.260)
Depreciações e amortizações	(3.976)	(3.556)
Total	**(5.796)**	**(5.629)**

15. Outras Receitas(Despesas) operacionais líquidas	2020	2019
Ganho (perda) líquido na venda de ativo imobilizado	–	(15)
Outros	–	487
	–	**472**

16. Resultado Financeiro	2020	2019
Receitas Financeiras: Receita com aplicações financeiras	150	572
	150	**572**
Despesas Financeiras: Despesas Bancárias	(2)	(2)
Juros Passivos	(178)	(9)
	(180)	**(11)**
Total	**(30)**	**561**

17. Instrumentos Financeiros – As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Sociedade, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e leasing mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Sociedade reconhecidos em 31/12/2020 e de 2019 estão distribuídos como segue:

	2020	2019
Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado	13.653	5.646
Empréstimos (concedidos) e recebíveis	1.915	1.510
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	(29.664)	(11.347)
	(14.096)	**(4.191)**
Curto prazo	3.028	(4.150)
Longo prazo	(17.124)	(41)
	(14.096)	**(4.191)**

18. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 31/12/2020.

Rubens Facchini – *Diretor Presidente*

Euclides Facchini Filho – *Diretor Superintendente*

Maria Jislaine Isaias Bento – *Contadora CRC 1SP 159.572/O-2*

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:12:07

24 e 26.04.21.indd 18 23/04/2021 22:01:05

Facchini S.A.

CNPJ/MF nº 03.509.978/0001-71

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		**1.011.290**	**563.564**
Caixa e equivalentes de caixa	5	465.801	215.375
Contas a receber de clientes	6	92.989	71.892
Contas a receber – partes relacionadas	14	–	298
Estoques	7	388.591	247.996
Impostos a recuperar	9	45.082	15.453
Outros ativos		18.827	12.550
Não circulante		**552.249**	**380.352**
Impostos a recuperar	10	8.218	5.523
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.543	20.727
Outros ativos		4.830	4.118
Imobilizado	8	424.825	322.430
Intangível		21	43
Ativos de direito de uso	9	111.812	27.511
Total do ativo		**1.563.539**	**943.916**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante		**721.179**	**376.373**
Empréstimos e financiamentos	12	95.437	62.496
Arrendamento mercantil	13	7.702	3.547
Fornecedores		267.255	158.040
Contas a pagar – partes relacionadas	14	8.000	9.282
Obrigações trabalhistas		43.447	34.370
Parcelamentos de tributos	15	3.394	824
Obrigações fiscais		7.153	5.955
Faturamento antecipado	16	121.984	33.768
Antecipação de clientes	17	114.618	31.832
Dividendos a pagar	14	11.874	2.683
Arrendamento a pagar	9	1.606	646
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	19.727	17.696
Outros passivos		18.982	15.234
Não circulante		**238.104**	**104.497**
Empréstimos e financiamentos	12	111.683	77.463
Arrendamento mercantil	13	9.738	5.560
Partes relacionadas	14	1.021	1.229
Parcelamentos de tributos	15	10.811	18
Arrendamento a pagar	9	3.821	1.565
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	91.310	10.536
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	6.725	8.126
Outros passivos		2.995	–
Patrimônio líquido	**19**	**604.256**	**463.046**
Capital social		227.680	224.278
Reserva de lucros		376.576	238.768
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.563.539**	**943.916**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

			Reserva de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018		**219.311**	**4.013**	**45.452**	**5.085**	**–**	**273.861**
Aumento de capital	19 (b)	5.085	–	–	(5.085)	–	–
Redução de capital	19 (b)	(118)	–	–	109	–	(9)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	190.678	190.678
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	19 (c)	–	9.534	–	–	(9.534)	–
Reserva de incentivos fiscais	19 (d)	–	–	–	3.727	(3.727)	–
Dividendos aprovados	19 (f)	–	–	(2.577)	–	–	(2.577)
Reserva de capital de giro	19 (e)	–	–	178.510	–	(177.417)	1.093
Saldos em 31/12/2019		**224.278**	**13.547**	**221.385**	**3.836**	**–**	**463.046**
Aumento de capital	19 (b)	**3.402**	**–**	**–**	**(3.402)**	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**160.510**	**160.510**
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	19 (c)	**–**	**8.026**	**–**	**–**	**(8.026)**	**–**
Reserva de incentivos fiscais	19 (d)	**–**	**–**	**–**	**45.086**	**(45.086)**	**–**
Dividendos aprovados	19 (f)	**–**	**–**	**(18.226)**	**–**	**(1.074)**	**(19.300)**
Reserva de capital de giro	19 (e)	**–**	**–**	**106.324**	**–**	**(106.324)**	**–**
Saldos em 31/12/2020		**227.680**	**21.573**	**309.483**	**45.520**	**–**	**604.256**

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	**20**	**1.622.397**	**1.604.287**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(1.212.576)	(1.144.013)
Lucro bruto		409.821	460.274
(Despesas) receitas operacionais			
Comerciais	21	(108.084)	(98.239)
Administrativas e gerais	21	(72.488)	(68.037)
Honorários da administração	21	(5.595)	(4.680)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	9.474	(828)
		(176.693)	**(171.784)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		233.128	288.490
Resultado financeiro	**23**		
Receitas financeiras		8.953	12.935
Despesas financeiras		(23.524)	(17.222)
Variação monetárias e cambiais, líquidas		(2.083)	(1.360)
		(16.654)	**(5.647)**
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social		216.474	282.843
Imposto de renda e contribuição social	**11**		
Corrente		(37.780)	(64.378)
Diferido		(18.184)	(27.787)
Lucro líquido do exercício		160.510	190.678
Quantidade ponderado de ações do capital social		**2.192.600**	**2.192.600**
Lucro básico e diluído por ação – R$		**73,21**	**86,96**

Demonstração do Resultado Abrangente	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**160.510**	190.678
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Resultado abrangente do exercício	**160.510**	190.678

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**160.510**	**190.678**
Ajustes para conciliar o lucru ao caixa originário das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	18.184	27.554
Subvenções para investimentos	19 (d)	44.887	3.727
Depreciação imobilizado e ativo de direito de uso	8 e 9	61.557	56.274
Amortização		21	21
Perda (Ganho) na venda baixa de ativo imobilizado		(1.789)	9.623
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	372	2.259
Provisão p/ comissões s/ vendas		1.112	193
Provisão (reversão) de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	(1.401)	(2.208)
Provisão para garantia		773	2.057
Diferença de variação cambial líquida		4.828	696
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e tributos parcelados e arrendamentos		18.198	14.865
		307.252	**305.739**
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(21.468)	(14.525)
Partes relacionadas		298	(298)
Estoques		(140.595)	1.801
Impostos a recuperar		(32.323)	(4.170)
Outros ativos		(6.988)	(4.086)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		109.215	(10.982)
Partes relacionadas		(1.490)	(47.646)
Obrigações fiscais		4.958	62.087
Pacelamento de tributos		12.878	(2.569)
Faturamento antecipado		88.216	(37.436)
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outros		96.677	(33.252)
Caixa gerado nas atividades operacionais		416.630	214.663
Juros pagos durante o exercício		(12.485)	(11.856)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(48.646)	(65.123)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais		355.499	137.684
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Valor recebido na venda de imobilizado		4.907	14.808
Adições ao ativo imobilizado	8	(133.734)	(120.577)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(128.827)	(105.769)
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos – captações		132.151	98.162
Empréstimos e financiamentos e leasing – pagamentos		(73.692)	(99.067)
Pagamento arrendamento		(24.596)	(18.914)
Dividendos pagos		(10.109)	(53)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		23.754	(19.872)
Aumento de caixa e equivalente de caixa		**250.426**	**12.043**
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		215.375	203.332
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		465.801	215.375

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Facchini S.A. ("Companhia"), com sede no município de Guarulhos-SP tem por objeto social a produção e distribuição, bem como a prestação de serviços de reformas, de linha completa de implementos rodoviários para todos os segmentos de mercado. A Companhia dispõe de incentivo fiscal em seus estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Pernambuco (PE), Bahia (BA) e Pará (PA), conforme a seguir: (i) No Estado de Mato Grosso do Sul (MS), o incentivo denomina-se "MS Forte – Indústria", conforme Lei Estadual nº 4.049/11 e Termos de Acordo nº 031/03 e nº 125/03 vigentes até 31/12/2032, conforme terceiro Aditivo de 09/10/2018. O benefício é deduzido diretamente da apuração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estabelecimentos localizados nas cidades de Aparecida do Taboado (MS) e Campo Grande (MS), sendo aplicados 67% como redução do ICMS nas operações intraestaduais e 80% nas operações interestaduais. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Vide Nota Explicativa nº 19(d); (ii) No Estado de Mato Grosso (MT), o incentivo denomina-se "PRODEIC" – Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso, foi criado por meio da pela Lei Estadual nº 7.958/03, regulamentada pelo Decreto 1.432/03, Lei nº 631/2019. O benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS dos estabelecimentos localizados nas cidades de Cuiaba (MT) e Rondonópolis (MT), sendo aplicada autorização de crédito outorgado. Os respectivos incentivos possuem vigência até 01/01/2020 à 31/12/2032, respectivamente; (iii) No Estado de Pernambuco (PE), o incentivo denomina-se "PROIND" – Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco e foi instituído pelo Decreto nº 44.766, de 20/07/2017, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da atividade industrial no Estado de Pernambuco por meio da concessão de crédito presumido relativo ao ICMS, com um redutor de 75% no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife e devendo obdecer ao montante mínimo anual de recolhimento conforme o Decreto, este beneficio é deduzido diretamente da apuração do ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). O referido incentivo possuí vigência até 31/12/2032, conforme estabelecido no Convênio ICMS nº 190, até 15/12/2017; (iv) No Estado da Bahia (BA), o incentivo denomina-se "Programa Desenvolve", regido pela Lei nº 7.980/2001 e pelo Decreto nº 8.205/2002. A Resolução nº 156/2010 concede o prazo de doze anos para fruição dos benefícios contados a partir de 01/10/2010. O benefício é deduzido diretamente da apuração de ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Simões Filho (BA), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando aproximadamente uma redução de 81% no ICMS nas operações intra e interestaduais. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado da Bahia; (v) No Estado do Pará (PA), o incentivo é administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, regido pelo artigo 1º da Medida Provisória 2.199-14/2001, com redação dada pelo artigo 32 da Lei nº 11.196/ 2005, artigos 5º e 13 do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM, conforme Laudo constitutivo nº 133/2013 o beneficio tem termino previsto para o ano calendário de 2022. O benefício é deduzido diretamente da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando aproximadamente uma redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado do Pará. Vide Nota Explicativa nº 19(d); e (vi) Já o incentivo de imposto de renda e adicionais administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com fundamento no artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, com a nova redação dada pelo artigo 69 da Lei nº 12.715, de 17/09/2012, conforme com critérios estabelecidos no Decreto nº 4.213, de 26/04/2002 e na Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2.091-A, de 28/12/2007.O benefício é deduzido diretamente da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando uma redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis. Conforme Laudo constitutivo nº 0174/2012 o período de vigência dará-se até 31/12/2021. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa implantar o empreendimento na área de atuação da Superintência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Vide Nota Explicativa nº 19(d). *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11/03/2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Neste mesmo período, as instalações da Companhia passaram por adequações e foram estabelecidos protocolos de saúde e segurança como segue abaixo: • Instalação de recursos visuais para indicar distância recomendada em espaços compartilhados; • Distribuição de kits de prevenção, com álcool em gel e máscara; • Reforço de higienização nas instalações, em especial, banheiros, restaurantes e veículos de transporte de funcionários; • Afastamento de trabalhadores do grupo de risco; • Medição de temperatura nos acessos à Companhia; • Criação de postos de triagem, com equipe de enfermagem; • Realização de testagem, quando indicado pela equipe; • Comunicação contínua e robusta para conscientização da importância da prevenção, com a indicação de autoavaliação diária; e • Substituição de reuniões e eventos presenciais para o formato online. Ademais, as ações contra a Covid-19 também buscaram auxiliar a nossa comunidade, através de doações ao hospital que atende a maioria de nossos funcionários e região em São José do Rio Preto, doação de máscaras, kits de higiene a entidades beneficentes. E buscamos auxiliar o nosso principal cliente, o motorista através da cessão de marmitas no período em que os restaurantes de beira de estradas encontravam-se fechados. Concluindo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual, priorizando sempre os investimentos para manter a qualidade de nossos produtos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumária das principais práticas contábeis – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 08/04/2021, considerando os eventos subsequentes até esta data. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Contas a receber de clientes: Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização. c) Estoques: Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção. O valor líquido realizável corresponde ao preço estimado de venda dos estoques, deduzido dos custos de produção e das despesas de venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. d) Imobilizado: Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edifícios e construções	25
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Instalações industriais	10
Ferramentas e utensílios	10
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10
Sistemas e equipamentos de informática	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. e) Arrendamentos: O Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. e.1) *Companhia como arrendatária:* Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. e.2) *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. • Edificios – 2 a 9 anos • Equipamentos – 4 anos e. 3) *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. e.4) *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. f) Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. g) Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício, exceto quando se referirem a resultados abrangentes que são registrados diretamente no patrimônio líquido. h) Tributos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. h.1) *Tributos correntes:* A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. h.2) *Tributos diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade e do montante a ser registrado de ativo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do balanço e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. h.3) *Tributos sobre as vendas:* Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. i) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i.1) *Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem e contas a receber de clientes (incluindo partes relacionadas). ii) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. i.2) *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores (incluindo partes relacionadas), "*leasing*" mercantil financeiro, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. i.3) *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. j) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. j.1) *ICMS:* Representado pela dedução obtida nas apurações mensais de ICMS dos estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia, o qual é registrado diretamente ao resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", considerando que o benefício obtido está diretamente relacionado ao ICMS sobre as vendas. O incentivo do Estado de Pernambuco, somente é registrado no resultado após cumprido o montante mínimo anual de recolhimento, antes disso ele é registrado na conta do passivo. Para manter estes incentivos, a Companhia tem o compromisso de manter o faturamento, além de determinado número de empregados e nível de investimentos naqueles Estados. A Companhia destina o valor deste incentivo fiscal até o limite do lucro líquido do exercício à rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente do incentivo e, nesse caso, este não puder ser destinado à rubrica "Reserva para incentivos fiscais", sua destinação, de forma cumulativa até que seja destinado, ocorrerá em exercícios subsequentes. j.2) *IRPJ:* A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM visando à Implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano-calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDAM. A Superintendência do Desenvolviento do Nordeste – SUDENE visando a Implantação de emprendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2021, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ somente nos produtos determinados no anexo I do Laudo Constitutivo. A Companhia destina o valor destes incentivos fiscais à rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente do incentivo e, nesse caso, este não puder ser destinado à rubrica "Reserva para incentivos fiscais", sua destinação, de forma cumulativa até que seja destinado, ocorrerá em exercícios subsequentes. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 19.e, esta reserva de incentivos fiscais compõe o patrimônio líquido e poderá ser usada somente para capitalização. Além disso, será tributada caso exista capitalização do valor da subvenção e posterior restituição aos sócios, restituição de capital aos sócios e caso esta subvenção integre a base de cálculo dos dividendos obrigatórios antes do período de carência previsto nos termos de acordo de cada incentivo. k) Reconhecimento de receita: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) *Vendas de produtos:* O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) *Prestação de serviços:* A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k.3) *Componente de financiamento significativo:* Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) Capital social – Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. n) Lucro por ação: Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas –** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)* A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avalia-

continua ...

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:12:31

24 e 26.04.21.indd 19 23/04/2021 22:01:05

… continuação **Facchini Participações S.A.**

demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua controlada, a seguir relacionada, e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** – Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária):* A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):* O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 1. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:* A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **4. Normas, alterações e interpretações de normas – a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 01/01/2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material:* As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia. *Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro:* O pronunciamento revisado estabelece alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:* As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios:* As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs – entradas de recursos e processos necessários para criar outputs – saída de recursos. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.* As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **b) Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *IFRS 17 – Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 01/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa e bancos	–	1	322	124
Aplicações financeiras – fundos de renda fixa (a)	–	–	465.479	215.252
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	465.801	215.376

(a) Aplicações financeiras – renda fixa: Referem-se substancialmente a fundos de investimentos em renda fixa, mantidos em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Companhia ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações possuem liquidez imediata, ainda que, em certas situações, o resgate no período de carência resultaria em perdas de rendimentos financeiros.

6. Contas a receber de clientes – consolidado

	2020	2019
Clientes – mercado interno	91.849	66.219
Clientes – mercado externo (i)	5.143	9.204
Cheques em cobrança	45	145
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.048)	(3.676)
	92.989	**71.892**

(i) Os saldos sob a rubrica "Contas a receber de clientes – mercado externo" representam faturas comerciais ("*invoices*") que estão denominadas originalmente em dólares norte-americanos e atualizadas por variação cambial até a data do balanço. Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem:

	2020	2019
A vencer	69.758	45.948
Vencidos até 60 dias	17.422	18.571
Vencidos de 61 a 90 dias	2.327	2.856
Vencidos de 91 a 180 dias	2.368	2.520
Vencidos de 181 a 360 dias	470	1.271
Vencidos há mais de 360 dias	4.692	4.402
	97.037	**75.568**

Movimentação na provisão sobre créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
Saldo no início do exercício	3.676	1.417
Valores recuperados durante o exercício	(1.445)	(6.738)
Adições de novas provisões	1.817	8.997
Saldo no fim do exercício	**4.048**	**3.676**

7. Estoques – consolidado

	2020	2019
Produtos acabados	2.205	880
Produtos semiacabados	123.483	68.970
Produtos intermediários	79.654	66.258
Matérias-primas	126.380	81.877
Produtos em processo	29.507	15.150
Estoque em poder de terceiros	6.722	2.703
Outros materiais diversos	20.640	12.158
	388.591	**247.996**

8. Imobilizado – consolidado

	2020	2019
Terrenos	1.468	1.468
Edifícios e construções	8.467	8.886
Máquinas e equipamentos	209.220	172.916
Veículos	25.828	21.131
Instalações industriais	12.380	11.162
Ferramentas e utensílios	13.476	11.132
Móveis e utensílios administrativos e industriais	5.031	4.825
Equipamentos de informática	3.616	2.574
Benfeitorias em propriedade de terceiros	22.832	25.220
Imobilizado em andamento	102.289	51.023
	404.607	**310.337**
Imobilizado adquirido por arrendamento financeiro: (i)		
Máquinas e equipamentos	17.168	10.495
Veículos	459	–
Ferramentas e utensilios	1.226	
Móveis e utensílios	140	202
Sistemas e equipamentos de informática	1.225	1.396
	20.218	12.093
Total	**424.825**	**322.430**

(i) Esses ativos foram reconhecidos com base nas determinações do CPC 06 (R2), além das disposições do ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, que estabeleceram os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, até 31/12/2020. A movimentação do custo do ativo imobilizado é como segue:

	2019	Adições	Baixa	Transferência	2020
Terrenos	1.468	–	–	–	1.468
Edifícios e construções	10.489	–	–	–	10.489
Máquinas e equipamentos	336.136	17.444	(6.973)	53.421	400.028
Veículos	54.519	10.053	(4.039)	–	60.533
Instalações industriais	31.315	173	(83)	2.823	34.228
Ferramentas e utensílios	31.932	3.655	(417)	2.672	37.842
Móveis e utensílios administrativos e industriais	17.888	930	(119)	379	19.078
Sistemas e equipamentos de informática	11.053	1.886	(456)	–	12.483
Benfeitorias em propriedade de terceiros	44.132	–	–	–	44.132
Imobilizado em andamento	51.023	111.855	(1.294)	(59.295)	102.289
Total	**589.955**	**145.996**	**(13.381)**	**–**	**722.570**

	2018	Adições	Baixa	Transferência	2019
Terrenos	1.468	–	–	–	1.468
Edifícios e construções	10.059	430	–	–	10.489
Máquinas e equipamentos	267.177	17.183	(11.090)	62.866	336.136
Veículos	52.265	6.837	(4.552)	(31)	54.519
Instalações industriais	28.281	1.063	–	1.971	31.315
Ferramentas e utensílios	26.853	2.560	(170)	2.689	31.932
Móveis e utensílios administrativos e industriais	16.265	1.304	(35)	354	17.888
Sistemas e equipamentos de informática	9.660	1.586	(193)	–	11.053
Benfeitorias em propriedade de terceiros	44.680	–	(607)	59	44.132
Imobilizado em andamento	43.402	96.357	(20.828)	(67.908)	51.023
Total	**500.110**	**127.320**	**(37.475)**	**–**	**589.955**

A movimentação da depreciação é como segue:

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Edifícios e construções	4	(1.601)	(421)	–	–	(2.022)
Máquinas e equipamentos	10	(152.725)	(26.407)	5.760	(268)	(173.640)
Veículos	20	(33.388)	(4.420)	3.562	–	(34.246)
Instalações industriais	10	(20.154)	(2.045)	83	268	(21.848)
Ferramentas e utensílios	10	(20.802)	(2.627)	289	–	(23.140)
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10	(12.861)	(1.136)	90	–	(13.907)
Sistemas e equipamentos de informática	20	(7.083)	(962)	403	–	(7.642)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	(18.911)	(2.389)	–	–	(21.300)
Total		**(267.525)**	**(40.407)**	**10.187**	**–**	**(297.745)**

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2018	Adições	Baixas	Transferências	2019
Edifícios e construções	4	(1.184)	(417)	–	–	(1.601)
Máquinas e equipamentos	10	(137.940)	(22.648)	8.226	(363)	(152.725)
Veículos	20	(32.610)	(4.684)	3.875	31	(33.388)
Instalações industriais	10	(18.443)	(2.043)	–	332	(20.154)
Ferramentas e utensílios	10	(18.266)	(2.656)	120	–	(20.802)
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10	(11.778)	(1.117)	34	–	(12.861)
Sistemas e equipamentos de informática	20	(6.326)	(940)	183	–	(7.083)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	(16.645)	(2.872)	606	–	(18.911)
Total		**(243.192)**	**(37.377)**	**13.044**	**–**	**(267.525)**

As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil estimada de cada ativo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3.d. Em 2020, em conformidade com o CPC 27, a Companhia realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso. **9. Ativo de direito de uso – consolidado**

Ativo de Direito de Uso – Terceiros:	2020	2019
Edifícios	4.892	1.766
Equipamentos	169	270
	5.061	**2.036**
Ativo de Direito de Uso – Partes relacionadas:		
Edifícios	106.751	25.475
	106.751	**25.475**
Total	**111.812**	**27.511**

A movimentação do custo do ativo direito de uso é como segue:

	2019	Adições	Baixa	2020
Edifícios	44.991	110.537	(31.348)	124.180
Equipamentos	374	–	–	374
Total	**45.365**	**110.537**	**(31.348)**	**124.554**

A movimentação da depreciação é como segue:

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2019	Adições	Baixas	2020
Edifícios	10,53 a 41,38%	(17.751)	(21.048)	26.262	(12.537)
Equipamentos	28,57%	(103)	(102)	–	(205)
Total		**(17.854)**	**(21.150)**	**26.262**	**(12.742)**

As taxas de depreciação são calculadas com base no ativo de direito de uso, desde a data de inicio até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento. Em 01/10/2020, a Companhia renovou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas, os quais possuíam vencimento original em 31/12/2020. Considerando que essa renovação de contratos alterou substancialmente o fluxo de caixa futuro e o prazo do contrato, os valores anteriormente reconhecidos foram integralmente baixados contra o resultado do exercício, acarretando em uma perda de R$ 30. Adicionalmente, a administração da Companhia reconheceu o passivo de arrendamento e o direito de uso desses novos contratos pelo novo período contratual, de 10 anos, estimando o valor presente na data ínicio desses novos contratos, utilizando a taxa incremental de juros de 11,04%. **Passivos de arrendamentos (direito de uso):** Valor contábil líquido ao fim do exercício:

Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	2020	2019
Arrendamento em moeda nacional	10,00% a 11,00%	09/2028	116.464	30.443
			116.464	**30.443**
Circulante			21.333	18.342
Não circulante			95.131	12.101
			116.464	**30.443**

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

	2020	2019
2021	–	4.982
2022	22.439	2.411
2023	24.261	4.708
2024	48.431	–
	95.131	**12.101**

Refere-se, substancialmente, a operações de arrendamento conforme o CPC 06 R2 com a finalidade de aluguéis de edificações, terrenos e equipamentos industriais. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. Em 31/12/2020, o custo do ativo de direito de uso, líquido de depreciação, referente às operações de "aluguéis" é de R$111.812. A movimentação dos arrendamentos é como a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	30.443	42.289
Novos arrendamentos	110.539	6.680
Baixas	(5.131)	(2.308)
Apropriação dos juros	5.209	2.696
Parcelas de arrendamento pagas	(24.596)	(18.914)
Saldo final	**116.464**	**30.443**

10. Impostos a recuperar – consolidado – O saldo é composto como segue:

	2020	2019
IRPJ e CSLL – antecipações	14.631	1.854
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	18.775	10.299
ICMS	17.829	8.027
PIS/COFINS	2.090	823
Outros	3	–
	53.328	**21.003**
Circulante	45.110	15.480
Não circulante	8.218	5.523
	53.328	**21.003**

Os saldos classificados como não circulantes referem-se a créditos na compra de ativo imobilizado (CIAP) e contraprestações de operações de arrendamento mercantil financeiro. Os créditos de IPI referem-se a créditos originados sobre aquisição de matéria-prima, dentre outros, que vêm sendo utilizados pela Companhia mediante pedidos de ressarcimentos realizados trimestralmente. O aumento dos créditos de imposto de renda e contribuição social em 2020, foi em decorrência da adoção da Lei Complementar No. 160, conforme mencionado na Notas 1 e 11, sendo a expectativa de utilização durante o exercício de 2021. **11. Imposto de renda e contribuição social – consolidado** – a) Conciliação da despesa de IRPJ e CSLL

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	160.424	190.624	216.474	282.843
Alíquotas de IRPJ e CSLL vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL	(54.544)	(64.812)	(73.577)	(96.143)
Ajuste para refletir a alíquota efetiva:				
Doações, brindes, multas indedutíveis e PDD	–	–	(1.106)	(2.454)
Equivalência Patrimonial	54.573	64.830	–	–
Incentivos fiscais do ICMS	–	–	15.262	1.157
Incentivos fiscais de doações	–	–	1.409	2.382
PAT	–	–	704	1.201
Incentivo fiscal – pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei 11.196/05, artigo 19, § 1º) – Lei do Bem	–	–	1.266	1.724
Outros	–	–	78	(32)
Crédito de IRPJ e CSLL	29	18	(55.964)	(92.165)
Composição do crédito (da despesa) no resultado				
IRPJ e CSLL correntes	–	–	(37.780)	(64.378)
IRPJ e CSLL diferidos	–	–	(18.184)	(27.787)
	–	**–**	**(55.964)**	**(92.165)**
Alíquota efetiva	–	–	26%	33%

b) Em 31 de dezembro a composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no ativo não circulante e no passivo não circulante, é como segue:

Imposto de renda diferido sobre	2020	2019
Ativo:		
Prejuízos fiscais a compensar	229	12.808
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.681	2.031
Provisão para garantia	2.721	2.528
Provisão para participação nos resultados	430	348
Provisão para comissões s/ vendas	929	651
Provisão para devedores duvidosos	1.012	919
Ajuste CPC 04 – Software	70	28
Ativo de Direito de Uso – IFRS16	274	188
	7.346	**19.501**
Passivo:		
Despesas com "*leasing*"	(1.588)	(1.347)
Ajustes de depreciações – avaliação da vida útil	(3.887)	(2.914)
	(5.475)	**(4.261)**

Contribuição social diferida sobre	2020	2019
Ativo:		
Base negativa da contribuição social	82	4.611
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	605	732
Provisão para garantia	980	910
Provisão para participação nos resultados	155	125
Provisão para comissões s/ vendas	334	233
Provisão para devedores duvidosos	364	331
Ajuste CPC 04 – Software	25	10
Ativo de Direito de Uso – IFRS16	99	68
	2.644	**7.020**
Passivo:		
"*Leasing*"	(572)	(485)
Ajustes de depreciações – avaliação da vida útil	(1.400)	(1.049)
	(1.972)	**(1.534)**
Total de IRPJ e CSLL diferidos ativos	**9.990**	**26.522**
Total de IRPJ e CSLL diferidos passivos	**(7.447)**	**(5.795)**
Total de IRPJ e CSLL diferidos líquidos	**2.543**	**20.727**

(i) A Companhia decidiu em 2019 levantar os "Dispêndios com Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica" – P&D+I e verificando os projetos identificamos vários referentes a 2018, deste modo recalculamos o IRPJ e a CSLL referentes ao ano calendário de 2018 e excluímos na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período como demonstrado abaixo. Esse recalculo gerou uma redução na compensação do prejuízo fiscal e da base begativa da CSLL correspondentes a R$ 233, alterando os impostos diferidos. A movimentação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos, em 31/12/2020 e 2019, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018 – ativo fiscal diferido	**48.514**
Movimentação em 2019	(27.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 – ativo fiscal diferido	**20.727**
Movimentação em 2020	(18.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 – ativo fiscal diferido	**2.543**

A controlada Facchini S.A., com base nas projeções de resultados tributáveis futuros aprovadas pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporariamente dedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado periodicamente pela Companhia. A controlada Facchini S.A. possui um saldo de prejuízos fiscais no valor de R$916 (R$51.232 em 2019), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo de prescrição. **12. Investimentos** – Em 31/12/2020, a Companhia controlava outra sociedade cujo contexto operacional é resumido a seguir: • Facchini S.A. (participação de 100% no capital social): sediada na cidade de Guarulhos-SP. Tem como objetivo principal a fabricação de carrocerias, cabines e reboques para caminhões. As principais informações das controladas, em 31/12/2020 e 2019, são as seguintes:

	Quantidade de cotas 2020	Quantidade de cotas 2019	Participação no capital social (%) 2020	Participação no capital social (%) 2019	Capital social 2020	Capital social 2019	Patrimônio líquido 2020	Patrimônio líquido 2019	Resultado do exercício 2020	Resultado do exercício 2019
Facchini S.A.	2.192.600	2.192.600	100	100	227.680	224.278	604.256	463.046	160.510	190.678

Movimentação dos investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

Controlada	2019	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos aprovados	Outros	2020
Facchini S.A.	463.046	**160.510**	**–**	**(19.300)**	**–**	**604.256**

Controlada	2018	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos aprovados	Outros	2019
Facchini S.A.	273.861	190.678	–	(2.577)	1.084	463.046

13. Empréstimos e financiamentos – consolidado

Tipo	Indexador	juros a.a. (%)	final		2020
Imobilizado em moeda nacional (a)	TJLP	9,48 a 11,70%	04/2026	37.858	35.042
Imobilizado em moeda estrangeira (b)	US$	3,48 e 6,00%	09/2023	15.704	13.850
Capital de giro e outros (c)	Pré + CDI	7,00 a 15,30%	05/2027	151.436	87.930
Empréstimo exportação	US$	4,53%	01/2021	2.122	3.137
				207.120	**139.959**
Circulante				95.437	62.496
Não circulante				111.683	77.463
				207.120	**139.959**

Os empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes têm seus vencimentos conforme a seguir:

	2020	2019
2021	–	46.900
2022	65.500	20.349
2023	33.409	6.691
2024	8.416	1.728
2025	2.776	1.795
2026 e após	1.582	–
	111.683	**77.463**

Resumo das características dos empréstimos: a) *Ativo imobilizado em moeda nacional:* Representado por Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados controladas no valor de R$37.858 (R$35.042 em 31/12/2019). Possui taxa pré-fixada de juros e prazo de amortização médio de 80 meses. b) *Ativo imobilizado em moeda estrangeira:* Refere-se à operação de financiamento para aquisição de máquinas utilizadas no processo produtivo da Companhia, garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. c) *Capital de giro e outros:* Referem-se a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras nacionais. Possuem taxas de juros prefixadas e prazo de amortização médio de 24 meses, em sua maioria com 12 meses de carência. Esses são garantidos por avais e fianças pela controladora no valor de R$151.436 (R$87.930 em 31/12/2019), não há notas promissórias e cartas fiança. A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos vigentes cláusulas restritivas.

A movimentação dos empréstimos no período é como a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	139.959	138.302
Apropriação de juros e variações	16.373	11.993
Novos empréstimos	132.144	98.162
Pagamento de juros	(11.526)	(11.229)
Pagamento de principal	(69.830)	(97.269)
Saldo final	**207.120**	**139.959**

14. Arrendamento mercantil – consolidado – Valor contábil líquido ao fim do exercício

Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	2020	2019
"*Leasing*" em moeda nacional	9,24% a 14,52%	08/2023	17.440	9.107
			17.440	9.107
Circulante			7.702	3.547
Não circulante			9.738	5.560
			17.440	9.107

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

	2020	2019
2021	–	3.342
2022	6.000	1.768
2023	3.738	450
	9.738	5.560

Refere-se, substancialmente, a operações de "*leasing*" mercantil financeiro com a finalidade de aquisição de veículos, maquinários e equipamentos industriais. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. Em 31/12/2020, o custo do imobilizado, líquido de depreciação, conforme Nota Explicativa nº 7, referente às operações de "*leasing*" financeiro é de R$20.218 (R$12.093 em 2019). A movimentação dos arrendamentos mercantis é como a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	9.107	4.162
Apropriação de juros e variações	959	627
Novos leasings	12.188	6.743
Pagamento de juros	(959)	(627)
Pagamento de principal	(3.855)	(1.798)
Saldo final	**17.440**	**9.107**

15. Transações com partes relacionadas – a) Controladora

Saldos	2020	2019
Ativo circulante:		
Facchini S.A. (dividendos a receber)	**11.874**	2.683
Facchini S.A. (devolução de capital)	8.000	8.000
Ativo não circulante:		
Facchini S.A. (devolução de capital)	1.021	1.229
Passivo circulante (contas a pagar):		
Redução capital da Facchini Participações S.A. (iii)	7.768	8.000
Passivo não circulante (contas a pagar):		
Redução capital da Facchini Participações S.A. (iii)	1.253	1.253

continua …

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:12:52

Publicidade Legal

... continuação **Facchini S.A.**

e não estão sujeitos a atualizações monetárias ou encargos. **18. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis –** A Companhia possui processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza fiscal, trabalhista e cível. Para esses processos foram apresentadas defesas administrativa ou judicial. A Administração e seus assessores legais acreditam em decisão final favorável à Companhia na maior parte dos processos. a) Perdas prováveis: A Companhia reconheceu, em 31/12/2020, provisões para fazer face aos processos considerados prováveis de perda. Os saldos destas provisões são demonstrados a seguir:

	2020	2019
Risco trabalhista	**3.938**	5.721
Risco cível	**2.787**	2.405
Total	**6.725**	8.126

A movimentação do saldo durante o exercício findo em 31/12/2019 é conforme segue:

	2019	Adições	Baixas/ reversões	2020
Risco trabalhista	5.722	**–**	**(1.784)**	**3.938**
Risco cível	2.404	**516**	**(133)**	**2.787**
Total	8.126	**516**	**(1.917)**	**6.725**

Não há depósitos judiciais diretamente vinculados aos processos em andamento. b) Perdas possíveis: A Companhia possui ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores legais como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2020	2019
Risco trabalhista	1.472	1.479
Risco cível	4.683	5.236
	6.155	**6.715**

O risco cível refere-se, substancialmente, a processos por danos morais, dentre outros. O risco trabalhista refere-se, substancialmente, a pleitos de indenizações diversas movidos por ex-funcionários. b) Ativo contingente: A Companhia é autora em diversas em diversas ações judiciais, no âmbito federal, nas quais são discutidas, dentre outras, as seguintes matérias: (i) Pagamento da contribuição ao Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT na alíquota de 2%, bem como a devolução dos valores já recolhidos indevidamente. (ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Foi promovida ação judicial que tramita perante a 9a Vara Federal de São Paulo, Processo nº 0032983-85.2008.4.03.61.00. Referidos autos encontram-se suspensos pelo juiz de primeira instância, em razão da declaração de Repercussão Geral proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou o mérito da questão, declarando inconstitucional a incidência, e determinando assim, a exclusão do PIS/COFINS da base de cálculo do ICMS. Ocorreu que a Fazenda entrou com embargos de declaração, requerendo a modulação da decisão, recurso este que não foi julgado até o momento. A questão da modulação é fundamental para que se verifique eventuais créditos em razão dos pagamentos realizados quando vigente a legislação inconstitucional, de modo que há a necessidade de aguardar o desfecho do chamado "*leading case*", ou seja, o processo em que houve a declaração de relevância da questão jurídica. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes de processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processo. **19. Patrimônio líquido –** a) Capital social: Em 31/12/2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado é composto por 2.192.600 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Aumento: Em 30/07/2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$3.402, referente ao saldo da conta "Reserva de incentivos fiscais". Reservas e retenção de lucros. c) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de incentivos fiscais: A Lei nº 12.973/2014 em seu art. 30, § 3º destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através de lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido do exercício. Nos exercícios em que a Companhia apurar prejuízo contábil ou lucro líquido inferior à parcela da subvenção governamental, não podendo, nesse caso, constituir a Reserva de Incentivo no montante devido, devera tal constituição ocorrer nos periodos subsequentes. Em 31/12/2020, a Sociedade destinou para a reserva de incentivo o montante de R$45.086, dos quais R$44.887 correspondem aos incentivos fiscais de seus estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul – "MS Forte – Indústria", no Estado da Bahia – "Programa Desenvolve",no Estado de Pernambuco – "PROIND" e as subvenções calculadas com base na Lei Complementar nº 160/2017, esses são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", pois são benefícios diretamente relacionados ao ICMS sobre as vendas. O saldo restante de R$199 corresponde aos incentivos fiscais no Estado da Bahia – "SUDENE" e no Estado do Pará – "SUDAM", são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica "outras receitas e outras despesas operacionais". As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja: (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos. (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos. (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. e) Reserva para capital de giro: Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos. Em 2020, tivemos um excesso de saldo na reserva de lucros que será deliberado e destinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30/04/2021. f) Dividendos: De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos foram calculados conforme a seguir:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	160.510	190.678
(-) Reserva de incentivos fiscais	(45.086)	(3.727)
(-) Reserva legal (5%)	(8.026)	(9.534)
Lucro líquido do exercício ajustado	107.398	177.417
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	1.074	1.774
Dividendos adicionais aprovados	18.226	803
Saldo de dividendos do ano anterior	2.683	160
Dividendos pagos no exercício	(10.109)	(54)
Saldo de dividendos a pagar – Nota explicativa nº14	11.874	2.683

Resultado por ação	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**160.510**	**190.678**
Quantidade de ações Ordinárias – em milhares	2.192.600	2.192.600
Lucro por ação	**73,21**	**86,96**

A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor do lucro por ação.

20. Receita operacional líquida	2020	2019
Receita operacional bruta:		
Mercado interno – implementos rodoviários e peças	1.969.300	1.948.743
Mercado interno – serviços	21.968	22.599
Mercado externo – implementos rodoviários e peças	31.084	27.897
Mercado externo – serviços	253	–
(-) Impostos/vendas e serviços	(392.482)	(390.959)
(-) Devoluções e abatimentos	(7.726)	(3.993)
Receita operacional líquida	1.622.397	1.604.287

21. Gastos por natureza – A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Despesas por natureza:	2020	2019
Matérias-primas e materiais de consumo	(799.071)	(774.834)
Despesas com empregados	(297.751)	(268.386)
Despesas de depreciação e amortização	(40.428)	(37.398)
Despesas de depreciação arrendamentos	(21.150)	(18.897)
Arrendamentos	(547)	(826)
Materiais auxiliares	(70.312)	(56.809)
Despesas com manutenção	(40.186)	(36.272)
Energia elétrica	(21.931)	(21.967)
Comissões sobre vendas	(28.702)	(21.723)
Serviços de terceiros	(13.142)	(12.829)
Honorários da administração	(5.595)	(4.680)
Despesas taxas e contribuições	(9.532)	(5.918)
Outras despesas	(50.396)	(54.430)
Total	**(1.398.743)**	**(1.314.969)**
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	(1.212.576)	(1.144.013)
Comerciais	(108.084)	(98.239)
Administrativas e gerais	(72.488)	(68.037)
Honorários da administração	(5.595)	(4.680)
Total	**(1.398.743)**	**(1.314.969)**

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2020	2019
Perda/ganho líquido apurado na venda de ativo imobilizado	3.118	2.118
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.401	2.208
Provisão para garantia	(773)	(2.057)
Provisão para perdas esperadas	(372)	(2.259)
Provisão para participação nos resultados	(3.733)	(3.072)
Recuperação de créditos	86	136
Lucro da exploração	199	–
Outras receitas	7.693	1.416
Outros	1.855	682
	9.474	**(828)**

23. Resultado financeiro	2020	2019
Receitas financeiras:		
Receita com aplicações financeiras	**7.719**	11.638
Juros sobre duplicatas	**198**	285
Descontos obtidos	**1.036**	1.012
	8.953	12.935
Despesas financeiras:		
Juros	**(21.573)**	(15.334)
Descontos concedidos	**(394)**	(579)
Despesas bancárias	**(1.482)**	(1.309)
Outras despesas	**(75)**	–
	(23.524)	(17.222)
Variação monetária e cambial, líquida	**(2.083)**	(1.360)
Resultado financeiro	**(16.654)**	(5.647)

24. Compromissos futuros – A Companhia possui diversos contratos de arrendamentos de edificações, com vigência de dois a 9 anos e atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). Estes enquadram-se no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – "Arrendamentos" em vigor a partir de 01/01/2019, por decorrerem de contratos, que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por tempo determinado, em troca de uma contraprestação como exigem os itens 9 a 11 do CPC 06 (R2). Deste modo, neste CPC não se enquadram mais somente os contratos de arrendamento mercantil financeiro – "leasing", mas também os arrendamentos sem opção de compra – "aluguéis" se possuírem as características acima descritas. Vide Nota Explicativa nº 9. **25. Instrumentos financeiros –** As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e "*leasing*" mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31/12/2020 e 2019 estão distribuídos conforme a seguir:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	**465.801**	215.375
Empréstimos concedidos e recebíveis	**92.989**	72.190
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	**(949.563)**	(472.744)
	(390.773)	(185.179)

Fatores de risco: Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia podem ser assim enumerados: *Risco de crédito:* riscos de crédito em contas a receber de clientes que, de forma geral, não têm garantias, além de vendas realizadas mediante linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os procedimentos adotados para minimizar tais riscos incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. O risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise e seleção de clientes e instituições financeiras de primeira linha para realização de operações financeiras. *Risco de taxa de câmbio*: possibilidade de perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado ou reduzam os valores dos títulos a receber expressos em moeda estrangeira. A exposição cambial da Companhia, em 31 de dezembro 2020 e 2019, é como segue:

	Moeda	2020	2019
Taxa do dólar norte-americano		**5,1961**	4,0301
Ativo:			
Contas a receber	R$	**5.143**	9.204
Adiantamento de contrato de importação	R$	**7.001**	3.011
Ativo exposto		**12.144**	12.215
Passivo:			
Fornecedores no exterior	R$	**(16.624)**	(7.947)
Adiantamento de contrato de exportação	R$	**(1.790)**	(3.137)
Finame em moeda estrangeira	R$	**(15.704)**	(13.850)
Passivo exposto		**(34.118)**	(24.934)
Passivo exposto, líquido		**(21.974)**	(12.719)

Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas. *Risco de liquidez:* é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. *Exposição ao risco de liquidez:* Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo

2020	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	**267.255**	267.255	–	–	–
Arrendamento mercantil	**17.440**	7.702	9.378	–	–
Empréstimos e financiamentos	**111.683**	95.437	98.909	11.192	1.582
Outras contas a pagar	**21.977**	18.982	2.995	–	–
	418.355	389.376	111.282	11.192	1.582

2019	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	158.040	158.040	–	–	–
Arrendamento mercantil	9.107	3.547	5.560	–	–
Empréstimos e financiamentos	139.959	62.496	67.249	8.149	1.795
Outras contas a pagar	15.234	15.234	–	–	–
	322.340	239.317	72.809	8.149	1.795

Classificação contábil e valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo:	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	**465.801**	215.375
Ativos financeiros a custo amortizado		
Contas a receber de clientes	**92.989**	71.892
Outros ativos	**23.657**	16.668
Total	**582.447**	303.935
Passivos financeiros não mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	**267.255**	158.040
Contas a pagar partes relacionadas	**9.021**	10.511
Arrendamento mercantil	**17.440**	9.107
Arrendamento operacional a pagar	**116.464**	30.443
Empréstimos e financiamentos	**207.120**	139.959
Faturamento antecipado e antecipações de clientes	**236.602**	65.600
Outros passivos	**21.887**	15.234
	875.789	428.894

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Gerenciamento de capital: A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Gestão de capital	2020	2019
Total do passivo	**959.283**	480.870
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(465.801)**	(215.375)
(=) Dívida líquido (a)	**493.482**	265.495
Total do patrimônio líquido (b)	**604.256**	463.046
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	**0,82**	0,57

26. Seguros (não auditado) A Companhia possui cobertura de seguros, cuja descrição e valores limitados encontram-se a seguir:

Bens segurados	Riscos cobertos	Moeda	2020	2019
Prédios e conteúdos (próprios)	Incêndio, raio, explosão, implosão	R$	**2.000**	2.000
Prédios locados (Mirassol/SP)	Incêndio, raio, explosão, implosão	R$	**50.000**	50.000
Veículos leves	Colisão, responsabilidade civil	R$	**200**	200
Veículos pesados (terceiros)	Colisão, responsabilidade civil	R$	**500**	500
Aeronave	Acidentes, responsabilidade civil	US$	**50.000**	50.000
Responsabilidade civil (pátio)	Responsabilidade civil geral	R$	**8.000**	8.000

27. Benefícios a empregados – A Companhia concede benefícios a seus empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as políticas internas. Esses benefícios são concedidos apenas a funcionários ativos e não se referem a direito adquirido. Os benefícios concedidos são os seguintes:

	2020	2019
Participação nos lucros e resultados (*)	**3.406**	1.712
Cartão-alimentação	**24.542**	18.452
Assistência médica e odontológica	**2.158**	1.824
Total	**30.106**	21.988

(*) A Companhia concede participação nos resultados aos seus empregados com base em acordos coletivos firmados com o sindicato da categoria. Esse benefício está vinculado ao cumprimento de metas previamente estabelecidas. Esses benefícios foram apropriados aos resultados nas rubricas "Custo dos produtos e serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

28. Remuneração dos administradores – A remuneração dos principais administradores, que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31/12/2020, foi de R$5.595 (R$4.680 em 2019). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

Rubens Facchini – Diretor-Presidente
Euclides Facchini Filho – Diretor Superintendente
Ailton Izaias – Contador CRC 1SP 126.674/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Facchini S.A. Guarulhos-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Facchini S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Facchini S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 8 de abril de 2021.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Alexandre Fermino Alvares
Contador
CRC 1SP 211.793/O-5

Juros caem com reação positiva à sanção do Orçamento, apesar da alta do dólar

Os juros futuros deram sequência ao movimento da véspera e fecharam em baixa nesta sexta-feira, sustentando o sinal de queda mesmo com a pressão do câmbio, embora as máximas da moeda à tarde tenham desacelerado o ritmo de recuo das taxas. Essencialmente, o alívio com o Orçamento continuou reverberando, num dia mais fraco de notícias e indicadores, tanto aqui quanto lá fora, a não ser os detalhes do texto, sancionado na quinta-feira com veto parcial. A curva fechou a semana com redução nos níveis de inclinação, promovida pela melhora de percepção do risco fiscal pós-Orçamento e acomodação dos Treasuries nos últimos dias.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 encerrou em 4,615%, de 4,641% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 7,776% para 7,69%. O DI para janeiro de 2027 encerrou com taxa de 8,34%, de 8,424% no ajuste anterior.

Para o operador de renda fixa da Terra Investimentos Paulo Nepomuceno, a questão fiscal e a abundância da liquidez pelo mundo são os principais responsáveis pela queda das taxas longas desde a quinta-feira. "Com o Orçamento sancionado, passou a preocupação com a descontinuidade do governo e agora dificilmente vão emplacar o impeachment, mas tendo o Centrão como parceiro o viés não é de austeridade", afirmou.

O desenho final do Orçamento acabou saindo como esperava a equipe econômica, com ajuste total de R$ 29 bilhões, mas não sem exigir extensas negociações com os parlamentares e não sem críticas de especialistas.

IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:13:22

Publicidade Legal

Paraguassu Participações S/A

CNPJ/MF nº 09.477.912/0001-23

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em Reais – R$)*

Relatório da Diretoria: Srs Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Campinas, abril de 2021. ***A Diretoria***

Balanço Patrimonial	2020	2019
Ativo/Circulante	**1.048.420,75**	**59.497,33**
Caixa e equivalentes de caixa	21.721,79	59.497,33
Dividendos a receber	1.026.698,96	–
Não-Circulante	**52.574.282,63**	**49.088.027,03**
Créditos com partes relacionadas	13.800,00	1.800,00
Investimentos	**52.560.482,63**	**49.086.227,03**
Investimentos	52.560.482,63	49.086.227,03
Total do ativo	**53.622.703,38**	**49.147.524,36**
Passivo/Circulante	**143.420,40**	**143.420,40**
Fornecedores a pagar	5.256,00	5.256,00
Contas a pagar	20.000,00	20.000,00
Dividendos a pagar	118.164,40	118.164,40
Não-Circulante	**43.249,89**	**43.249,89**
Débitos com partes relacionadas	43.249,89	43.249,89
Patrimônio Líquido	**53.436.033,09**	**48.960.854,07**
Capital social	4.815.018,97	4.815.018,97
Reserva de reavaliação	12.095.700,97	12.095.700,97
Reservas de legal	1.225.008,53	1.225.008,53
Ajusste de avaliação patrimonial	12.182.094,72	12.182.094,72
Reserva de lucros	23.118.209,90	18.643.030,88
Total do passivo	**53.622.703,38**	**49.147.524,36**

Diretoria

Lia Haaland Valente – Presidente
Fernando de Mello Mattos Haaland – Diretor
Emílio Yoshiyuki Aoki – Contador CRC 1SP 113.579/O-1

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social Nacional	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**4.815.018,97**	**12.127.543,80**	**12.182.094,72**	**21.103.467,00**	**50.228.124,49**
Lucro(Prejuízo) do exercicio	–	–	–	(1.267.270,42)	**(1.267.270,42)**
Em 31 de dezembro de 2019	**4.815.018,97**	**12.127.543,80**	**12.182.094,72**	**19.836.196,58**	**48.960.854,07**
Lucro(Prejuízo) do exercicio	–	–	–	4.475.179,02	4.475.179,02
Em 31 de dezembro de 2020	**4.815.018,97**	**12.127.543,80**	**12.182.094,72**	**24.311.375,60**	**53.436.033,09**

Demonstração do Resultado	2020	2019
Receita operacional líquida: Lucro bruto	–	–
Outras receitas/(despesas) operacionais	**4.475.904,97**	**(1.266.556,75)**
Despesas gerais e administrativas	(25.049,59)	(32.033,64)
Despesas tributárias	–	(201,62)
Equivalência patrimonial	4.500.954,56	(1.234.321,49)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**4.475.904,97**	**(1.266.556,75)**
Despesas financeiras	(725,95)	(713,67)
Resultado antes do IR/CS	**4.475.179,02**	**(1.267.270,42)**
Resultado líquido do exercício	**4.475.179,02**	**(1.267.270,42)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

	2020	2019
Lucro/Prejuizo Líquido do Exercício	**4.475.179,02**	**(1.267.270,42)**
Itens que não Afetam o Caixa Operacional		
Equivalencia patrimonial	(4.500.954,56)	1.234.321,49
Total de Itens que não Afetam o Caixa Operacional	**(4.500.954,56)**	**1.234.321,49**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Aumento/(Redução)em Dividendos a receber	(1.026.698,96)	1.324.273,80
Aumento/(Redução) em Créditos com partes relacionadas	(12.000,00)	(1.800,00)
Aumento/(Redução) em Dividendos a pagar		– (1.273.615,82)
Total de Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**(1.038.698,96)**	**48.857,98**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Redução de Investimento	1.026.698,96	–
Total de Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	**1.026.698,96**	**–**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Total de Lucro/Prejuizo Líquido do Exercicio	**(37.775,54)**	**15.909,05**
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		
Débitos com partes recionadas	–	43.249,89
Total de Caixa Líquido das Atividades Financiamento	**–**	**43.249,89**
Aumento Líquido de Caixa	**(37.775,54)**	**59.158,94**
Aumento/Diminuição líquido ao Caixa e equivalentes	**(37.775,54)**	**59.158,94**
Caixa e equivalente de Caixa:		
no início do período	**59.497,33**	**338,39**
no fim do período	**21.721,79**	**59.497,33**
Variação das contas Caixa e equivalente de Caixa	**(37.775,54)**	**59.158,94**

Bolsas de NY fecham em alta após dados dos EUA reforçarem sinais de retomada

As bolsas de Nova York fecharam em alta nesta sexta-feira, 23, após os índices de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos divulgados hoje reforçarem os sinais de retomada da maior economia do mundo. Os índices acionários também recuperaram as perdas do pregão anterior, quando reagiram à notícia de que o governo americano estuda elevar o imposto sobre ganhos de capital

O Dow Jones subiu 0,67%, a 34.043,49 pontos, o S&P 500 avançou 1,09%, a 4.180,17 pontos, depois de ter renovado a máxima histórica intraday durante a sessão, e o Nasdaq registrou ganho de 1,44%, a 14.016,81 pontos. Na comparação semanal, os índices recuaram 0,46%, 0,12% e 0,25%, respectivamente.

Depois da queda súbita da sessão anterior, os índices acionários absorveram nesta sexta a informação sobre o possível aumento de impostos a ganhos de capital da parcela mais rica da população dos EUA. Na visão da LPL Financial, a proposta não é necessariamente ruim para o mercado de ações. Os analistas da corretora americana lembram, em relatório enviado a clientes, que no ano da última elevação desse tributo, em 2013, o S&P 500 acumulou ganhos de quase 30%..

"Embora as ações tenham ficado surpresas, era exatamente isso que o presidente Biden defendia, então não deveria ser um choque para ninguém", afirmam os profissionais da LPL Financial.

Nesta sexta, entretanto, os investidores se concentraram em indicadores macroeconômicos que mostraram uma retomada da economia dos EUA. Na leitura preliminar, o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) composto subiu de 59,7 em março para 62,2 em abril, no maior nível da série histórica iniciada em 2009. IstoéDinheiro

Dólar sobe no dia a R$ 5,49, mas tem quarta semana seguida de queda

O dólar fechou a sexta-feira, 23, em alta, em um movimento de realização de ganhos, devolvendo parte da queda recente, mas acumulou baixa de 1,6% nos últimos cinco dias. Foi a quarta semana consecutiva de desvalorização ante o real, impulsionada pela maior propensão do investidor internacional a tomar risco, por conta das quedas das taxas de retorno dos juros longos americanos, o que tem trazido fluxo de capital externo para o país.

A resolução do imbróglio do Orçamento, que já durava quase um mês, também teve peso decisivo na melhora do real e a expectativa nas mesas é que agora a agenda de reformas volte a andar, embora a preocupação fiscal siga no radar.

No encerramento da semana mais curta, o dólar terminou cotado em R$ 5,4973, em alta de 0,78%. No mercado futuro, era negociado com ganho de 0,68%, a R$ 5,4880 às 17h30.

Apesar de ter deixado gastos extra teto no orçamento, em nível acima do esperado, o fato de o governo ter encontrado uma solução para a novela envolvendo o texto sem decretar o estado de calamidade acabou dando algum alívio para os mercados, avalia a economista-chefe da Armor Capital, Andrea Damico, em sua carta semanal.

No caso do câmbio, a economista destaca ainda o crescimento das exportações este mês, ajudado pelas vendas da safra de soja, com superávit comercial de R$ 3 bilhões até a terceira semana do mês. Pela frente, a perspectiva de fluxo via comércio exterior é boa, por conta da exportação da safra de grãos e minério que acontecem em momento de alta dos preços das commodities.

IstoéDinheiro

Ibovespa fecha em alta com suporte de NY, mas termina semana com sinal negativo

O Ibovespa fechou em alta nesta sexta-feira, reduzindo boa parte das perdas de uma semana mais curta por feriado no Brasil, mas sem conseguir se firmar acima do patamar dos 121 mil pontos, em meio a movimentos de realização de lucros.

Foi o primeiro desempenho negativo semanal no mês, acompanhando algum ajuste também em Wall St. Nessa sessão, Nova York fechou no azul, com o S&P 500 quase zerando ao declínio dos últimos pregões e endossando a melhora no pregão brasileiro.

A semana também marcou o fim da novela envolvendo o Orçamento de 2021, com o presidente Jair Bolsonaro sancionando o texto na véspera com corte de 19,8 bilhões de reais em dotações orçamentárias e veto à autorização para a criação de cargos na Política Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Ao mesmo tempo, a Presidência anunciou um decreto para promover um bloqueio adicional de mais 9 bilhões de reais nos recursos do Orçamento, medida necessária, segundo o governo, para garantir o cumprimento do teto de gastos.

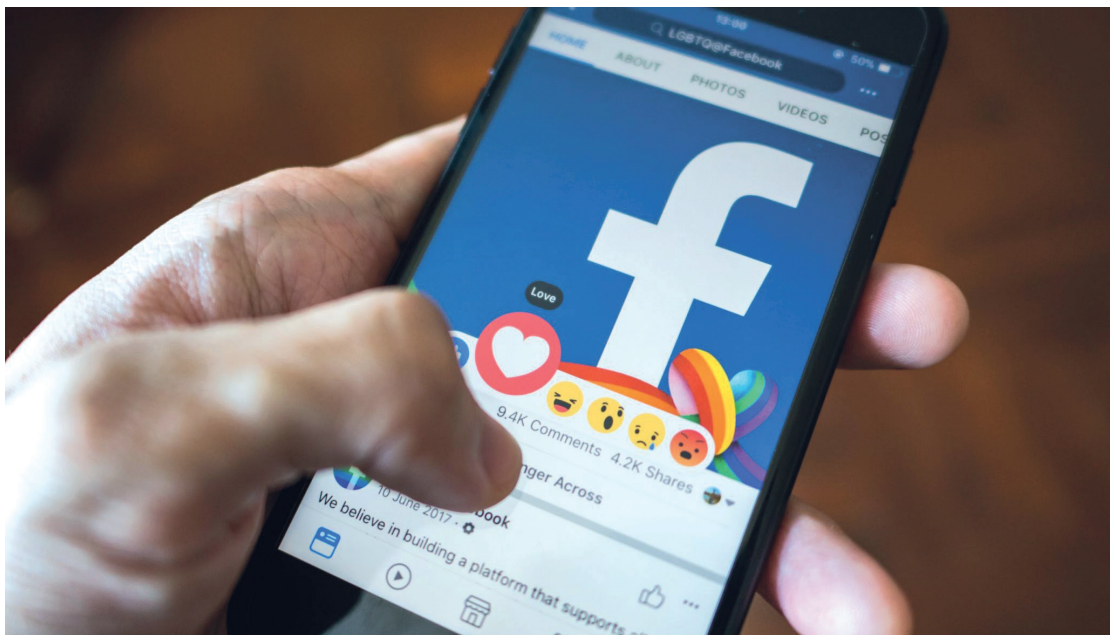
A sexta-feira ainda assinalou a abertura da temporada de resultados do primeiro trimestre de 2021 no Brasil, com Usiminas reportando lucro bilionário, em desempenho que deve ser acompanhado por outras siderúrgicas.

Na próxima semana, empresas como Vale, Cielo, CSN, Unidas, Multiplan, Santander Brasil, Weg, Embraer, entre outros, divulgam seus balanços.

Nesta sexta-feira, o Ibovespa subiu 0,97%, a 120.530,06 pontos, mas recuou 0,48% na semana. Em abril, tem desempenho positivo de 3,34% e, no ano, avança 1,27%. IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:13:50

Procon notifica Facebook sobre política de privacidade do WhatsApp



O Procon de São Paulo informou, nesta sexta-feira (23), que irá notificar o Facebook para que a empresa esclareça mais pontos sobre a nova política de privacidade do WhatsApp, que dentre outras coisas fará uma integração da versão Business do aplicativo com a rede social.

De acordo com o órgão de Defesa do Consumidor, nem todas as mudanças, que ocorrerão a partir de 15 de maio, estão claras para os usuários.

Uma reunião entre o Procon e a gigante de tecnologia chegou a ser realizada na última quinta-feira (22). Na ocasião, Fernando Capez, diretor do Procon, questionou sobre temas como o consentimento do usuário e se todos serão atingidos pelas novas regras. Apesar das informações prestadas, a entidade continuou considerando que há dúvidas a serem esclarecidas.

A notificação do Procon perguntará, por exemplo, o porquê de o Facebook não manter aqui no Brasil a política que adotou na União Europeia e Inglaterra. Por lá, o WhatsApp Business não compartilha informações com a rede social, já que a versão para negócios do mensageiro está em uma plataforma separada.

O Facebook adquiriu o WhatsApp em 2014 e desde então tem conectado suas redes, incluindo o Instagram, que a empresa havia adquirido em 2012. Apesar de muitas das ferramentas já estarem funcionando em conjunto, a recente mudança da política de privacidade do WhatsApp está chamando a atenção de autoridades.

Há 7 anos, a big tech havia garantido que os usuários do mensageiro mais popular do mundo teriam sua privacidade preservada. Na prática, as integrações que o aplicativo tem sofrido estão expondo dados de usuários nas outras plataformas.

Em janeiro deste ano veio a polêmica mais recente: os usuários de WhatsApp serão obrigados a aceitar a nova política de privacidade. O Facebook chegou a anunciar que quem se negasse aceitar as regras seria simplesmente bloqueado.

Tecmundo

TikTok é processado por coletar dados pessoais de milhões de crianças

Uma ex-comissária da Infância na Inglaterra apresentou nesta quarta-feira (21) uma denúncia contra a plataforma de vídeos TikTok, acusando-a de coletar ilegalmente dados pessoais de milhões de crianças no Reino Unido e na Europa.

Anne Longfield processou o TikTok e sua empresa matriz chinesa ByteDance em nome dessas crianças, menores de 16 anos na UE e de 13 no Reino Unido, esperando uma indenização total de bilhões de libras, segundo um comunicado.

Segundo ela, cerca de 3,5 milhões de menores estão envolvidos no Reino Unido.

Longfield estima que todas as crianças que usaram o TikTok desde maio de 2018, ou seja, desde a introdução do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia, tendo ou não uma conta, poderiam ser afetadas por esta coleta de dados.

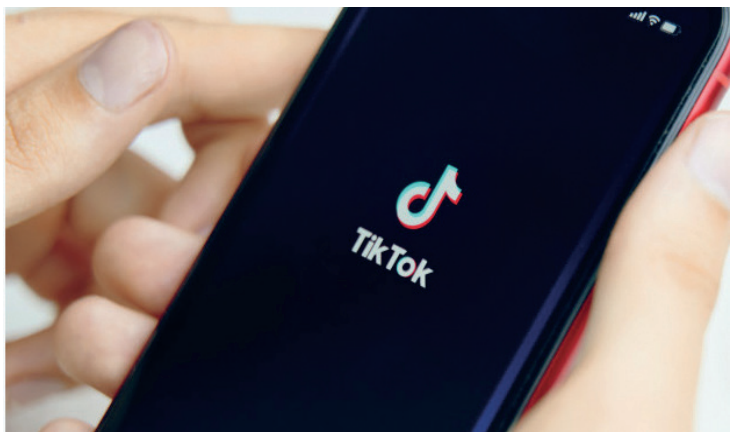
Entre essas informações pessoais estão números de telefone, vídeos, imagens, localização da conexão ou inclusive dados biométricos, como o reconhecimento facial.

A ação judicial, apresentada também pelo escritório de advocacia Scott+Scott, afirma que o TikTok coleta os dados sem avisar suficientemente, sem transparência e sem pedir o consentimento, como exige a lei.

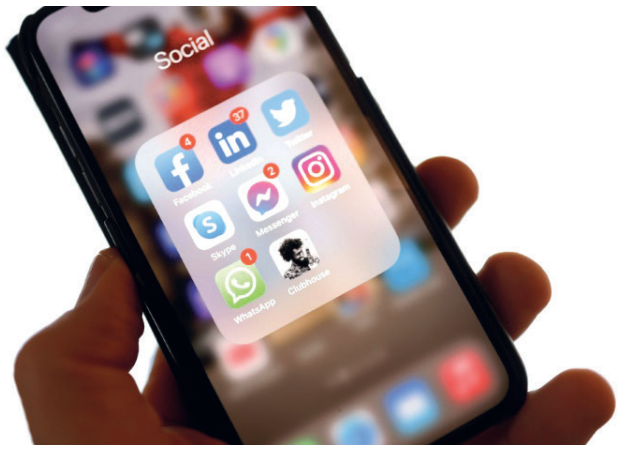
Um porta-voz do TikTok respondeu afirmando que a denúncia "carece de fundamento" e que a empresa "tem a intenção de se defender energicamente".

"A privacidade e a segurança são prioridades principais para o TikTok e temos práticas e tecnologias sólidas para proteger todos os usuários e os adolescentes em particular", acrescentou.

Exame



Vendas de smartphones aumentam por desejo de atualização dos consumidores, diz estudo



As vendas globais de smartphones apresentaram recuperação no primeiro trimestre do ano e mostraram um crescimento mais forte desde 2015, informou uma empresa de mercado especializada nesta terça-feira (20).

A Strategy Analytics observou que os fabricantes de smartphones venderam cerca de 340 milhões de unidades nos primeiros três meses do ano, um aumento de 24% em relação ao mesmo período em 2020.

A alta seguiu-se a uma queda de mercado por causa da pandemia do novo coronavírus durante grande parte do ano passado, quando muitos consumidores adiaram compras ou atualizações.

A empresa de pesquisa informou que os ganhos do primeiro trimestre foram impulsionados pela forte demanda de consumidores que possuem dispositivos desatualizados e pelo forte impulso da rede 5G dos provedores chineses.

"O mercado de smartphones chinês teve um trimestre sensacional impulsionado pelo sucesso do produto 5G em vários níveis de preços", afirmou a diretora sênior da Strategy Analytics, Linda Sui, observando o aumento de 35% no mercado chinês.

"A escassez de chips e as limitações de fornecimento não tiveram um impacto significativo no primeiro trimestre entre as cinco principais marcas, mas em nossa opinião foi e será uma preocupação para os fornecedores menores nos próximos trimestres", acrescentou.

A Samsung liderou o mercado com 23% dos aparelhos vendidos, seguida pela Apple com 17%.

Eles foram seguidos por três fabricantes chineses: Xiaomi (15%), Oppo e Vivo (11% cada).

Neil Mawston, CEO da consultoria Strategy Analytics, ressaltou que o crescimento de 32% da Samsung levou ao lançamento dos "telefones 4G e 5G mais acessíveis da série A", assim como às fortes vendas de sua série da Galaxy S21.

G1

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:14:27

Negócios

Gol promete zerar emissões de carbono até 2050. Como fazer isso?

A Gol aproveitou o Dia da Terra para anunciar uma ambiciosa promessa: zerar as emissões de carbono até 2050 – foi o primeiro compromisso neste sentido feito por uma companhia aérea na América Latina. Para isso, haverá investimento em novas tecnologias, incluindo produção de combustíveis sustentáveis; além de melhorias operacionais, de infraestrutura e da logística.

Vale lembrar que os aviões estão na mira de diferentes governos para reduzir os níveis de poluição e, no caso da França, foram proibidos voos para trajetos feitos em até 2h30 de trem. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), os aviões já emitiam 781 milhões de toneladas de gás carbônico por ano em 2016. E, de lá para cá, a demanda por voos cresceu.

O setor da aviação já havia estabelecido novas metas mais sustentáveis em 2010, durante a assembleia da Organização Internacional da Aviação Civil (Icao), quando a entidade previu crescimento neutro de CO^2 após uma década de reduções anuais de 1,5% nas emissões. Com isso, em 2050, a emissões do gás em aviões deverá chegar à metade do nível observado em 2005.

Se o ganho médio de 2% na eficiência do uso de combustíveis nos últimos dez anos já foi conquistado pelas companhias aéreas, ainda falta definir quais serão os mecanismos para cortar pela metade o CO^2. Esse compromisso é ainda mais desafiador considerando que a Iata prevê 7,2 bilhões viajantes em 2035. Em 2019, eram 4,5 bilhões (durante a pandemia, diminuiu 60%).

No ano passado, a Gol recebeu o certificado Environmental Assessment da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata). No "Estágio 1", atesta que a empresa desenvolveu política ambiental sólida e estabeleceu responsabilidades para o tema. Segundo a companhia, o objetivo é chegar ao "Estágio 2", equivalente ao ISO 14.000, que atesta a gestão ambiental, em 2021.

Também foi reafirmado o compromisso com os limites estabelecidos pelo Sistema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional (Corsia), que prevê a limitação e a compensação de qualquer aumento anual das emissões totais de carbono da aviação civil internacional acima dos níveis produzidos no ano passado e válido até 2035.

Exame

Shoppings já se preparam para terceira onda e sugerem rodízio de lockdown

Os shopping centers mal reabriram as portas e já estão pensando em como se preparar para uma terceira onda da Covid-19. Depois de dois lockdowns, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) começa a tentar convencer políticos e governantes a adotarem sistemas de rodízio de lockdown entre setores caso venha um novo período de contaminação elevada. O presidente da associação, Glauco Humai, diz que a preocupação existe porque, mesmo com vacina, outros países começam a viver terceira onda. "Assim que os casos aumentam, os shoppings são os primeiros a serem proibidos de funcionar enquanto outros setores permanecem abertos", reclama Humai. "Os governos tomam as medidas de restrição com a intenção de reduzir a circulação de pessoas nas cidades, mas isso poderia ser equilibrado com o fechamento alternado de setores como construção civil, templos, call centers, lavanderias".

Humai diz que o setor está muito combalido por conta das restrições e que a ajuda do governo não está chegando. "Nós começamos a ver a nova onda em dezembro. Já estamos quase em maio e nenhum programa de auxílio às empresas foi aprovado".

Dos 601 shoppings do Brasil, 600 reabriram as portas total ou parcialmente com as cidades retomando as atividades após quase dois meses de restrições por conta da pandemia. A Abrasce registra, neste momento, que apenas o shopping que fica na cidade de Barbacena, em Minas Gerais, permanece 100% fechado por conta de decreto municipal.

Veja

Após cúpula do clima, Caixa anuncia patrocínio a parques nacionais

Durante visita de Jair Bolsonaro (sem partido) a Manaus, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, anunciou nesta sexta-feira (23) que o banco público vai desembolsar R$ 100 milhões para patrocinar 20 parques nacionais pelo país. Guimarães acompanha o presidente na viagem a capital do Amazonas.

O anúncio ocorre um dia após Bolsonaro ter participado da Cúpula do Clima, convocada pelo colega norte-americano, Joe Biden, e realizada de forma virtual. No discurso, disse que é preciso solucionar o "paradoxo amazônico" de melhorar o baixo índice de desenvolvimento humano na "região mais rica do país em recursos naturais".

Desde 2019, a Amazônia tem registrado uma onda de invasões de unidades de conservação estaduais e federais e terras indígenas, em meio a promessas de campanha de Bolsonaro de flexibilizar a legislação e a fiscalização ambiental, revisar demarcações e regularizar terras públicas griladas.

Em consequência, as taxas de desmatamento têm registrado sucessivos aumentos nos últimos dois anos, além da explosão de mineração ilegal de ouro em terras indígenas.

Alegando falta de recursos financeiros, o governo federal assinou em fevereiro deste ano um programa pelo qual espera arrecadar R$ 3,2 bilhões por ano da iniciativa privada nacional para a preservação de parques em reservas ambientais na Amazônia. O projeto vinha sendo anunciado desde julho de 2020.

Fabiano Maiosonnave/Folhapress

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 23 de abril de 2021 22:14:50